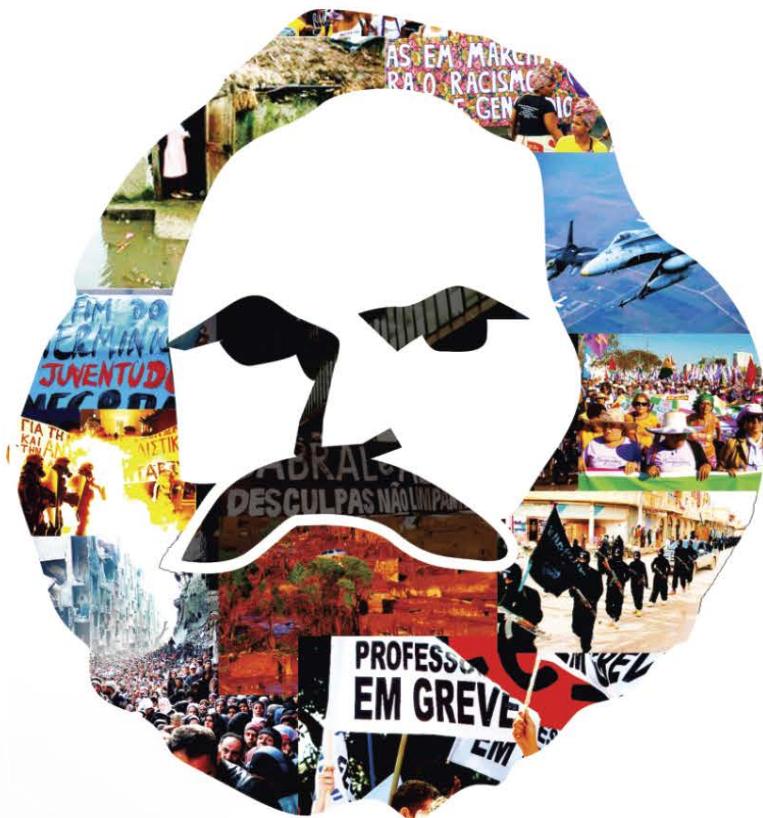


Isabel Fernandes de Oliveira • Ilana Lemos de Paiva  
Ana Ludmila Freire Costa • Joyce Pereira da Costa  
Luana Isabelle Cabral dos Santos (organizadoras)



# MARX HOJE

## **pesquisa e transformação social**

vol. II



# MARX HOJE

pesquisa e transformação social



Isabel Fernandes de Oliveira  
Ilana Lemos de Paiva  
Ana Ludmila Freire Costa  
Joyce Pereira da Costa  
Luana Isabelle Cabral dos Santos  
(Organizadoras)

# MARX HOJE

**pesquisa e transformação social**

**vol. II**



OUTRAS  
EXPRESSÕES

São Paulo, 2018

Apoio:



CAPES



Direito autoral	Licença Creative Commons
Colaboradores	<i>Ana Claudia Gualberto (UFPB)</i> <i>Anória Oliveira (UNEB)</i> <i>Carmen Lúcia Tindó Secco (UFRJ)</i> <i>Marcos Falleiros (UFRN)</i> <i>Elio Ferreira (UFP/UESPI)</i> <i>Roland Walter (UFPE)</i> <i>Marcelo Magalhães (UFC)</i> <i>Nazarethe Fonseca (PUC/MG)</i> <i>Sávio Roberto Fonseca (UFRPE)</i> <i>Simone Caputo Gomes (USP)</i> <i>Kassandra Muniz (UFOP)</i> <i>Vânia Vasconcelos (UNILAB)</i>
Revisão	<i>Keyla Mafalda de Oliveira Amorim</i>
Capa	<i>Fellipe Coelho-Lima</i>
Diagramação Eletrônica	<i>Caule de Papiro</i>

Catalogação da publicação na Fonte.  
Bibliotecária/Documentarista:  
Carla Beatriz Marques Felipe CRB-15/380

---

M392

Marx hoje: pesquisa e transformação social/ Isabel Fernandes de Oliveira, Ilana Lemos de Paiva, Ana Ludmila Freire Costa, Joyce Pereira da Costa e Luana Isabelle Cabral dos Santos (Organizadoras). — São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

234 : il.

ISBN 978-85-9482-032-7

1. Marxismo. 2. Economia. I. Oliveira, Isabel Fernandes de (Org.). II. Paiva, Ilana Lemos de (Org.). III. Costa, Joyce Pereira da. (Org.). IV. Santos, Luana Isabelle Cabral dos (Org).

RN

CDU 330

---

Editora Expressão Popular  
Rua Abolição, 201 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01319-010  
Fone: (11) 3105 9500 / 3112-0941 ramal 15  
[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

A segunda publicação do material produzido no 2 Marx Hoje faz referência a conjuntura política e social do país, destacando os processos deflagrados a partir do golpe de 2016 e que fazem referência às arbitrariedades cometidas em nome do combate a corrupção, mas que demonstraram mais fortemente os retrocessos civilizatórios que temos enfrentado. Dessa forma, dedicados essa “coletânea” a todas as pessoas que lutam pela recuperação dos processos democráticos.



# SUMÁRIO

**9** Prefácio

**13** Apresentação

## PARTE 1

**21** Capítulo 1 – A crise do capital e a classe trabalhadora

*Raquel Varela*

**35** Capítulo 2 – Metamorfoses do Capital: elementos histórico-es-

truturais da nova precariedade salarial no século XXI

*Giovanni Alves*

**59** Capítulo 3 – Direitos Humanos e disjuntiva entre universalismo

e relativismo: a superação pela teoria social marxiana

*Daniel Araújo Valença*

**91** Capítulo 4 – Condições de vida e trabalho: a infância e adoles-

cência em uma visada contemporânea marxista

*Maria de Fátima Pereira Alberto*

**117** Capítulo 5 – O sujeito revolucionário

*Guilherme Boulos*

## **PARTE 2**

- 
- 139** Capítulo 6 – Notas sobre a *Ontologia* de Lukács e o resgate do marxismo como uma teoria classista do gênero humano  
*Susana Jimenez*
- 

- 153** Capítulo 7 – Ideologia em Lukács: contribuições para a Psicologia  
*Fellipe Coelho-Lima*
- 

- 183** Capítulo 8 – Compreensão do indivíduo no processo educativo: contribuição da Psicologia Histórico-Cultural  
*Marilda Gonçalves Dias Facci*
- 

- 213** Capítulo 9 – O lugar do indivíduo na história: possíveis articulações entre Psicologia e Marxismo  
*Isabel Fernandes de Oliveira*  
*Ana Ludmila F. Costa*
- 

- 229** Sobre os que contribuiram com esta publicação
-

## PREFÁCIO

A questão subjacente ao título dos seminários Marx Hoje que, em sua segunda edição, deu origem aos textos que estão reunidos neste volume, é a atualidade do pensamento marxiano. Quão atual pode ser a obra de um autor nascido há exatos duzentos anos? Qualquer tentativa de resposta demanda, ainda que tratada minimamente, o entendimento da natureza da obra marxiana.

Compartilhamos da tese exposta por Octávio Ianni em 1988 na obra *Dialética e Capitalismo*, de que o pensamento marxiano constitui-se em uma ampla reflexão sobre o capitalismo, ou seja, as condições de formação, reprodução e crise do mundo burguês. Estamos descartando, pois, tanto o tratamento da obra marxiana como uma escolástica ao gosto da Terceira Internacional (o “marxismo-leninismo”), quanto o enciclopedismo que, no dizer de José Paulo Netto, enseja o ingresso esquartejado de seu pensamento na academia como um teórico “fatorialista”.

Dito isso, é preciso reafirmar – e ainda concordando com José Paulo Netto – que se não é possível buscar na obra de Marx respostas para todas as questões postas hoje pelo capitalismo, sem ela essa compreensão é impossível. Não somente as categorias fundamentais do capitalismo ainda continuam tendo vigência, mas a obra de Marx também lança luzes sobre fenômenos que

não tinham vigência no capitalismo de seu tempo, ainda não totalmente desenvolvido.

A atualidade do pensamento marxiano reside, portanto, como afirma Marcello Musto ao prefaciar o livro resultante da primeira edição do seminário *Marx Hoje*<sup>1</sup>, na *capacidade persistente de explicar o presente*, constituindo-se um instrumento para entendê-lo e transformá-lo. É, conforme Octávio Ianni, um pensamento cujo vigor reside exatamente no fato de ser a única interpretação que, ao mesmo tempo comprehende e nega o capitalismo.

Vivemos hoje mais uma das crises do capitalismo. Como se sabe, crise não é um fenômeno fortuito no percurso do capitalismo, mas uma parte constitutiva do seu desenvolvimento. Ou seja, não há capitalismo sem crise. Entretanto, esta atual crise, que tem o seu momento emblemático no colapso da “bolha imobiliária” dos Estados Unidos (antecedido pela devastadora *Black Monday* de 1987), não é apenas um episódio das crises cíclicas, conhecidas desde os tempos de Marx, mas uma *crise sistêmica*, envolvendo toda a estrutura do Capital. Esta crise não atinge apenas os países periféricos, mas o núcleo mesmo do capitalismo. São testemunhos o brutal e crescente endividamento público e das taxas de desemprego dos países centrais, para mencionar dois deles.

A crise geral do capitalismo atinge frontalmente, e não poderia ser de outra forma, os países exportadores (sobretudo de *commodities*) latino-americanos, promovendo consequências desastrosas para as democracias de centro-esquerda. As vitórias eleitorais de Macri e Piñera, a derrota parlamentar de Morales, a crise do governo Maduro, entre outras, nos dão conta desse cenário de crise. A este cenário se adiciona a crise do modelo

• • • • • •

1 OLIVEIRA et al., *Marx Hoje: pesquisa e transformação social*, São Paulo: Outras Expressões, 2016.

político-institucional e a resultante é o golpe de Estado de 2016 e o recrudescimento da luta (e ódio) de classes no Brasil.

Nesse quadro – após “anos de manifestos pós-modernos, de falas solenes sobre ‘o fim da história’ e da ênfase às ideias vazias da ‘biopolítica’”, como lembra muito bem Musto no texto anteriormente mencionado, ou ainda da presença dos “marxistas penitentes” de que nos fala José Paulo Netto<sup>2</sup> – o retorno a Marx é imperativo.

É a obra marxiana – e não essas “novas perspectivas” tão em moda na academia – que nos fornece não as respostas acabadas, mas as ferramentas que nos permitem buscá-las.

O vigor, assinalado por Octávio Ianni, está mais do que nunca presente no campo editorial, onde há uma imensa produção de reflexões originais inscritas na tradição marxista. Nesse mesmo movimento, figuram a reedição de obras já publicadas e a edição de textos inéditos de Marx, assim como uma nova tentativa de publicação da MEGA (*Marx-Engels Gesamtausgabe*), as obras completas de Marx e Engels.

Da mesma forma, nos eventos que se multiplicam no mundo inteiro, como é o caso deste que deu origem a este livro. O seminário *Marx Hoje* encontra-se, no momento em que este texto foi escrito, em sua terceira edição. As duas primeiras reuniram professores, pesquisadores, estudantes e militantes de diversas partes do Brasil, 400 em 2014 e mais de 600 em 2016. Um aspecto altamente positivo e alentador – e testemunha do vigor ao qual nos referimos – foi a apresentação de mais de 200 trabalhos previamente avaliados, principalmente de jovens pesquisadores e estudantes.

• • • • •

2 NETTO, José Paulo, *Marxismo Impenitente*, São Paulo: Cortez, 2004

Este livro representa bem esse vigor. São textos de autores de diversas áreas do conhecimento, tratando de diferentes temas inspirados na tradição marxista.

Que o leitor também possa se inspirar nas páginas que se seguem para, retomando as palavras de Marcello Musto, entender e transformar o presente. Como lembra a pesquisadora portuguesa Raquel Varela, em “*A crise do capital e a classe trabalhadora*” (que faz parte deste volume), *o capital não é uma força invencível*. Nunca é demais lembrar que a realidade, para Marx, é processo, é movimento. E que todas as formações sociais são, portanto, *produtos históricos e transitórios*.

*Oswaldo H. Yamamoto*

Natal, março de 2018

## APRESENTAÇÃO

Em 2014, o Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E), fundado em 1995 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atualmente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da referida instituição (PPgPsi/UFRN), realizou o Seminário Marx Hoje: pesquisa e transformação social. O evento surgiu como necessidade do grupo em participar da difusão e debates em torno das obras marxianas e marxistas, tendo em vista a descentralização do eixo Sudeste-Sul, assim como aproximar tal debate da área da Psicologia, campo de pesquisa e atuação dos coordenadores do grupo e da maior parte do corpo discente de graduação e pós-graduação vinculados. Dada a magnitude que o evento tomou, e a qualidade das participações, foi elaborado um livro reunindo a maior parte das contribuições ocorridas na ocasião<sup>1</sup>.

Dois anos depois, em 2016, a conjuntura nacional e internacional era tal que o GPM&E não podia se furtar do debate: estava em curso o golpe político-institucional no Brasil que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff meses depois. Ocorria assim, em abril do referido ano, o *II Seminário Marx*

• • • • • •

1 OLIVEIRA et al., Marx Hoje: pesquisa e transformação social, São Paulo: Outras Expressões, 2016.

*Hoje: Pesquisa e Transformação Social*, no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Realizado gratuitamente e com a ajuda de diversos parceiros, o evento teve a participação de aproximadamente 400 pessoas de diversos lugares do país, entre estudantes de graduação e pós-graduação de várias áreas, além de profissionais atuantes em segmentos diversos. Os debates em torno da teoria marxiana e tradição marxista reforçaram a importância da articulação entre pesquisa científica e a perspectiva da transformação social, tendo como contexto social, econômico e político a crise econômica mundial e o golpe político que se avizinhava. Desse modo, o evento reiterou a sua relevância, por promover a reflexão crítica do papel da Psicologia na transformação da sociedade e, sobretudo, por proporcionar o aprofundamento de questões essenciais ao marxismo, articulando-o com o cotidiano na compreensão crítica de diversos fenômenos que compõem a conjuntura atual.

Parte das discussões tocadas no evento foram reunidas neste livro, que congrega capítulos produzidos por grande parcela dos(as) convidados(as) para aquele evento, bem como por pesquisadores(as) afinados(as) com a teoria marxista/marxiana. A intenção é que esse material sirva tanto de registro das ideias debatidas naquele espaço, quanto para aprofundamento de questões importantes levantadas no evento. Diante disso, os capítulos possuem estilo e conteúdos distintos, conforme a natureza e os objetivos da atividade que serviram de inspiração para a sua composição (conferências, mesas-redondas e grupos temáticos). A todos(as) os(as) autores(as), agradecemos a estimada contribuição.

O material mantém sua organização em duas partes, assim como o livro publicado em 2016, já mencionado. Tal estrutura leva em conta capítulos que tratam de temas gerais (cinco capítulos) e

aqueles mais próximos aos debates da Psicologia (quatro capítulos). Como introdução, o livro possui o prefácio de autoria de Oswaldo Hajime Yamamoto, professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fundador do GPM&E/UFRN, Yamamoto pode ser considerado um dos precursores e ainda importante debatedor da relação entre Psicologia e marxismo no Brasil, tendo sido um dos grandes inspiradores dos Seminários Marx Hoje, a quem não caberia de forma mais pertinente a apreciação geral desta obra.

Na Parte I, o primeiro capítulo é composto pela transcrição da conferência de abertura do evento realizada pela Profa. Dra. Raquel Varela, com o título *A crise do capital e a classe trabalhadora*, primeira contribuição internacional desta série de eventos. Na ocasião, a pesquisadora realizou uma relevante análise de conjuntura, atingida pela atual crise do capital, apontando seu caráter sistêmico e suas especificidades, diferenciando o que tange aos países centrais e periféricos. A autora evidenciou os fortes impactos que a crise impõe para o conjunto da classe trabalhadora, bem como levantou importantes questões para o campo marxista e a luta de classes, buscando inspirar o enfrentamento do presente cenário de ataque aos direitos sociais e a crescente pauperização de trabalhadores e trabalhadoras.

O capítulo de Giovanni Alves aborda a “nova precariedade salarial”, que caracteriza a precarização do trabalho nos tempos hodiernos. O autor articula o fenômeno com a atual fase de desenvolvimento do capital financeiro, relacionando-o com a busca pela flexibilização do trabalho – e seus impactos para a exploração da mão-de-obra –, com a reestruturação de novos locais de trabalho – considerados “*loci da nova precariedade salarial*” –, e com a conformação de um novo trabalhador coletivo – caracterizado,

dentre outras coisas, pela sua informalidade, que traz a marca da precariedade das relações laborais pelo Direito do Trabalho e sua *descoletivização*. Retoma, ainda, a ideia de “trabalho abstrato” e reflexões de Francisco de Oliveira para argumentar que o retorno da informalidade para atender às demandas da acumulação flexível em tempos de crise estrutural do capital não tem caráter passageiro.

A reflexão apontada por Daniel Valença traz o debate sobre a superação das perspectivas universalista e relativista de Direitos Humanos, a partir da teoria social marxiana. O autor buscou demonstrar a insuficiência do universalismo e do relativismo para a abordagem da história social dos direitos humanos, assim como, para uma compreensão dos mesmos na atualidade capaz de fortalecer a luta política. Para alcançar tal intuito, o capítulo apresenta os seguintes tópicos: Universalismo x Relativismo: gênese do dualismo na concepção de direitos humanos; A filosofia da práxis e os direitos humanos: entre a negação e sua superação; e História Social dos direitos humanos.

Sobre o capítulo escrito por Fátima Alberto, a autora declara que o objetivo é analisar o trabalho infantil na atualidade, por meio da perspectiva marxista, identificando na realidade contemporânea semelhanças àquelas encontradas nos escritos de Marx, Engels e Thompson. Dessa forma, o capítulo apresenta três divisões, quais sejam: a exploração do capital e o trabalho infantil; trabalho infantil como condição de classe social; e condições de vida indignas: trabalho e morte. Cabe ressaltar que é enfatizado que esse tema não foi foco de estudo dos teóricos mencionados, porém ao retratar a exploração do capital e a luta de classes, Marx também escreve sobre crianças e adolescentes explorados no trabalho, assim como Engels e Thompson.

Finalizando a Parte I, Guilherme Boulos traz uma atualização importante sobre o sujeito revolucionário e a conjuntura política atual, no Brasil. O autor parte da ideia de que uma revolução possível, em especial no contexto brasileiro, deve partir de uma multiplicidade de sujeitos, reconhecendo as mudanças que a classe trabalhadora vem passando nos últimos anos. Boulos destaca ainda que o desafio na conjuntura atual é unificar as lutas destes múltiplos sujeitos.

Na Parte II, Susana Jimenez, abrindo com seu texto *Notas sobre a Ontologia de Lukács e o resgate do marxismo como uma teoria classista do gênero humano*, realiza um resgate do marxismo a partir da Ontologia de Lukács, focando o debate sobre a individualidade. A autora demonstra que Lukács, em sua obra madura, ao resgatar o legado de Marx, deixa evidente que este se deteve sobre a questão do indivíduo e edificou uma teoria do gênero humano, tratando da complexa relação entre individualidade e genericidade, entendidas a partir do trabalho como categoria ontológica do ser social.

Fellipe Coelho-Lima, no capítulo *Ideologia em Lukács: contribuições para a Psicologia*, propõe um debate a respeito do conceito de Ideologia, a partir da abordagem Lukacsiana. O autor aponta que tal abordagem não foi apropriada pela Psicologia, mas poderia abrir diversos caminhos analíticos importantes para o campo, como nos estudos sobre sentido e significado do trabalho, ou mesmo para pensar o projeto ético-político da profissão.

Na sequência, o capítulo produzido por Marilda Facci aborda, de modo geral, as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural nos processos educativos dos indivíduos. A autora aponta a necessidade de compreender os/as personagens da instituição escolar no processo de enfrentamento, transmissão e apropriação

de conhecimentos. Já na introdução, as últimas décadas são contextualizadas, com destaque para as contradições produzidas a partir do desenvolvimento do capitalismo. Em seguida, é tratado o tema do indivíduo no contexto educativo; e um terceiro ponto é a abordagem dos conhecimentos produzidos pela Psicologia Educacional para a compreensão de tais sujeitos e, por fim, a defesa da formação de uma individualidade para-si como proposta de uma educação comprometida com o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Para encerrar a Parte II, e o livro como um todo, Isabel Fernandes de Oliveira e Ana Ludmila Costa discutem possibilidades de articulação entre Psicologia e Marxismo, adotando aquela que parte da perspectiva da totalidade para entender a realidade na qual o sujeito atua e que o constitui, trazendo um profícuo debate sobre a relação dialética entre subjetividade-objetividade. Estruturado em duas partes, o capítulo inicia com um breve resgate do lugar do indivíduo no marxismo para em seguida propor uma alternativa à concepção de indivíduo na Psicologia a partir do marxismo, em contraposição às noções hegemônicas das teorias psicológicas.

De modo geral, percebe-se que este conjunto de debates estão presentes na diversidade de eventos e obras ocorrem por todo o mundo em 2018, ano de lançamento deste livro, como comemorações ao bicentenário do nascimento de Marx. Tal cenário revela não só a atualidade do pensamento marxiano, mas sobretudo a necessidade deste para a compreensão da realidade contemporânea.

Reconhecendo a importância que o conhecimento possui para a reflexão do nosso contexto e conformação de caminhos alternativos ao *status quo*, aderimos ao Movimento de Acesso Aberto, disponibilizando esta obra em sua completude na página

eletrônica do evento ([www.marxhoje.com.br](http://www.marxhoje.com.br)). Adicionalmente, este livro conta com a licença de atribuição *Creative Commons*, e o registro em vídeo de algumas atividades do evento estão acessíveis na *internet* (<https://www.youtube.com/user/marxhoje>).

Isabel Fernandes de Oliveira

Ilana Lemos de Paiva

Ana Ludmila Freire Costa

Joyce Pereira da Costa

Luana Isabelle Cabral dos Santos



# PARTE 1



# CAPÍTULO 1

## A CRISE DO CAPITAL E A CLASSE TRABALHADORA<sup>1</sup>

Raquel Varela

Inicialmente, eu gostaria de trazer uma palavra de otimismo em face da crise financeira internacional, desde 2008. Isto porque a classe trabalhadora é hoje muito heterogênea, diversificada, mais qualificada, mais internacionalizada e se encontra em uma situação grave de automatização e ausência de organização, mas não tenho acordo com a maioria dos intelectuais marxistas que consideram que os capitais hoje sejam uma força dominante invencível. Eu não acho que há aqui um lado forte e outro lado fraco. Na verdade, do ponto de vista da situação atual, o que nós verificamos é que estamos numa situação de impasse em que há dois lados fracos. Eu hoje, certamente, se fosse um rentista que investisse em títulos da dívida pública, num país qualquer, ou num fundo de pensão, ou numa ação do parque da indústria automobilística, ou mesmo do complexo industrial militar norte-americano, eu estaria com insônias graves. Isto porque o que nós assistimos, em 2008, foi a maior crise do modo de produção capitalista, desde 1929.

• • • • • • •

1 Transcrição da conferência de abertura do II Seminário Marx Hoje: Pesquisa e Transformação Social.

E passados tantos anos, temos um dos maiores retrocessos salariais na massa salarial na sua multiplicidade – quando eu falo de salário, eu falo do salário direto que vem na folha de pagamento, do salário indireto e do salário social. A queda do salário aumentou entre 10 a 20% a pobreza no sul da Europa, e houve uma redução da massa salarial real de quase 40%. Nos Estados Unidos – que é a economia mais pujante do planeta – a queda salarial foi de quase 25%; e, no entanto, nós vivemos uma situação de deflação dos preços da produção nas principais economias, com taxas de juros negativas.

O que isso quer dizer do ponto de vista dos capitais? Quer dizer que, apesar da violência e do retrocesso sobre a massa salarial, das medidas contra cíclicas pós 2008, não foi possível estabilizar o modo de acumulação capitalista, ao ponto de promover um ciclo de expansão - que existe desde 2009, efetivamente – , mas não foi possível promover um ciclo de expansão sólido e seguro. Ou, quem coloca o seu dinheiro refugiado nos principais bancos, nos principais países centrais – nomeadamente Alemanha e Estados Unidos – coloca e passados três meses vai ter menos capital, com juros negativos. O que é que isso significa na profundidade do sistema capitalista mundial? Bom, significa que não houve recuperação suficiente da taxa média de lucro na produção, em suma, há medo de colocar o dinheiro na produção.

Bom, agora todos aqui já percebem (imagino eu que estou perante uma plateia extensíssima de alunos universitários que têm contato com a teoria do valor-trabalho), que a crise de 2008 não foi uma crise de falta de dinheiro. Foi uma crise de excesso de produção de capital; as crises pré-capitalistas modernas é que são crises aonde vem uma praga e arrasa as colheitas e se perde a produção. As crises do modo de produção capitalista, a primeira

sobre a qual Marx refletiu depois de 1820, eram crises estranhíssimas. Crises de excesso. Os primeiros autores do capitalismo não esperavam crises – já que o capitalismo permitia tal avanço das forças produtivas, uma quantidade tal de produção, que não haveria crises. Marx vai explicar que não: o aumento do capital constante sobre o capital variável – justamente o investimento, o investimento em maquinaria, em tecnologia – leva necessariamente ao momento que ele chamou de crises industriais, crises cíclicas - que não ocorriam no século XIX – de dez em dez anos, em que aumenta o custo unitário do trabalho, que é a única fonte de valor. É o momento da crise no seu esplendor; A crise no seu início não tem qualquer problema para os trabalhadores. Ela até poderia ser - do ponto de vista abstrato - um momento positivo para os trabalhadores, porque caíram os preços efetivamente, portanto não haveria problema algum... O problema não são as crises; o problema são as medidas contra a crise.

Quando ouvirem um governo dizer “nós estamos a preparar medidas para sair da crise”, percebam que a crise vai sair do lado dos capitais e passar para o lado dos trabalhadores, porque nunca há um país em crise; nós nunca estamos todos juntos em crise. A crise vai de um lado para o outro, o dinheiro não desaparece, certo? Não voa para marte... O mundo é um só, está fechado. Se sair de um lado, é porque foi parar em outro... Nós não estamos todos no mesmo barco; isso é mistificação da “economia nacional”. Aqui, infelizmente, praticamente todos os partidos de esquerda com representação parlamentar, em todas as democracias liberais do mundo, aderiram à tese de salvar a “economia nacional”. A tese da economia nacional é uma tese que mistifica que dentro das nações existem contradições de classe. Não há nenhum interesse para os trabalhadores brasileiros na recuperação dos capitais norte-americanos. Há um interesse comum dos trabalhadores brasileiros

com os trabalhadores norte-americanos, com os trabalhadores alemães, com os trabalhadores portugueses que a riqueza esteja concentrada no fator trabalho e não no fator capital.

Portanto, essa é uma mistificação sistemática: aquilo que é bom para o país... Bom, ainda hoje vi nas notícias “Angola pediu ajuda ao FMI”. Eu estou a imaginar os milhões de pessoas nos bairros e barracas em Angola a pedir ajuda ao FMI, vocês estão? Não, não foi “Angola” que pediu ajuda ao FMI; foi uma fração dos capitais angolanos que pediram ajuda ao FMI. Mas, Angola tem outra coisa que não são só capitais que vivem à sombra de uma brutal ditadura. Ditadura que, aliás, acabou de condenar à prisão 16 ativistas, porque leram um livro acusado de conspiração contra o regime; e nós sabemos que eles não conspiraram contra o regime, mas é uma pena que não tenham feito porque aquilo é de fato um regime que deveria ser derrubado... e eu quero aqui lançar a minha solidariedade incondicional a esses 16 ativistas presos pela família Soares dos Santos, que vem todos os anos nas revistas internacionais como um extraordinário exemplo de sucesso. Por quê? Porque o PIB cresce, por exemplo. Bom, o PIB também cresce na China, com salários de 70 dólares por mês; onde a Foxconn – que produz produtos para Apple – manda colocar redes em volta do prédio quando os trabalhadores se suicidam; o PIB também cresce na Colômbia... O PIB crescer não quer dizer absolutamente nada, e Angola é um caso clássico de uma ditadura que se ergue sobre uma exploração ao limite pela mais-valia absoluta, ao limite da exaustão dos trabalhadores e com uma fração da burguesia agarrada ao poder. É claro que Angola pediu ajuda ao FMI porque há uma deflação geral dos preços em nível mundial, e isso arrastou o preço do barril de petróleo por aí abaixo. Portanto, é nesse contexto que um setor dos capitais angolanos está a pedir ajuda ao FMI.

Nós, provavelmente, estaremos num novo processo de crise cíclica em 2018 ou 2019, deverá ser um novo 2008, ou pior – portanto nós estamos numa fase em que efetivamente vai haver uma quebra da produção industrial – da produção industrial dos principais países, nomeadamente da Alemanha e dos Estados Unidos –, e provavelmente ela vai se dar nos setores industriais com mais pujança: no complexo militar industrial norte-americano, na indústria automobilística americana e na indústria automobilística alemã, e de máquinas alemã, que são um dos grandes motores. Ou seja, um aumento do capital constante sobre o capital variável no setor industrial vai arrastar os capitais para uma queda geral dos preços da produção – queda geral dos preços da produção não significa ausência de inflação, porque a inflação refere-se aos preços do comércio... não é disso que estou a falar. O que eu estou a falar é que, usando aquela imagem da crise de 1929, é preferível deitar as laranjas fora a vendê-las abaixo do preço de uma taxa média de lucro – é aquilo que Marx chamou da queda tendencial da taxa de lucro, que é uma lei da gravidade da economia. Se há uma coisa que nós temos a certeza nos próximos anos – uma das raras que nós temos a certeza – é que vão continuar a existir crises cíclicas; é tendência que elas sejam cada vez piores, justamente por um aumento brutal do capital constante, dos investimentos (tecnologia, maquinaria, etc.) que fazem aumentar o custo unitário do trabalho, e reduzir as taxas médias do lucro.

Nos últimos 70 anos, o que nós vimos como medidas contra as crises cíclicas – as chamadas medidas para sair da crise na comunicação social – foram o aumento brutal da redução salarial; essa redução salarial também se dá sob a forma de intensificação do trabalho, ou seja, as pessoas trabalham mais horas e têm mais tarefas. Por quê? Porque há uma massa gigantesca de trabalhadores rotativos que, ora estão no desemprego, ora estão na precariedade,

uma vez que essa massa garante rotativamente uma superpopulação relativa. Enquanto que em Angola, por exemplo, o fator regulador dos salários é, em grande medida, uma ditadura, nas democracias liberais o desemprego é o fator primordial de regulação dos salários. Ou seja, é preciso desempregados para garantir que os que estão empregados aceitem o rebaixamento das suas condições salariais.

Não há nenhum problema no mundo em estarmos todos empregados; o emprego deveria ser o desígnio civilizacional, o trabalho deve ser um dever – no sentido de que todos nós devemos trabalhar para a produção coletiva, o trabalho deve ser um bem-social dividido por todos, e nesse sentido o trabalho também é um direito à sobrevivência.

O que nós assistimos nos últimos 20 anos – e eu sei que no Brasil há um contexto muito específico – foi uma substituição do direito ao trabalho pela assistência discricionária do Estado, os programas sociais focalizados. E, portanto, as pessoas não têm acesso ao trabalho, não têm a dignidade de trabalhar e viver do seu trabalho, mas estão dependentes da discricionariedade estatal para subsídios, que são subsídios que sequer permitem uma vida digna, são subsídios pontuais, como é o caso do bolsa-família. Não é uma especificidade do capitalismo brasileiro, na última década, na Alemanha, em Berlim, 17% depende do Hartz IV, que é o bolsa família local. Em Portugal, havia 47% de pobres antes das transferências sociais focalizadas, depois passa a 18%. Há um problema político sério, porque os partidos de esquerda, em geral, e os sindicatos, a grande maioria das organizações sindicais – nem todas, no caso da CONLUTAS no Brasil não teve isso, e no caso do sindicato internacional dos estivadores, também não teve essa política – mas, a maioria das organizações sindicais aceitou substituir a luta pelo direito ao trabalho pela luta pelo direito ao

subsídio quando se está desempregado. E isso é, como se diz, a morte do artista, porque, enquanto há desemprego, há pressão sobre os salários dos que estão empregados. E esse é o grande regulador do fator salarial no modo de produção.

Em Portugal, depois das transferências sociais, nós passamos de 47 para 18% de pobres, como referi. Há uma perspectiva keynesiana que igualiza o estado social à assistência social. Isso é um grave erro: aquilo que assistimos nos países que aumentam os programas sociais focalizados é que eles diminuem o estado social. Há uma diminuição do investimento do estado social concomitante com um aumento no investimento dos programas sociais focalizados. Por que o estado social é universal: se vocês forem a um hospital e ele é público, pago através de impostos progressivos, ele não é um fator regulador dos salários para baixo, porque toda a gente, pobre ou rico, empregado ou desempregado, teve acesso ao hospital público, ou seja, o salário foi para uma parte importante aumentado com a ida ao hospital público. O mesmo se passa com a educação pública. A partir do momento em que é preciso fazer prova de pobreza para ter acesso a um programa social focalizado, ajuda no pagamento dos livros, ajuda no pagamento de consultas hospitalares, etc., mediante prova de pobreza ou desemprego, nós passamos de um estado social universal – um direito –, para uma discricionariedade focalizada que permite a gestão do desemprego.

Entendamos: eu não sou a favor de que quem está a passar fome não lhes seja entregue dinheiro para deixar de passar fome. Agora não é isso que se passa nos países nas últimas duas décadas. O que se passa é a efetiva substituição do emprego pela assistência focalizada como forma primeira de gestão da sociedade; não como forma emergencial de acudir a casos particulares. O que nós

temos é uma generalização dos programas focalizados e que se tornaram a base programática da socialdemocracia. Enquanto que a socialdemocracia, na década de 20 do século XX, defendia, por exemplo, um programa socialista gradual reformista, na década de 45 – já saem sem qualquer horizonte anticapitalista – defendia o pleno emprego e a subida dos lucros concomitante com a subida de salários, portanto, uma regulação através de um pacto social do capitalismo. Há 20 anos, a socialdemocracia resume, praticamente, os seus programas à defesa do assistencialismo. É esse o centro da defesa dos programas sociais democratas. No Brasil, com o PT, mas também na Europa, é esse o centro do SPD na Alemanha.

Bom, os marxistas não podem ficar perante essa escolha, que não é escolha nenhuma... Isso não é nenhuma alternativa civilizacional. Nós temos que recolocar hoje o emprego para todos como centro essencial do progresso e de uma sociedade igual, livre e justa, porque o emprego para todos é a única forma de sustentar o estado social e a segurança social, e é a única forma de garantir e acabar com a exaustão absoluta laboral em que vivem os que estão a trabalhar. Porque os que estão a trabalhar, estão a trabalhar por dois ou três; a trabalhar 12 ou 14 horas, a executar tarefas múltiplas, os trabalhadores estão nesse momento nos países – em quase todos os países – numa situação de *burnout*, de esgotamento físico; estão a ser levados ao esgotamento físico e mental, justamente por essa pressão permanente. Portanto, a divisão do trabalho como um bem-social, creio eu, deve ser colocada por todos como garantia de estado social e de bem-estar, e como a única forma de sustentar os serviços públicos, através de impostos. Impostos que, obviamente, não devem recair sobre o fator trabalho, mas é sobre o fator trabalho que recaem permanentemente.

Nessas circunstâncias, os últimos sete ou oito anos mostraram uma recuperação das taxas médias do lucro, a partir de 2009, na economia norte-americana, sobre a intensificação do trabalho, a mercantilização dos serviços públicos, e a brutal queda de salários. Também sobre os salários diferidos – ou seja, as pensões e aposentadorias; ou seja, quer através dos fundos de pensões, quer através dos cortes diretos ou indiretos das pensões e das reformas – aquilo que foram conquistas fundamentais da década de 1970 - estão a ser postas em causa. Na verdade, o modo de produção, no seu declínio, conseguiu o seguinte: assim que as pessoas começaram a aposentar, viram a suas aposentadorias cortadas. Quer dizer, existiu aposentadoria enquanto as pessoas descontaram para a aposentadoria, assim que foi a hora de pagar começaram a cortar as aposentadorias. É exatamente o mesmo com os fundos de pensões... Um fundo de pensões ou entra em colapso financeiro, ou na hora de pagar as pensões ele - no caso de Portugal – é doado ao Estado, quando ele está desvalorizado. Na hora de pagar as pensões, todas as grandes empresas entregam os fundos de pensões ao Estado. O que significa que estão semidescapitalizados.

Eu queria referir, depois de cenário, que entre as medidas contra cíclicas encontra-se uma muito importante, que eu penso também merecer uma reflexão da nossa parte, que tem haver com as migrações. O marxismo tradicionalmente é contra as fronteiras e a favor da livre circulação de pessoas. Eu penso que essa deve ser uma bandeira nossa, mas a livre circulação de pessoas significa o direito a ir e o direito a ficar. Não significa a expulsão forçada de milhares de pessoas em todo mundo à procura de trabalho barato. As migrações têm servido como forma permanente de pressão sobre os salários em todo o mundo. Nós temos hoje a maior quantidade de populações migratórias chamadas

“imigrações de substituição” – para usar o termo de Sociologia. Isto, criamos um problema sério, porque justamente aqui o que se tem visto, nos últimos 20 anos, é que – salvo em casos raros de imigrações altamente qualificadas ou voluntárias, ou migrações de reagrupamento familiar sem pressões económicas – a maioria dos processos migratórios são processos de concorrência salarial e exílio. Em particular na Europa, isso tem levado ao crescimento da extrema-direita eleitoral, em alguns países. Eu penso que a resposta não pode ser outra que não seja as migrações tem que ser aceitas em contratos de trabalho iguais para toda a gente no mundo. Vou dizer a vocês - não penso que eu esteja a fazer uma exigência utópica estranha. Estranho é alguém sair do seu país, largar a família, quebrar todos os afetos que levam décadas a serem construídos, para ter que trabalhar para um país e mandar dinheiro de volta para a família. Isso é uma anormalidade, isso não é: “Ah, vamos viver num outro país que é divertido”. Isso não tem nada de divertido. As migrações como fenômeno de substituição, na sua maioria, implicam a transição da mercadoria força de trabalho com uma extrema violência e sofrimento. Não são reagrupamentos familiares felizes. E se era uma brutalidade no final do século XIX, hoje são muito mais, porque uma das formas da queda da taxa de lucros é a pressão sobre os salários, e uma das formas de pressionar os salários é mover milhares de pessoas em todo o mundo. Portanto, eu penso que essa questão também deve ser colocada para nós num horizonte programático que é: não pode o programa social democrata tradicional dizer: “Nós somos a favor dos mesmos direitos políticos e da livre circulação”, é nós exigirmos que as condições de vida no processo migratório sejam idênticas as dos trabalhadores que se encontra no país. De outra forma o que estamos de fato a observar é a concorrência salarial e, infelizmente, o alimento para as políticas de extrema-direita.

Deixo uma nota realmente de otimismo em face da situação atual, porque é verdade que o pacto social se encontra em erosão – talvez aqui o pacto social tenha sido o que deixou as greves do ABC, e talvez estejam hoje a assistir ao fim disso – o pacto social morreu na Europa em 2008, como morreu a capacidade da socialdemocracia de ter um programa que estabilize a acumulação. Talvez o exemplo mais brutal disso seja o Syriza. Este começou no seu programa a dizer que renegociaria a dívida pública e criar empregos; cinco meses depois estava a capitular, e o governo grego está a colocar num barco refugiados da Síria para entregá-los à ditadura turca, que vai despejá-los na Síria para morrer. Portanto, nenhuma socialdemocracia foi tão trágica nesta farsa que é a ausência de um programa capaz de regular lucros e salários, esse desejo keynesiano que falhou redondamente.

As propostas pró-stalinistas de 89 falharam - e ainda bem; eu sou das que acha extraordinário que tenha caído a União soviética, porque a União Soviética era uma ditadura sobre os trabalhadores e não um regime dos trabalhadores, não era o Estado dos trabalhadores; também sou das que acha que se os europeus acham que tinham direitos sociais porque existia uma ditadura na União Soviética, então precisavam de uma consulta de Psicologia: “Que bom! Mantenham a ditadura para que mantenham os nossos direitos”... A União Soviética é uma das ditaduras mais bárbaras que existiu em todo o século XX. É um regime de terror, assente na utilização massiva de trabalho forçado. A pessoa mais importante numa fábrica depois da contrarrevolução stalinista que derrotou a oposição de esquerda em 1927/28 era o chefe da polícia política. Ninguém pode defender um regime deste. É que parece que o regime stalinista é o único exemplo da derrubada do capitalismo que existe. É óbvio que isso não é verdade... A escassez da União Soviética, o isolamento face à revolução alemã, o socialismo só

pode sobreviver em sociedades de abundância e a União soviética não era uma sociedade da abundância, era uma sociedade que ficou absolutamente isolada do desenvolvimento das forças produtivas. Nós hoje temos um desenvolvimento das forças produtivas que nos permite o socialismo, onde há liberdade porque há igualdade, e onde há igualdade porque há liberdade. (...) A possibilidade da construção de um mundo onde o trabalho seja criativo e não uma tortura; o trabalho seja um bem distribuído por todos, que nos permite estabelecer-nos e libertar-nos para horas de criação de ciência e do desenvolvimento dos afetos.

Hoje, a globalização, de fato, colocou o internacionalismo numa nova escala. Todos nós, a toda hora, sabemos o que é que se passa. A Praça Tahrir, que acabou no *Occupy Wall Street*... A produção em cadeia, quer dizer, a apropriação privada é óbvia, tão óbvia quanto a socialização das forças produtivas. Hoje, todo mundo colapsa com uma crise capitalista porque todas as fábricas estão dependentes umas das outras, como nunca estiveram. Isso também dá uma força aos trabalhadores inédita, que eles não imaginam! Hoje em dia é possível fazer uma greve num hospital só fechando o setor informático; pode haver um fundo de greve de médicos e enfermeiros; é possível parar uma fábrica nos Estados Unidos e com isso parar a produção em vários países do mundo. Falta aos trabalhadores consciência e terem capacidade organizativa de fato. Quando nasceu o movimento operário com o cartismo na Inglaterra, em 1830, um dos líderes fez um discurso pelo qual foi preso e voltou a fazê-lo. Dizia: “Organizem-se, Organizem-se, organizem-se”.

É evidente que se nós estivermos sozinhos e vem uma manada de búfalos, nós vamos ter medo. A única forma de reverter o medo é criar condições para que as pessoas não tenham medo.

Então, o que nós temos que garantir é que: se vem uma manada de búfalos, as 20 mil pessoas a enfrentar os búfalos garantem que os búfalos fogem, nem sequer tentam atacar. Portanto, é uma questão de organização, dos locais de trabalho, organização dos locais de organização, organização dos hospitais, organização das escolas... Isso implica as pessoas ouvirem umas as outras, estabelecerem relações, organizarem-se coletivamente.

E eu queria terminar essa minha palestra hoje usado exatamente as três palavras que o cartismo usou no início do movimento operário em 1830, que trouxe tudo que que hoje as burguesias liberais se orgulham, que foi conquistado com duras greves, com duras repressões contra o movimento operário, foi conquistado pela organização do movimento operário: Organizem-se, organizem-se, organizem-se.

Obrigada pela vossa atenção.



## CAPÍTULO 2

### METAMORFOSES DO CAPITAL:

**elementos histórico-  
estruturais da nova  
precariedade salarial  
no século XXI**

**Giovanni Alves**

A *precarização estrutural do trabalho* ou a precarização do trabalho na era do capitalismo global caracteriza-se pela constituição da *nova precariedade salarial*, modo de organização laboral baseada na lógica do trabalho flexível. A nova precariedade salarial alterou não apenas as condições de regulação do estatuto salarial (contratação salarial precária, remuneração e jornada de trabalho flexíveis), mas também a organização do trabalho (gestão *toyotista*) e a base técnica da produção capitalista (novas tecnologias informacionais). O que denominamos nova precariedade salarial produz impactos radicais no metabolismo social do trabalho no século XXI. Não se trata apenas de um novo modo de regulação do trabalho capitalista adequado ao capitalismo flexível, mas uma situação-limite na forma de exploração da força de trabalho nas condições históricas da Quarta Revolução Industrial, caracterizada pelas inovações informacionais, que se desdobraram no século XXI.

A nova precariedade salarial deve ser impulsionada pela Quarta Revolução Industrial como modo de ser da *maquinofatura* – a nova produção do capital na era do capitalismo manipulatório

(ALVES, 2013). A adoção das novas tecnologias informacionais em rede, acopladas à gestão *toyotista* (método *just-in-time/kan-ban* e a autonomação) – ideologia hegemônica de administração das empresas capitalistas – contribuiu efetivamente para a *intensificação do tempo de trabalho e o aumento do estresse laboral*, principais características da morfologia social do trabalho no século XXI.

O *capital global* – forma dominante do capital predominantemente financeirizado que comanda o processo de trabalho, operando a síntese entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta –, ao adotar políticas de regulação flexível do trabalho, “implodiu” no território do Estado-nação as categorias de *jornada do trabalho* e *forma-salário* (por exemplo, bancos de horas e remunerações flexíveis vinculadas ao cumprimento de metas são o modo de ser da regulação flexível da laboralidade neoliberal).

Entretanto, a precarização do trabalho no século XXI não se reduz à *precarização salarial*. Com a constituição daquilo que denominamos a *nova precariedade salarial*, caracterizada pelos modos de contratação precários, pela flexibilização das jornadas de trabalho e das remunerações salariais, e pela gestão *toyotista* acoplada às novas tecnologias informacionais, é possível constatarmos ainda o surgimento de novas formas de precarização do trabalho denominadas *precarização das condições de existência do trabalho vivo*, decorrente da constituição do modo de vida *just-in-time*, que, articulado à nova precariedade salarial, produz o fenômeno da *vida reduzida*, provocando *carecimentos radicais* e modos de ensimesmamento nas pessoas-que-trabalham. Enfim, a precarização das condições de existência social – que não iremos tratar neste capítulo – ao lado da nova precariedade salarial, descrita acima, contribui para a precarização radical do homem como ser genérico, a *precarização do homem-que-trabalha*, ou

a degradação da pessoa humana-que-trabalha, provocando uma plethora de adoecimentos laborais que atinge o novo e precário mundo do trabalho (ALVES, 2014, 2016).

Portanto, na era da temporalidade histórica da *crise estrutural do capital*, no bojo da qual se constitui uma nova base tecnológica para a produção de mais-valia lastreada nas tecnologias informacionais, surgem, com vigor inaudito, novas dimensões da precarização do trabalho, compondo, em si e para si, o *complexo de complexos da precarização estrutural do trabalho* no século XXI.

## A NOVA EMPRESA CAPITALISTA

Após um turbilhão de inovações tecnológico-organizacionais na década de 1990, produto da Terceira Revolução Industrial (ALVES, 2011), a *nova empresa capitalista* que emergiu na década de 2000, aproximou-se daquilo que Alain Bihr (1998) descreveu como *empresa flexível, fluida e difusa*. O termo “flexível” tornou-se a caracterização predominante do novo empreendimento capitalista nas últimas décadas do século XX. “Flexibilidade” e “flexibilização” tornaram-se palavras para descrever as novas tendências do trabalho no século XXI (BOYER, 1986). David Harvey (1992) caracterizou o novo regime de acumulação capitalista como sendo o regime da “acumulação flexível”. Para Richard Sennett (1999, 2006), o novo capitalismo é um “capitalismo flexível”.

Na era da mundialização do capital, com o vislumbre da Quarta Revolução Industrial<sup>1</sup>, que impulsionou, em um patamar

• • • • • •

1 Nas primeiras décadas do capitalismo global, ocorreram duas importantes revoluções tecnológicas (a *revolução informática* e a *revolução informacional*) que caracterizaram a Terceira Revolução Industrial. É impressionante a velocidade das inovações tecnológicas (e organizacionais) ocorridas nos

superior, o desenvolvimento das novas tecnologias informacionais (ALVES, 2007, 2016), e sob ofensiva neoliberal, que caracterizou as últimas décadas do século XX e que retorna vorazmente na década de 2010, no rescaldo da crise financeira de 2008/2009, a categoria “flexibilidade” se desdobrou e adquiriu, mais do que nunca, múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, desse modo, novas proporções, intensidade e amplitude. A flexibilidade tornou-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção nas condições históricas da maquinofatura (ALVES, 2013), assumindo uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. Por exemplo, Salerno (1995) salientou oito dimensões da flexibilidade: flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de

trinta anos de capitalismo global. Elas são as responsáveis pelo “salto mortal” da produtividade do trabalho nas últimas décadas. A Terceira Revolução Industrial, a revolução da microeletrônica, da tecnologia informática e da automação, assistiu, também na década de 1980, ao desenvolvimento da robótica e da tecnologia informacional, constituindo o ciberespaço. A explosão da rede e das tecnologias microeletrônicas e informacionais surgiu na virada para o século XXI, dando um salto qualitativamente novo nas inovações tecnológicas. Desse modo, surgiu o que alguns autores denominam de Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial, que diz respeito à revolução informacional no seu estágio mais avançado. Tratam-se de profundas mutações tecnológicas da base produtiva do capital, com o surgimento das fábricas inteligentes e suas estruturas modulares; os *sistemas ciber-físicos* monitorando os processos físicos, criando uma cópia virtual do mundo físico e tomando decisões descentralizadas. Com a *internet das coisas*, os sistemas ciber-físicos comunicam e cooperam entre si e com os humanos em tempo real; e, através da *computação em nuvem*, ambos os serviços internos e intraorganizacionais são oferecidos e utilizados pelos participantes da cadeia de valor (HERMANN; PENTEK; OTTO, 2015). É impressionante que o capitalismo global, impulsionado pela desmedida do capital, tenha operado em pouco mais de trinta anos de desenvolvimento histórico, duas Revoluções Industriais, criando a base técnica – com a Indústria 4.0 – para a nova forma de produção do capital que denominamos de maquinofatura (ALVES, 2013, 2016).

adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intraempresa e flexibilidade social extraempresa.

Entretanto, o que continua sendo estratégica para a acumulação do capital é a *flexibilidade da mercadoria-força de trabalho*, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, pois ela opera a dimensão do capital variável, elemento compositivo importante da determinação da composição orgânica do capital e da taxa de lucro. Por exemplo, um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos *contratos de trabalho*, ou seja, a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, os horários e o local de realização do trabalho, dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas); ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e às recompensas, etc. (SALERNO, 1995). É a *flexibilidade da força de trabalho* que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, por meio da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho. É por isso que a acumulação flexível se apoia, predominantemente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e, ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o *momento predominante* do complexo de reestruturação produtiva do capital.

## OS NOVOS LOCAIS DE TRABALHO REESTRUTURADOS

Com o capitalismo global na década de 1980, surgiram, nas instâncias de produção e reprodução social do capital, os locais de trabalho reestruturados, tanto nas organizações privadas, quanto nas organizações públicas (inclusive na administração pública). No caso do Brasil, os novos locais reestruturados se disseminam na década de 2000 sob o choque de capitalismo promovido pelo neodesenvolvimentismo. Instaurou-se o que caracterizamos como sendo o *toyotismo sistêmico* (ALVES, 2000). Os novos locais de trabalho reestruturados, *loci da nova precariedade salarial*, possuem as seguintes características, constituindo, deste modo, a nova morfologia social do trabalho flexível:

a) Os locais de trabalho reestruturados na década de 2000 se caracterizam pela presença de novas máquinas informacionais, computadores *desktops*, *tablets* e *smartphones* conectados em rede, permeando não apenas os locais de trabalho, mas a vida cotidiana de empregados e operários; aliás, computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* conectados às redes informacionais *desterritorializam* os locais de trabalho e “implodem” a jornada de trabalho, na medida em que operários e empregados estão à disposição do capital, caso não haja impedimento, *full-time*. Trabalha-se após a “jornada de trabalho” e trabalha-se também nos fins de semanas devido o envolvimento das redes sociais colonizadas pelas demandas laborais. Enfim, opera-se aquilo que Francisco de Oliveira identificou como sendo a síntese de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Constitui-se aquilo que denominamos de “vida reduzida” e “modo de vida *just-in-time*” (ALVES, 2016; OLIVEIRA, 1998). Com o sistema de máquinas flexíveis de natureza informacional, isto é, máquinas inteligentes incorporadas às redes digitais, exigem-se habilidades técnico-comportamentais dos

novos operadores. Por isso, além de alterações na vida cotidiana dos trabalhadores assalariados, assediados virtualmente pelo trabalho abstrato, hoje, mais do que nunca, se tornaram visíveis alterações no perfil educacional dos novos empregados das grandes empresas da indústria ou dos serviços. O novo arcabouço tecnológico exige uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário.

Por isso, disseminou-se na década de 2000, o discurso da *pedagogia da competência* que implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. *Competência e resiliência*, tendo em vista que as pessoas humanas-que-trabalham precisam se dispor *subjetivamente* a aceitar a colonização/redução do seu tempo de vida pelo tempo de trabalho. Com a III Revolução Industrial, o capital operou não apenas revoluções tecnológicas, mas também uma nova Revolução Cultural capaz de produzir personalidades-simulacros que consentem com o amesquinhamento do seu campo de desenvolvimento humano. Máquinas flexíveis exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção. A *formação profissional* exigiu não apenas *habilidades técnico-operacional*, mas, também, *habilidades comportamentais (e morais)* do trabalho vivo, tornando-o adequado para o exercício do princípio *toyotista* da *autonomização*, isto é, torná-los operadores capazes de intervir no processo de produção visando resolver problemas ou dar palpites para otimizá-lo. É a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, nexo essencial do *toyotismo* como nova ideologia da produção do capital.

b) Os novos locais de trabalho reestruturados se caracterizam não apenas pela presença do novo arcabouço tecnológico de cariz informacional que permeia instâncias do consumo e da produção, mas pelos novos métodos de gestão de cariz *toyotista* que visam

“adaptar” as pessoas humanas às novas rotinas do trabalho. Não se trata apenas de um método de *gestão de pessoas*, como dizem, mas sim, de uma mixórdia de receitas de gestão que possuem um fulcro ideológico comum: a “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelos valores-fetiche do capital. Na verdade, sob o novo capitalismo, vive-se a “era da gestão das pessoas”.

O *espírito do toyotismo*, que permeia o discurso da organização do trabalho flexível, atribui aos trabalhadores assalariados um novo léxico: “colaboradores”. Trabalhadores assalariados tornados “colaboradores” na medida em que cultivam a disposição anímica de *colaborar/envolver-se* com o processo de produção do capital, tornando-se, assim, personalidades particularistas. A ofensiva do capital assume um profundo caráter ideológico, deformando personalidades humanas. O estranhamento produz personalidades-simulacros ou pessoas *ensimesmadas* ou fechadas-em-si.

O *espírito do toyotismo* alimentou-se da ofensiva ideológica na década de 1980, com a disseminação da *cultura neoliberal* e da *ideologia do pós-modernismo*. Toda uma nova geração de operários e empregados que nasceu na década de 1980 e formou-se nas décadas de 1990 e 2000, inserem-se hoje nos locais de trabalho reestruturados com uma *visão de mundo* individualista e competitiva. A Revolução Cultural promovida pelo *globalismo* (IANNI, 1996) criou uma nova geração sem valores e utopias coletivistas, mas permeadas de expectativas e sonhos de mercado. Na verdade, o discurso da gestão *toyotista* esvaziou o discurso da luta de classes. Exigem-se dos jovens “colaboradores” atitudes pró-ativas e propositivas capazes de torná-los membros da equipe de trabalho que visa cumprir *metas*.

As *inovações sociometabólicas* do capital (ALVES, 2011) ocorridas na era do capitalismo neoliberal alteraram o nexo

psicofísico de operários e empregados das organizações privadas e públicas. A nova organização *toyotizada* criou as condições sociais, ideológicas e morais para a “captura” da subjetividade do trabalho pelos valores empresariais (ALVES, 2011). A ideologia da empresa penetrou no metabolismo social. A ideologia do empreendedorismo nos tornou uma empresa: Você S/A (GORZ, 2003).

A idéia de “gestão de pessoas” nos locais de trabalho reestruturados implicou disseminar (e reforçar) valores-fetiche, sonhos, expectativas e aspirações de mercado que emulem o trabalho flexível. Não se trata apenas de administrar *recursos humanos*, mas sim, manipular *talentos humanos*, no sentido de cultivar o envolvimento/dedicação de cada um com os ideais (e ideias) da empresa moderna. A nova empresa capitalista busca pessoas idealistas, no sentido mediano da palavra, com plasticidade/resiliência adequada às novas habilidades emocionais (e comportamentais) do novo mundo do trabalho flexível.

A *perversidade* é uma traço peculiar dos novos métodos de gestão *toyotista*, que assume sua dimensão extrema nos casos de *assédio moral organizacional*. Ao dizermos que a gestão *toyotista* contém aspectos do *perverso*, buscamos salientar a relação paradoxal entre dedicação irrestrita e consentida, na maioria das vezes, aos modos de labor que reduzem o tempo de vida ao tempo de trabalho estranhado. Inaugurou-se a era da “nova servidão voluntária”. Desse modo, o sujeito-que-trabalha *escolhe* moralmente a sua própria desefetivação como ser humano-genérico. A ideia de servidão voluntária aplica-se aos modos perversos de gestão de talentos humanos. A satisfação e o gozo por aquilo que nos reduz como pessoas humanas é um traço perverso da lógica gerencialista do capitalismo flexível.

c) O capitalismo global operou uma intensa transfiguração do *trabalhador coletivo do capital*. O *downsizing* ocorrido nas empresas reestruturadas renovou as capacidades anímicas da acumulação de capital nos locais de trabalho. Podemos dizer que o processo de reestruturação produtiva do capital implicou não apenas *inovações tecnológico-organizacionais* (gestão *toyotista* acoplada às novas tecnologias informacionais), mas também *inovações sociometabólicas* sob a forma da *reestruturação geracional dos coletivos de trabalho* nas organizações privadas ou públicas (o que se verificou principalmente na década de 2000, mas que ainda persistem na década de 2010). Por exemplo, pelo menos nos últimos vinte anos, ocorreram importantes mudanças geracionais nos coletivos de trabalho das empresas por meio de incentivo às demissões “voluntárias” (Programa de Demissões Voluntárias – PDV) ou incentivos às aposentadorias. Renovaram-se geracionalmente as organizações públicas e privadas. Apesar disso, em alguns locais de trabalho reestruturados ainda “sobrevivem” muitos operários e empregados, oriundos da “velha” cultura organizacional que vigorou pelo menos, até fins do século XX. Incentivos às aposentadorias e demissões “voluntárias” tornaram-se práticas recorrentes nas organizações como instrumento de renovação administrada dos *coletivos de trabalho* – vale dizer, *coletivos de trabalho* que tornaram-se *equipes de trabalho*, perdendo a dimensão de receptáculos de experiências e memórias de luta coletiva construídas nos tempos áureos do sindicalismo de classe.

Os locais de trabalho reestruturados incorporaram jovens empregados e operários pertencentes à “geração Y” – a geração constituída por pessoas nascidas na década de 1980, que se formaram na “era da *Internet*” e que disputam o mercado de trabalho na década de 2010. Os jovens formados pela revolução informacional de matriz digital da década de 2000, entram no

mercado de trabalho do século XXI demonstrando profunda facilidade no uso constante de mídias informacionais em rede. Os jovens da “geração digital” são especialistas em lidar com tecnologias, usam mídias sociais com facilidade, sabem trabalhar em rede e estão sempre conectados. Entretanto, a construção social e cultural da “geração Y” não significou apenas em torná-la apta a utilizar novas tecnologias informacionais. Os jovens da dita “geração Y” tornaram-se não apenas entusiastas da *Quarta Revolução Tecnológica – informática e informacional digital* –, mas portadores de valores morais oriundos da *Revolução Cultural* de caráter intelectual-moral, promovida pelo capital na década de 1980, que alteraram o processo de socialização da juventude, tornando-a adepta de valores hedonistas de cunho liberal – inclusive quando se indignam contra a condição de proletariedade, tendo, assim, rompido os vínculos de experiência com valores coletivos de cariz ideológico-político que caracterizaram as gerações do passado de luta de classes.

Portanto, a “geração Y” adquiriu no processo de socialização não apenas habilidades técnicas, capazes de torná-la apta para manipular novas tecnologias informacionais, mas foi também “capturada” por processos de subjetivação de caráter liberal, disseminados pelo capitalismo manipulatório, capaz de torná-la adequada à *colaboração* com o capital. Não se trata de mera rendição ideológica ao capital, senão não teríamos como explicar os novos movimentos sociais do precariado. No fundo, existe inquietação existencial e carecimentos radicais que impedem o conformismo vulgar. Novas contradições sociais se delineam no horizonte histórico do capitalismo neoliberal. Entretanto, na medida que se desvinculou das experiências de luta de classes das gerações passadas, a “geração Y” tornou-se *subjetivamente* mais flexível à adoção dos valores liberais; e mesmo a rebeldia juvenil adquiriu

outros contornos no seio da cultura do individualismo crasso da cultura neoliberal. Existe aquilo que Richard Sennett (1999) denominou de “corrosão do caráter”, expondo uma característica do novo trabalhador assalariado do capitalismo flexível.

A ideologia do empreendedorismo e a teologia do consumo de marcas cativam corações e mentes da juventude trabalhadora mais escolarizada e imersa na ilusão da autorrealização profissional e pessoal por si só. A *dessubjetivação de classe* operada pelo processo de subjetivação do pós-modernismo contribuiu para a construção de personalidades “particularistas” (como diria Lukács), ou pessoas “ensimesmadas”, imbuídas de um narcisismo atroz, na medida em que a Revolução Cultural da era do capitalismo neoliberal teve uma função histórica crucial: romper o vínculo entre tempo presente-tempo passado – o que Eric Hobsbawm (2008) identificou no lúgubre fenômeno da “presentificação crônica”.

d) O novo *habitat* do trabalho flexível caracterizou-se pela diversificação interna das organizações capitalistas com respeito às *formas de implicações* contratuais nos locais de trabalho. A terceirização contribuiu para a “implosão” do coletivo salarial. Em um mesmo local de trabalho reestruturado podemos encontrar várias modalidades de contratação salarial com a ampliação das formas precárias. Temos o que Ulrich Beck (2000) denominou de “novo e admirável mundo do trabalho” flexível. Na verdade, com a nova precariedade salarial, o trabalhador coletivo do capital adquiriu um novo modo de ser, decorrente do desmonte do trabalho formal e do crescimento da informalização das relações de trabalho no capitalismo flexível.

Enfim, o modo de contratação-padrão (o trabalho por tempo indeterminado com benefícios sociais e previdenciários ou o emprego para toda a vida) reduziu-se em termos relativos,

embora persista no “núcleo” mais dinâmico das organizações capitalistas. Mesmo na administração pública, a mancha de nova precariedade salarial ampliou-se por conta da lógica do Estado neoliberal que introjetou na organização do trabalho público a lógica do trabalho privado (no Brasil isso tornou-se flagrante não apenas com os governos neoliberais, mas também com os governos neodesenvolvimentistas). Guy Standing (2013) denomina o novo trabalhador flexível de *precariado*.

Na verdade, com o capitalismo neoliberal ocorreram importantes alterações nos modos de contratação do trabalho, com a implementação das políticas de flexibilização trabalhista que desmontou o contrato de trabalho-padrão que caracterizou o mercado de trabalho dos “trinta anos dourados” do capitalismo central (1945-1975). Sob o compromisso fordista-keynesiano nos EUA, na Europa Ocidental e no Japão, o que prevalecia era o *contrato de trabalho-padrão*, embora pudéssemos também encontrar modalidades precárias de trabalho na borda periférica do mercado de trabalho, principalmente nas empresas não monopolistas (com imigrantes, latinos, negros, etc.). O contrato de trabalho-padrão constituía um importante pilar dos anseios e expectativas de jovens trabalhadores (empregados ou operários) que buscavam adquirir *capital humano* necessário para pleitear a realização profissional, constituindo, desse modo, a *vida boa* na era do capitalismo fordista-keynesiano (emprego para toda vida; família burguesa e consumo de massa).

Entretanto, com a crise do capitalismo fordista-keynesiano na década de 1970, implodiu-se a concertação social entre capital e trabalho. A necessidade de o capital reestruturado reduzir custos implicou romper o paradigma do contrato de trabalho-padrão, ampliando as modalidades de contrato de trabalho flexíveis. Da

*teoria do capital humano* evolui-se (ou involui-se) para a *teoria da empregabilidade*. Enquanto a posse do capital humano garantia o emprego por toda a vida; a capacidade de empregabilidade permite apenas a fluidez da pessoa-que-trabalha no mercado de trabalho, isto é, a possibilidade de inserir-se em novas ocupações não necessariamente com as mesmas vantagens salariais e benefícios previdenciários do último emprego, tendo em vista as circunstâncias de instabilidade sistêmica das economias capitalistas na era do capital financeiro (no caso do Brasil, o lento desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, a partir da década de 1990, que prosseguiu de forma mais lenta na era do neodesenvolvimentismo, sendo aprofundada com o golpe branco de 2016, representou a implosão irremediável do sonho fordista-keynesiano da relação salarial).

Portanto, nos locais de trabalho reestruturados da era do capitalismo global encontramos um novo perfil geracional híbrido. Isto é, temos, convivendo lado a lado, não apenas clivagens geracionais (novos e velhos), mas clivagens de estatuto salarial (efetivos e precários). Além do novo arcabouço técnico-organizacional do capital, com suas novas máquinas informacionais digitais e seus novos métodos de gestão de cariz *toyotista* em suas múltiplas variações gerencialistas, temos importantes alterações nas relações de trabalho capitalistas, a vigência do trabalho flexível, que contribui efetivamente para importantes mudanças na morfologia social do trabalho assalariado propriamente dito.

## O NOVO TRABALHADOR COLETIVO DO CAPITAL

Essas novas características dos *locais de trabalho reestruturados* compõem o *novo trabalhador coletivo do capital*, que se

originou do padrão de acumulação capitalista “flexível”. A nova precariedade salarial está presente principalmente nos setores mais dinâmicos da acumulação de capital – grandes empresas da indústria e dos serviços e, até mesmo, nos locais de trabalho da administração pública, tendo em vista a invasividade da lógica produtivista no trabalho público por conta da efetivação do Estado neoliberal. Devido à flexibilização trabalhista, ampliou-se a presença do “trabalhador precário” nos coletivos laborais formalizados. Não se trata do emprego ilegal, mas do emprego informal legalizado pelas novas modalidades de contratação precária. A disjunção *trabalho informal* e *trabalho formal* tornou-se obsoleta, haja vista que, se trabalho formal é aquele trabalho *legalizado* pelo Direito do Trabalho, percebemos, cada vez mais, que o trabalho informal ou trabalho precário tornou-se também legalizado pelo novo arcabouço flexível da legislação trabalhista, muitas vezes dissolvendo, para tal, o Direito do Trabalho e incorporando-o à lógica jurídica do Direito Civil, ocultando assim, a relação de vínculo empregatício.

A nova precariedade salarial é a precariedade salarial *desregulamentada*, no sentido da perda de amparo da relação laboral pelo Direito do Trabalho. O vínculo de emprego torna-se cada vez mais ocultado pelas formas jurídicas que, lastreadas na lógica do Direito Civil, tratam a parte hipossuficiente da relação laboral (o empregado ou trabalhador assalariado) como sendo igual perante a parte autossuficiente – o empregador ou capitalista. Na verdade, no mercado de trabalho da era do capitalismo global, o fetichismo da mercadoria adquiriu dimensões exacerbadas, tendo em vista a fragilidade estrutural de sindicatos e associações de trabalhadores. Por isso, busca-se, cada vez mais, ocultar o *vínculo empregatício* e, portanto, a *subalternidade* estrutural entre capital e trabalho intrínseco a ele, prevalecendo, assim, a lógica da prestação de

serviço, em que a relação de trabalho tornou-se uma relação de compra-e-venda entre sujeitos de direito (*a individualização das relações de trabalho*). A descoletivização da relação laboral é uma característica da *informalização* do trabalho assalariado, com o *trabalho informal* prevalecendo sobre o *trabalho formal*.

Portanto, os novos locais de trabalho reestruturados expõem um *complexo vivo do trabalho* mais *complexificado, fragmentado, heterogeneizado e pior – informalizado e informatizado*, como nos diria Ricardo Antunes (2014). Mas não apenas *informatizado*, mas também *informacionalizado*, tendo em vista que a presença das redes sociais na implicação paradoxal do trabalho capitalista é um elemento crucial para apreendermos a nova precariedade salarial. O trabalho flexível informacionalizado é o trabalho em rede que se projeta no ciberespaço e que provoca importantes alterações na morfologia e no metabolismo social do labor. Em alguns casos, *desterritorializa* o local das operações laborais e, ao tornar-se *intrusivo* na vida pessoal, “implode” a jornada de trabalho e a forma-salário, com tempo de vida e tempo de trabalho se fundindo com impactos perversos na subjetividade/socialidade e individualidade da pessoa humana-que-trabalha.

Entretanto, além de informatizado e informacionalizado, ele é também informalizado, uma vez que o *trabalho informal* está presente, cada vez mais, não apenas nos setores periféricos e menos dinâmicos da acumulação de capital, mas também nos núcleos mais dinâmicos da produção e reprodução capitalistas, representando a individualização das relações jurídicas de trabalho e a descoletivização da relação laboral (o que enfraquece a negociação coletiva e o sindicalismo histórico).

## A “DANÇA MACABRA” DO TRABALHO ABSTRATO

Ao tratar do conceito de “trabalho informal”, Francisco de Oliveira, no seu instigante ensaio *O ornitorrinco*, diz-nos:

No passado, no subdesenvolvimento, o “informal” poderia ser uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais, o que chegou a mostrar-se nos últimos anos da década de setenta; na minha própria interpretação, tratava-se de uma forma que combinava uma acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial. Em termos teóricos, tratava-se de uma forma aquém do valor, isto é, utilizava-se a própria mão-de-obra criada pelo movimento em direção às cidades – e não de uma reserva pré-capitalista – para prover de serviços as cidades que se industrializavam. (OLIVEIRA, 2013, p. 135).

Numa leitura convencional, o *trabalho informal* seria uma *situação passageira*. Desse modo, o Brasil teria uma reserva de força de trabalho *pré-capitalista* que se deslocaria para as cidades e proveria os serviços nas cidades que se industrializavam. A reserva de trabalhadores informais constituía, assim, a superpopulação latente do capital (MARX, 1996). Para Francisco de Oliveira (2013), o informal é *uma forma aquém do valor*, no caso de países capitalistas hipertardios, que constituiu efetivamente a dinâmica de acumulação capitalista no Brasil. Ele faz parte ontogeneticamente da formação capitalista no Brasil. Oliveira faz a crítica da razão dualista, que concebe o informal e o formal como sendo contraditoriamente antípodas na lógica do capitalismo brasileiro. Na verdade, o capitalismo brasileiro – ontogeneticamente

capitalista, como um ornitorrinco, animal de difícil caracterização – historicamente articulou, de modo dialético, complementar e contraditório, o formal e o informal, o moderno e o arcaico, o valor e aquilo que está aquém do valor.

O que ocorre na era do capitalismo global é a afirmação dialética da *reposição do “arcaico” no interior do movimento do “moderno”*. O “retorno” do trabalho informal no interior da modernidade salarial inacabada e desconstruída não pode ser considerado uma situação passageira – aquilo que Oliveira (2013, p. 135), no caso do Brasil disse, “a transição para a formalização completa das relações salariais, o que chegou a mostrar-se nos últimos anos da década de setenta”. Entretanto, a rigor, a informalização da relação de exploração que ocorre com a nova precariedade salarial não se trata apenas da reposição do “arcaico” – nem mesmo em um país de capitalismo-ornitorrinco como o Brasil. *O trabalho informalizado que corrói a velha precariedade salarial fordista-keynesiana é expressão do movimento da moderna acumulação flexível nas condições da crise estrutural do capital*. O arcaico interverte-se no moderno (ou pós-moderno). Portanto, não se trata de situação transitória (ou politicamente contingencial) capaz de ser revertida por meio de um novo ciclo de acumulação capitalista nos moldes históricos do pós-guerra.

Em suas reflexões, Francisco de Oliveira (2013) reconheceu a causalidade estrutural da (re)posição do trabalho informal no âmago do capitalismo moderno nas condições históricas da crise estrutural de valorização do valor. Diz ele: “Avassalada pela terceira revolução industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato” (OLIVEIRA, 2013, p. 135). É o salto mortal da

produtividade do trabalho (o aumento da composição orgânica do capital em termos de valor) que produz a plenitude exacerbada do *trabalho abstrato*. Entretanto, como ele diria a seguir, o salto mortal da produtividade leva a “transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão” (OLIVEIRA, 2013, p. 135). O trabalho abstrato em sua plenitude encontra sua *desmedida*, pois seus parâmetros categoriais, a *jornada de trabalho* e a *forma-salário*, sofrem alterações qualitativamente novas. O fetiche em sua máxima expressão decorre da *síntese – ou quase fusão – da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa*. Diz ele:

Aqui, *quase* se fundem mais-valia absoluta e relativa: absoluta porque o capital usa o trabalhador quando necessita dele, relativa porque isso é possível somente devido à enorme produtividade. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção. Os serviços são o lugar da divisão social do trabalho onde essa ruptura já aparece com clareza. Cria-se uma espécie de “trabalho abstrato virtual” (OLIVEIRA, 2013, p. 136, grifo nosso).

A reflexão provocativa de Francisco de Oliveira (2013) expõe o processo radicalmente contraditório da dinâmica de produção do capital por conta do salto mortal ou aumento exacerbado da produtividade do trabalho. Ele diz que “quase se fundem mais-valia absoluta e relativa” (p. 136). O detalhe é que, a rigor, elas *não se fundem, mas quase se fundem* – o que significa que, a produção do capital na era do capitalismo global se trata de uma

“dança macabra” que nos deixa enfeitiçados pela *quase fusão* dos seus pares dialéticos reflexivos (mais-valia absoluta e relativa). Não é, desse modo, a nova forma de capital (a maquinofatura), a *quase fusão* do Homem com a Técnica por meio da base tecnológica da Quarta Revolução Industrial?

Enfim, nesse intercurso perverso – “coisa de feitiçaria”, diria Francisco de Oliveira (2013, p. 136) – a mais-valia absoluta se impõe por meio da *jornada de trabalho flexível* (por exemplo, o recurso do banco de horas): “O capital usa o trabalhador quando necessita dele” (OLIVEIRA, 1998). Ao mesmo tempo, a *mais-valia relativa* cai numa contradição insana, pois com o aumento exacerbado da produtividade do trabalho, “suprime-se” o tempo de não trabalho (o *tempo de trabalho necessário*); e, por conseguinte, aumenta-se demasiadamente o *tempo de trabalho excedente*, que se confunde com a “jornada de trabalho”. Nesse caso, todo o tempo de trabalho confunde-se com o *tempo de produção do capital*. Na medida em que o tempo de trabalho necessário é “suprimido”, o impulso vital do capital – “o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia” (MARX, 1996) – exacerbba-se demasiadamente. A “dança macabra” da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa opera o alongamento extensivo e intensivo da “jornada de trabalho”. Ao desaparecer os tempos de não trabalho (o tempo de trabalho necessário), a jornada de trabalho se transfigura, “implodindo”, na medida em que o *trabalho abstrato vaza e invade* o tempo de vida. Francisco de Oliveira (2013) concebe, assim, o que ele denominou *trabalho abstrato virtual*, resultado do avesso da jornada de trabalho. Estamos no domínio, não mais do *aquém do valor*, ou mesmo do *anti-valor*, mas do *avesso do valor* (que, a rigor, não deixa de ser valor). Diz ele sobre os *transtornos* da categoria “jornada de trabalho” e o surgimento da categoria *trabalho abstrato virtual*:

Os serviços são o lugar da divisão social do trabalho onde essa ruptura já aparece com clareza. Cria-se uma espécie de “trabalho abstrato virtual”. As formas “exóticas” desse trabalho abstrato virtual estão ali onde o trabalho aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores: nos shoppings centers. Mas é na informação que reside o trabalho abstrato virtual. O trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual. Sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não-tempo, que é igual a tempo total. (Oliveira, 2013, p. 137).

E arremata: “Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador, fazendo o trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata? Por isso, conceitos como formal e informal já não têm força explicativa” (OLIVEIRA, 2013, p. 138).

É claro que Oliveira (2013) tateia na densa névoa das mudanças estruturais do trabalho nas condições históricas do capitalismo global, desvelando possibilidades de elaboração categorial bastante criativas – embora problemáticas. Presenciamos efetivamente uma crise estrutural de valorização do valor que opera, em sua plena efetividade, aquilo que Ruy Fausto denominou de “negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo” (FAUSTO, 1988, 1989). Na verdade, poderíamos dizer: negação do capitalismo no interior da própria afirmação do capital como movimento de autovalorização do valor afetado de negação. Em síntese: está explicada a proeminência hegemônica do *capital fictício* no capitalismo do século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório*. Bauru: Praxis, 2016. 315 p.
- ALVES, G. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Praxis, 2013. 260 p.
- ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Praxis, 2007. 298 p.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000. 368 p.
- ALVES, G. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: a nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Praxis, 2014. 224 p.
- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011. 168 p.
- ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 3.
- BECK, U. *Un nuevo mundo feliz: La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós, 2000. 272 p.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998. 288 p.
- BOYER, R. *La Fléxibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte, 1986. 330 p.
- FAUSTO, R. A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles). *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, p. 47-68, nov. 1989.
- FAUSTO, R. *Marx, Lógica & Política*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 320 p. v. 2.

- GORZ, A. *O Imaterial*. São Paulo: Annablume, 2003. 106 p.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. 352 p.
- HERMANN, M.; PENTEK, T.; OTTO, B. *Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios: A Literature Review*. Dortmund: Technische Universität Dortmund, 2015. Working Paper, n. 1. Disponível em: <[http://www.thiagobranquinho.com/wp-content/uploads/2016/11/Design-Principles-for-Industrie-4\\_0-Scenarios.pdf](http://www.thiagobranquinho.com/wp-content/uploads/2016/11/Design-Principles-for-Industrie-4_0-Scenarios.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- HOBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 632 p.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 325 p.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. v. 1.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013. 150 p.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 232 p.
- SALERNO, M. S. Flexibilidade e organização produtiva. In: CASTRO, N. A. (Org.). *A máquina e o equilíbrio: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 53-83.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 204 p.
- SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 192 p.
- STANDING, G. *O Precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013. 288 p.



## CAPÍTULO 3

### DIREITOS HUMANOS E DISJUNTIVA ENTRE UNIVERSALISMO E RELATIVISMO:

#### **a superação pela teoria social marxiana**

**Daniel Araújo Valença**

A virada do século vem acompanhada de um novo cenário no tocante aos direitos humanos: como bem colocou Douzinas (2009), internacionalmente, eles são, agora, plataforma da esquerda e da direita, do norte e do sul do globo; revelam-se uma via discursiva para a implementação e a negação de direitos humanos; estão presentes em ocupações de terra por parte de trabalhadores rurais, bem como nas ingerências e intervenções militares norte-americanas em busca da consolidação “dos direitos humanos e da democracia”.

Essa nova conjuntura<sup>1</sup> mostrou-se acompanhada do debate entre as perspectivas universalista e relativista ou contextualista de direitos humanos. Em preliminar conceituação, pode-se dizer

• • • • • •

1 Para Gramsci, “a conjuntura seria o conjunto das características imediatas e transitórias da situação econômica e, por este conceito, seria então necessário entender as características mais fundamentais e permanentes da própria situação. Portanto, o estudo da conjuntura ligado mais estreitamente à política imediata, à ‘tática’ [e à agitação], ao passo que a ‘situação’ liga-se à ‘estratégia’ e à propaganda, etc.)” (GRAMSCI, 2006, p. 439-440).

que, para os primeiros, os direitos humanos são conquistas da civilização ocidental, a serem levadas a todas as partes do globo, seguindo a diretriz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que os propugna como universais, interdependentes e indivisíveis<sup>2</sup>; ou seja, atribuíveis, em seu conjunto, a todos os seres humanos pela simples condição humana. No outro polo, os relativistas arguem que esse modelo não respeita as especificidades locais, revelando-se como uma imposição ocidental a culturas, inclusive milenares, e, frequentemente, demonstram se constituir em instrumento de intervenção estrangeira na soberania de cada Estado.

Apesar da importância de cada uma dessas visões, a perspectiva da qual se parte neste capítulo é a de que os direitos humanos se constroem *na história*, a partir de contradições, e de uma realidade de intensa luta entre classes e frações de classes. Não estão inatos em nenhuma pessoa, não nascem nem com elas morrem; se constroem a partir da sociabilidade humana, conexos a determinadas estruturas e realidades espaço-temporais. Em paralelo, a categoria superação aqui adotada se refere a seu sentido hegeliano (*Aufhebung*), dialético; conservam-se elementos das duas principais vertentes teóricas dos direitos humanos, mas também se isolam suas limitações e eleva-se à síntese de nível superior (COUTINHO, 2007).

Portanto, busca-se demonstrar a insuficiência do universalismo e do relativismo para a compreensão da história social dos direitos humanos. Propõe-se, como alternativa, uma interpretação

• • • • • • •

2 Universais porque direitos de todos os seres humanos; indivisíveis e interdependentes porque a violação a uma categoria de direitos – a de acesso à educação, por exemplo – implicaria a violação de outra – o direito ao voto livre – e vice-versa.

com pilares fincados na filosofia da práxis<sup>3</sup>, em que categorias marxianas revelam-se imprescindíveis para a reflexão sobre os direitos humanos. Se bem é verdade que Marx e Engels não se voltaram mais decididamente para essa temática – o que já desponta como indício de como a enxergavam –, obras como *Para a Questão Judaica* (MARX, 2009), *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (MARX, 2013a), *Prefácio à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008), *La España Revolucionaria* (MARX, 2014), *A Sagrada Família* (MARX; ENGELS, 2011), *O Capital* (MARX, 2013b) e *O Socialismo Jurídico* (ENGELS; KAUTSKY, 2012) possibilitam uma interpretação singular sobre os direitos humanos, desde uma perspectiva marxista.

Para tanto, em um primeiro momento, debruça-se sobre os elementos do universalismo e do regionalismo. Logo após, sobre a evolução dos direitos humanos, mas vista em perspectiva dialética, apontando seus movimentos e contradições. Por fim, um levantamento quanto ao entendimento dos direitos humanos na obra marxiana e desdobramentos para uma análise marxista sobre este tema.

• • • • •

3 Gramsci, em seus *Cadernos*, denominava o marxismo de filosofia da práxis, a qual “não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas” (GRAMSCI, 2006, p. 388). Para além de ciência, o marxismo seria também uma forma nova e superior de compreensão de mundo, de filosofia. Alerte-se, obviamente, para o contexto de cárcere em que ele recorreu a tal termo.

## **UNIVERSALISMO X RELATIVISMO: GÊNESE DO DUALISMO NA CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

O discurso dos direitos humanos teve como berço uma concepção universalista. Um dos esteios políticos do período revolucionário, de superação do regime absolutista na Europa e estruturação do Estado Liberal, foi a concepção jusnaturalista do Direito. A ideia de direito natural foi elaborada em contraposição à ordem jurídica estruturada na divisão estamental da sociedade. As lutas movidas pela burguesia e pelas camadas populares contra o Antigo Regime precisavam de um discurso de legitimação, elaborado na proposição de injustiça dos poderes opressores, das desigualdades de nascimento e da exploração que as classes da nobreza e do clero exerciam sobre o terceiro estamento. A síntese do discurso revolucionário em “liberdade, igualdade e fraternidade” revela as reivindicações políticas que, com a tomada do poder, foram institucionalizadas como normas jurídicas positivadas.

As declarações de direitos desse contexto histórico, a exemplo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, traduziram em diplomas normativos a postulação da existência de prerrogativas naturais, imanentes aos seres humanos, e apresentaram o rol de direitos que seriam consagrados como direitos humanos fundamentais. Como a burguesia havia assumido a direção da luta revolucionária, não por acaso, a lista dos direitos naturais positivados correspondia às principais pautas da classe burguesa.

Portanto, o nascimento da acepção moderna dos direitos humanos partiu de teorização e de manifestação jurídica universalistas, claramente perceptíveis nos termos em que se expressam

as declarações<sup>4</sup>. A sustentação da proposição universalista dos direitos humanos está na pretensa existência de uma ordem moral objetiva, também universal, que pauta a ordem jurídica, e tem em Kant a síntese racionalista da gnoseologia moral. O conjunto de valores pré-estabelecido seria inferido de uma noção do “bom” racionalmente verificável, pois inerente à natureza humana. Não por acaso, também os valores aduzidos da pretensa racionalidade coincidem com o conjunto de valores ocidentais, mesmo comportando contradições e contribuições de outras tradições.

O pensamento relativista, por sua vez, sustenta a impossibilidade de se estabelecer um parâmetro absoluto para avaliação das ações e decisões morais, sustentando que conceitos de “bom” ou “ruim” só fazem sentido no âmbito das culturas e sociedades específicas da qual emanaram. A sistematização do pensamento relativista e sua contraposição ao universalismo se estabeleceram contemporaneamente a partir das influências de pesquisas etnográficas na Antropologia. Estudos como os de Todorov (2003) e Malinowski (1978) ofereceram base a interpretações de culturas que romperam com a vertente evolucionista.

A partir da consideração de que cada código cultural só fazia sentido no âmbito em que fora elaborado e que a descontextualização da cultura de origem não pode comportar o mesmo significado, foi proposta, no âmbito da ciência antropológica, uma nova epistemologia para o conhecimento das sociedades, pautada pela concepção de que os significados são relativos a cada cultura<sup>5</sup>. Outras Ciências Humanas receberam essas contribuições

- • • • •
- 4 Para tanto, ver a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a Declaração de Direitos de Virgínia (1776), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), dentre outras.
- 5 Todorov (2003), em seu estudo sobre a alteridade na obra *A Conquista da América*, coloca que Colombo ou “pensa que os índios (apesar de não

e sustentaram o relativismo face aos parâmetros universalistas, os quais, no Direito, eram expressos pela postulação de valores morais “objetivos” como parâmetros orientadores das normas “corretas” ou “melhores”.

Ocorre que, de um lado, o universalismo implica em uma visão idealista, deslocada da realidade, e no autoritarismo de se tomar uma perspectiva de mundo específica, situada no tempo e no espaço, como verdade universal – no caso dos direitos humanos, a cultura e a racionalidade ocidentais. Além disso, a proposição da existência de valores morais objetivos dá ensejo a considerável problema filosófico, que, especificamente no Direito, é combatido pelo positivismo jurídico.

De outro, o relativismo provocou avanço teórico na análise dos direitos humanos, no sentido de desmistificar as proposições universalistas, que serviram de justificativa para inúmeras “cate-queses” na história. A despeito disso, faltam-lhe elementos que proporcionem diálogos e sínteses de consensos possíveis entre os sujeitos diferentes e divergentes, e o relativismo acaba isolando modos de vida, como se eles estivessem à parte da história e consistissem em manifestações estanques. In corre-se no risco de se perder a totalidade da sociabilidade humana, as grandes narrativas e suas consequências. Como Flores (2009) sustentou,

utilizar esses termos) são seres completamente humanos com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros, ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu *eu* com o universo; na convicção de que o mundo é um” (p. 58-59).

o relativismo pode representar outra forma de universalismo, de caráter localista, que acaba sendo tão cheio de dogmas quanto o outro. As posições ortodoxas frente a ambos formam o par de retas paralelas que nunca se encontrarão.

Esse debate dualista apresenta sinais de esgotamento sem, contudo, haver superado as aporias de uma e de outra visão. O antropólogo Clifford Geertz (2001), no texto *Antiantirelativismo*, aponta as fragilidades das proposições e objeções universalistas ao relativismo. No entanto, não sustenta, contra elas, o relativismo ortodoxo. Ao assumir posição “antiantirelativista”, ele mostra ser sintomático a necessidade de um caminho diferente, que possa responder os problemas na teoria, na compreensão histórica e na implementação dos direitos humanos além do que a capacidade das duas vertentes em conflito permitiu.

Passa-se, pois, a debruçar-se sobre a filosofia da práxis como alternativa frente à dicotomia supracitada.

## **A FILOSOFIA DA PRÁXIS E OS DIREITOS HUMANOS: ENTRE A NEGAÇÃO E SUA SUPERAÇÃO**

Nos meios acadêmicos, é recorrente a visão de que Marx e os que o sucederam, teoricamente e na ação política, revelam postura contrária aos direitos humanos. Em geral, essa crítica é centrada, em primeiro lugar, na temática democracia – devido a postulações marxistas como a “ditadura do proletariado”, a tomada do poder do Estado pela via revolucionária ou o regime de partido único. Em segundo lugar, aventa-se que as proposições coletivistas e anti-individualistas do marxismo seriam uma ameaça à esfera de liberdade e realização individual, consistindo em uma

doutrina que ofende a dignidade humana, contrária à autonomia e à diferença entre as pessoas.

Todavia, essa análise não condiz com uma adequada problematização das obras marxianas e sua influência nos meios socialistas. Em verdade, como se abordará adiante, a filosofia da práxis e a ação política nela fundada possibilitaram a expansão dos direitos humanos, especialmente no século XX. Para além, é pela filosofia da práxis que se mostra possível apreender em perspectiva totalizante o conteúdo dos direitos humanos, seus limites e contradições. Aquela primeira leitura equivocada, deve-se, de um lado, a uma perspectiva mecânica de apreensão dos textos marxianos (principalmente, *Para a Questão Judaica*, MARX, 2009<sup>6</sup>) e, de outro, a uma visão unilateral e ideológica dos processos políticos da modernidade e, em especial, dos Estados autoproclamados socialistas após a revolução proletária de 1917.

A categoria ideologia – que admite múltiplos usos –, neste caso, refere-se não

[...] Apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as *ideias* ocupariam o lugar dos *agentes históricos reais*. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o

• • • • • •

- 6 Há, até mesmo, em função desta leitura insuficiente, mecânica e descontextualizada, quem acuse Marx de antisemita, quando, em realidade, era ele quem, no enfrentamento teórico com Bruno Bauer, defendia que, para a emancipação política, nem judeus nem católicos precisariam abdicar de suas crenças particulares.

*aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir. [...] o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, e, destarte, engendrar uma lógica da identificação de todos os sujeitos sociais com uma *imagem particular universalizada*, isto é, a imagem da classe dominante. [...] Em outras palavras a coerência ideológica não é obtida *malgrado as lacunas*, mas, pelo contrário, *graças a elas*.<sup>7</sup> (CHAUÍ, 2000, p. 3-4, grifo do autor).

Em seus trabalhos mais voltados à crítica à filosofia, Marx abordou o caráter ideológico dos direitos humanos. Seguindo as categorias de seu método (NETTO, 2009) – o qual estava a construir progressivamente em paralelo ao seu desenvolvimento intelectual –, ele compreendeu os direitos humanos dentro da história, em uma perspectiva totalizante, embora conectada à mediação com a realidade, os sujeitos e as formas de reprodução social.

• • • • • •

7 Tornou-se hegemônico, na teoria dos direitos humanos, considerá-los descolados dos agentes reais que os criaram; veem-nos desatrelados do movimento da história, vinculados a gerações (ou dimensões), como se fruto de uma evolução histórica digna do reencontro do humano com a sua natureza imanente. São justamente as lacunas na apreensão da totalidade social que possibilitam essa visão parcial.

Em seu período radical-democrático, Marx, a partir daquela perspectiva, desvelou a natureza dos direitos humanos festejados no ambiente das revoluções burguesas:

Antes de tudo, constatemos o fato de que os chamados *direitos do homem*, os *droits de l'homme*, diferentemente dos *droits du citoyen*, não são outra coisa senão os direitos do membro da sociedade civil [burguesa, *burgerliche Gesellschaft*], i. e., do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade. (MARX, 2009, p. 63, grifo e colchetes do autor).

Os direitos humanos, proclamados como universais extraídos da razão humana e de uma ordem de valores também universal, seriam, em realidade, interesses particulares alçados à condição de universalidade. Naquele momento, Marx ainda não identificara as classes sociais como formas em constante conflito e produtoras da história. Todavia, já havia percebido que os direitos humanos estavam vinculados à ordem burguesa nascente. Para tanto, esmiuçou o conteúdo dos principais lemas da revolução. Dessa maneira, a liberdade proclamada nada mais representava do que:

O direito de fazer e empreender tudo o que não prejudique nenhum outro. Os limites dentro dos quais cada um pode se mover sem prejuízo de outrem são determinados pela lei, tal como os limites de dois campos são determinados pela estaca [das cercas]. Trata-se da liberdade do homem como mònada isolada, virada sobre si própria. (MARX, 2009, p. 63-64, colchetes do autor).

Portanto, essa liberdade, em sua aplicação prática, redundava em outro “direito”, o “direito humano à *propriedade privada* [...]”

o direito de – arbitrariamente (à *son gré* [à sua vontade – francês]), sem referência aos outros homens, independentemente da sociedade – gozar a sua fortuna e dispor dela” (MARX, 2009, p. 64, colchetes do autor). A igualdade seria o direito de cada homem ser considerado, de “igual modo, como essa mònada que repousa sobre si” (MARX, 2009, p. 65). Por fim, a segurança, como “o supremo conceito social da sociedade civil, o conceito da *policía*”, constituindo-se no “asseguramento de seu egoísmo” (MARX, 2009, p. 65).

Em realidade, os direitos humanos, ali descortinados por Marx, representavam a necessidade da construção de uma ordem superestrutural que superasse a feudal e possibilitasse o desenvolvimento das forças produtivas que se conformavam naquele momento histórico. A venda da força de trabalho, base da acumulação capitalista após o período mercantil<sup>8</sup>, só seria possível com o fim dos estamentos e a consequente liberdade (reduzida à qualidade) de contratar. Todavia, essa liberdade, aparentando uma realidade de pessoas mais livres sob a dominação burguesa do que no sistema feudal, não se configura como o desenvolvimento pleno das individualidades, pois as desgraças a que homens e mulheres estão submetidos parecem ser acidentais, e não decorrentes de sua sujeição à violência das coisas<sup>9</sup> (MARX, 2007).

• • • • •

- 8 O capitalismo comercial, fundado na espoliação das riquezas naturais das colônias e no trabalho escravo, logo viria a ser superado, tendo em vista que é a partir da compra de força de trabalho que a mercadoria adquire valor e o capitalismo desenvolve sua principal característica: a expansão, anárquica, de maneira ilimitada.
- 9 Um fato histórico que advoga a favor desta elaboração marxiana é o processo de quebra de máquinas ocorrido no início da revolução industrial, denominado ludismo.

Conforme exposto, Marx não estava contra os direitos humanos em si (MÉSZÁROS, 2008). Ele apenas desnudou que a proclamação de direitos humanos continha uma contradição insuperável: aspirar à universalidade, mas se alicerçar no indivíduo egoísta, burguês, dissociado da comunidade. Ao se fundarem os direitos humanos na liberdade de contratar e de adquirir individualmente a terra, atribuindo-lhe um valor de troca para além do valor de uso, em realidade, não se estava promovendo o direito universal à propriedade, mas o direito à propriedade de reduzido número de cidadãos frente à ampla maioria excluída deste. Não se estava, pois, superando uma ordem decadente fundada em privilégios, dotes naturais e divisão fixa entre as pessoas por outra que assegurasse o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. A forma de exploração feudal estava sendo substituída por outro arranjo, que comportava e atendia de maneira mais eficiente às necessidades de expansão e acumulação do capital.

Ao se debruçar sobre a totalidade social, a concretude da realidade revela as contradições desse processo que corroboravam as teses marxianas: dois anos após a irrupção da revolução francesa, em 1791, os escravos do Haiti, embalados pelos lemas da revolução, rebelaram-se e, ao longo de 12 anos, guerrearam até, em 1803, conquistarem a independência e o estabelecimento do Estado negro do Haiti (JAMES, 2004). A insurreição anticolonial, não por ironia, era justamente contra a França.

Marx reconhecia a importância da emancipação política, mas, já à época, percebera os seus limites e sua insuficiência frente à emancipação humana<sup>10</sup>. Para Netto (2009, p. 25), “a emancipação

• • • • • •

10 À página 72, Marx (2009) anuncia a busca pela emancipação humana, todavia, é ao longo das obras seguintes que ele irá conformá-la, adotar a luta de classes e concluir ser o proletariado o sujeito revolucionário.

política – que Marx considera, sem qualquer dúvida, um progresso, uma conquista da Revolução (burguesa) que destruiu o Antigo Regime – não é, pois, a emancipação humana”. Dessa forma, segundo Marx (2009, p. 52, grifo do autor), “a emancipação *política* é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma de emancipação política no interior da ordem mundial até aqui”.

Em relação à emancipação política, Marx demonstrou a sua insuficiência, visto que essa representava a “redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral” (MARX, 2009, p. 71). Assim, iniciava-se um momento histórico em que desigualdade econômica viria a conviver com igualdade política (WOOD, 2011).

O “homem” viu-se cindido, pois, em duas esferas: uma em que gozaria livremente de suas individualidades – e, consequentemente, da liberdade de contratar a venda de mão-de-obra e extrair mais-valia –, e outra que se constituiria na esfera pública. Seria possível, então, a autonomia destas esferas – extremas desigualdades na esfera privada não trariam implicações para a esfera política:

Somente a Revolução Francesa completou a transformação dos estamentos políticos em sociais, ou seja, fez das distinções estamentais da sociedade civil simples distinções sociais, distinções da vida privada sem qualquer significado na vida política. A separação da vida política e da sociedade civil foi, assim, consumada. (MARX, 2013a, p. 103).

Marx desconstruiu, em sua crítica à Hegel, a possibilidade aventada de o poder político, o Estado, ser a esfera da totalidade, do *universal*, que estaria acima e contra os interesses particulares:

A oposição entre Estado e sociedade civil [de acordo com Hegel] está, portanto, consolidada; o Estado não reside na sociedade civil, mas fora dela; ele a toca apenas mediante seus ‘delegados’, a quem é confiado a ‘gestão do Estado’ no interior dessas esferas. Por meio destes ‘delegados’ a oposição não é suprimida, mas transformada em oposição ‘legal’, ‘fixa’. O ‘Estado’ é feito valer, como algo estranho e situado além do *ser* da sociedade civil, pelos deputados deste ser contra a sociedade civil. A ‘polícia’, os ‘tribunais’, e a ‘administração’ não são deputados da própria sociedade civil, que neles e por meio deles administra o seu *próprio* interesse universal, mas sim delegados do Estado para administrar o Estado contra a sociedade civil. (MARX, 2013a, p. 74, colchetes do autor).

O instituto da representação – e o próprio Estado moderno – revelava um caráter de pretensão à universalidade, por mais que significasse, antes de mais nada, a representação de interesses particulares com roupagens de universais, conforme sustenta o próprio Marx: “Hegel aduz, como razão, que os representantes devem ser escolhidos precisamente para o exercício dos ‘assuntos universais’; mas as corporações não são a existência dos assuntos universais” (MARX, 2013a, p. 142).

Marx e Engels mantiveram essa elaboração sobre direitos humanos ao longo de suas obras e, quando Marx já havia falecido, Engels, em escrito ao lado de Kautsky e em resposta ao socialismo jurídico, reafirmou:

Isso naturalmente não significa que os socialistas renunciem a propor *determinadas reivindicações jurídicas*. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido em geral. As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando essa classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de *reivindicações jurídicas*. Mas as reivindicações de cada classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas e são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social. Daí decorre também que o fato de as reivindicações jurídicas de cada partido singular, apesar de concordarem quanto à finalidade, não serem completamente iguais em todas as épocas e entre todos os povos. (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 47).

Os direitos humanos, pois, continuam sendo expostos nos termos de seus limites. Mais, Engels e Kautsky (2012) apontavam a necessidade de que o movimento socialista fizesse reivindicações fora da ordem, justamente para demonstrar a contradição de fundo do Estado moderno e a impossibilidade de alcance da emancipação humana pela via jurídica. Ademais, nesse trecho, há pistas sobre a distinção frente ao universalismo e ao relativismo e a possibilidade de, a partir da filosofia da práxis, superá-los. Sem dúvidas, o marxismo, em sua teoria e ação política, visa outra razão de mundo (TONET, 2013): um mundo fundado no trabalho associado, em que os indivíduos seriam livres do capital para desenvolver suas potencialidades.

Se essa perspectiva pode representar uma afinidade com as diretrizes do universalismo e, consequentemente, negação do contextualismo, a ação política e a análise concreta da realidade – em seus aspectos espaço-temporais –, destarte o objetivo final seja o mesmo, desautorizam qualquer perspectiva universalizante.

Dentre os marxistas, quem primeiro atentou e aprofundou a importância da realidade nacional – e, destacadamente, da disputa cultural no seio da sociedade civil – foi Antônio Gramsci. Ao desenvolver sua análise sobre a realidade nacional na Itália, o mesmo percebeu que, naquele momento histórico, produzia-se uma transformação do Estado moderno, que, nos países mais desenvolvidos, passara a fundar-se não apenas na coerção, mas também na produção do consenso. Portanto, nessas nações, o movimento socialista deveria voltar-se à disputa cultural, moral e organizativa nos aparelhos da sociedade civil:

[...] Mas, a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (GRAMSCI, 2006, p. 225).

Gramsci (2006) aponta que essa construção de hegemonia deve ocorrer antes da tomada do poder político pela classe proletária; pois não seria o Estado que levaria às mudanças em âmbito da sociedade civil, mas, pelo contrário, uma primeira mudança em termos de sociedade civil seria o avanço inicial do processo

de tomada do poder político, para então verificar-se uma relação dialética de transformação social radical.

Por fim, depreendemos que Marx apontara que a emancipação política (igualdade civil em determinado Estado laico) seria muito limitada, porque mantém a desigualdade real entre as pessoas. Ele se questiona qual é a natureza da emancipação. Se, de um lado, representava um avanço (a emancipação política), de outro, não significava a emancipação final do ser humano, sua liberdade (em conceito não liberal). Ao oposto, Marx chega à conclusão de que a emancipação política não é liberdade, mas sim elemento central na manutenção e reprodução das desigualdades.

Em *Para a questão Judaica*, Marx (2009) sustenta que a emancipação política da religião possui a mesma natureza que a emancipação política da propriedade privada, todas levadas a cabo pelo Estado moderno – na passagem da propriedade individual e da religião do âmbito do público para o privado. Longe de eliminar de fato as diferenças provenientes de nascimento, religião, etc. o Estado só existe sobre essas premissas e diferenças, e só é percebido como estado político na medida em que faz manter a sua generalidade em contraposição às particularidades que são mantidas no seio da sociedade civil.

Por fim, o pensamento marxiano aponta a crítica ao idealismo, uma vez que “ideias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática” (MARX; ENGELS, 2003, p. 137). Como se perceberá ao longo deste estudo, a filosofia da práxis oferece um método em que as contradições saltam aos olhos em seu contexto sócio-concreto-temporal<sup>11</sup>. Para Marx, somente

• • • • • • •

11 Essa operação consta em diversas obras de Marx e Engels. Em *A Sagrada Família*, por exemplo, dentre outras passagens, questiona-se: “Sendo

uma ontologia do ser social seria adequada para a compreensão da realidade. A partir dessa abordagem, os direitos humanos não seriam, pois, qualidades inatas aos seres humanos que estavam caindo dos céus; mas, sim, um processo histórico específico, concreta e socialmente constituído, a partir da ação das classes em conflito.

Com esses fundamentos, analisaremos, de maneira panorâmica, a história social dos direitos humanos e apontaremos caminhos possíveis à relação entre direitos humanos e marxismo na atualidade, como alternativa às aporias advindas de visões universalistas e relativistas.

## **HISTÓRIA SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Para a “historiografia oficial” dos direitos humanos, estes apresentam marcos durante a modernidade, advindos, essencialmente, do próprio Estado moderno. Assim, no século XVIII, com a Revolução Francesa, tem-se a Declaração dos Direitos do Homem, e a conformação dos direitos de primeira geração. Vale salientar que alguns se preocupam com o debate quanto à propriedade ou não do vocábulo *geração* e propõem, em seu lugar, *dimensão* – direitos civis e políticos que se constituiriam em obrigações negativas por parte do Estado.

Existiria, pois, um segundo momento, *dimensão ou geração* de direitos humanos, surgidos na primeira metade do século XX, a

assim, resta perguntar *o que* é uma questão *religiosa* e, sobretudo, *o que* ela é hoje em dia? (MARX; ENGELS, 2003). Marx volta-se à ontologia do ser social e, como se vê, adequa o seu objeto no contexto de determinado momento histórico. Ele não revela os atributos da imanência, da perenidade, da metafísica; ao contrário; revela-se concreto, delimitado espaço-temporalmente.

partir das constituições de Weimar e a Mexicana, principalmente. Estas previram assistência social, direitos sociais e trabalhistas às populações dos territórios a que estavam vinculadas e inauguraram uma expansão de direitos.

Após o fim da II Grande Guerra, com a experiência das atrocidades cometidas, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, na ordem jurídica internacional, surgiram sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, globais, vinculado à ONU, e regionais, como os sistemas interamericano, europeu, dentre outros.

O estabelecimento do direito internacional dos direitos humanos foi pautado pela concepção clássica, forjada no jusnaturalismo, e reforçou as proclamadas características de universalidade, indivisibilidade e interdependência. A universalidade é atribuída porque os direitos humanos são prerrogativas de todas as pessoas, assumindo, nessa fase histórica, um significado geopolítico de transplantação de fronteiras. A indivisibilidade, por sua vez, caracteriza a remissão dos direitos humanos à ideia moral fundante de sua teorização, que é a dignidade humana. Esta, representando o valor último que justifica a existência dos direitos humanos, não pode ser cindida; trata-se da concepção unificadora da própria natureza humana e, dessa forma, o conjunto dos direitos humanos representa uma categoria também única, que não pode ser separada. No mesmo esteio, surge o preceito de interdependência, por meio do qual se considera que a realização de cada direito humano só será plena com a garantia de realização dos demais direitos.

Nessa fase, temos o conjunto dos direitos humanos no terceiro nível geracional, que consagra direitos difusos e coletivos, das minorias, de paz, dentre outros, previstos em convenções e tratados internacionais.

Na perspectiva consolidada do direito internacional, os direitos humanos aparecem como algo imanente ao ser humano, pela sua simples condição humana. Por ter nascido, por ser pessoa, a ela, em qualquer lugar e tempo, é atribuída uma plataforma de prerrogativas. Flores (2009, p. 50) é certeiro ao traçar as linhas desta perspectiva:

Os direitos humanos se apresentam como as normas de justiça eternas, ancestrais e rastreáveis ao longo da história evolutiva da humanidade. Para a UNESCO e para a imensa maioria dos teóricos tradicionais dos direitos humanos, estes estiveram aí sempre, escondidos sob o que Hannah Arendt denominou condição humana.

Essa maneira de conceber os direitos humanos, em perspectiva universalista, aparenta, também, uma construção linear, com certa dose de progresso constante e a leve impressão de que viramos o século com toda a estrutura que nos garantirá, finalmente, a civilização. Senão, vejamos: primeiro conquistamos os direitos civis e políticos, após, os econômicos, sociais e culturais; primeiro tivemos as declarações, sem poder vinculante e força normativa, após, toda uma série de tratados e convenções, tribunais internacionais; conquistamos direitos civis, políticos, difusos e coletivos, direito à moradia, direito à terra, direito à renda, das minorias – infância e juventude, idosos, mulheres, dentre outros; direito até mesmo ao desenvolvimento sustentável!

Essa visão, ao dividir a história humana na modernidade em grandes blocos homogêneos de linearidade crescente, todavia, mais prejudica do que contribui para a luta cotidiana da efetiva construção dos direitos humanos. Assim como Marx (2013a) denunciara em *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, o erro da

substituição da realidade pela ideia faz do predicado sujeito e do sujeito predicado, e a idealização impede que se visualize como ocorre a construção e a violação a direitos humanos, os quais acabam por adquirir, nesta concepção, contornos de ideologia. Por outro lado, a negação de que há e sempre houve modelos de sociedade, complexos e articulados internacionalmente, que compõem e caracterizam determinada época, também não contribui para elucidar a história dos direitos humanos e os desafios neste limiar de século.

## A INSUFICIÊNCIA DA IDEALIZAÇÃO: EM DEFESA DE UMA HISTÓRIA SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS

A perspectiva idealizada e universalista de direitos humanos, majoritária atualmente, revela, como já explanado, inconsistências insuperáveis. Daí a busca incessante por explicar a recorrente violação de direitos humanos, em todos os seus campos, em decorrência de princípios jurídicos – tais como a *reserva do possível, a progressividade dos direitos sociais, econômicos e culturais* –, corrupção, má-gestão ou ausência de políticas públicas, ou, simplesmente, pela não efetividade de normas incorporadas ao ordenamento jurídico nacional.

Todavia, a recuperação de Marx é necessária para a compreensão dessa sistemática de violações aos direitos humanos. Em *Para a questão judaica*, Marx (2009) apontou a criação de dois mundos, com as revoluções burguesas e o desenvolvimento capitalista: a esfera privada, na qual valeriam os princípios da liberdade do indivíduo de comerciar e contratar, espaço do *homem egoísta*; e a pública, na qual os *cidadãos* poderiam exercer sua participação – o que mais tarde seria chamado de *cidadania*.

O que se percebe, daquela época para a atualidade, é que o debate sobre a realização dos direitos humanos se foca somente no campo da distribuição – ou seja, da esfera pública –, quando a desigualdade emerge e se consolida já no campo da produção – esfera privada, da apropriação privada dos meios de produção, divisão social do trabalho e a consequente venda da força de trabalho. A visão linear do progresso (dos direitos humanos) ofusca que há um elemento espaço-temporal, seja para a produção privada de bens<sup>12</sup> (HARVEY, 2005), seja para a trajetória humana em si na luta contra a exploração. Apenas considerando esse aspecto, percebe-se os direitos humanos como “produto cultural que o Ocidente propõe para encaminhar as atitudes e aptidões necessárias para se chegar a uma vida digna no marco do contexto social imposto pelo modelo de relação baseado no capital” (FLORES, 2009, p. 11); referem-se, pois, a determinado espaço do mundo e também à determinada época vivenciada no mesmo.

Por essa razão, o momento de *maior concretização* de direitos humanos na sociedade capitalista ocorreu durante as duas décadas posteriores à II Grande Guerra, nos países “centrais”, justamente porque estes – devido à ameaça de novas sublevações populares com a expansão da URSS e o perigo do avanço “comunista” – implementaram importantes ações estatais no campo da distribuição, garantindo à classe trabalhadora desses países acesso a direitos e consumo de bens nunca antes visto no sistema capitalista, até mesmo em sua área central. Portanto, a expansão desses direitos (ABREU, 2008) não estava vinculada a previsões em tratados e

• • • • • •

12 Harvey (2005) comenta que, em função da necessária expansividade do sistema capitalista, este age tanto em termos espaciais – ampliando as fronteiras de circulação de mercadorias – quanto temporais – encurtando tal circulação, seja por meio das novas tecnologias de transporte, comunicação ou mesmo do próprio crédito.

convenções internacionais, mas à determinada conjuntura – materialidade – política e econômica (e também jurídica), em momento de expansão de mais-valia, de mobilização da classe trabalhadora e de forte pressão ideológica, além do fortalecimento da URSS.

Dessa maneira, a visão majoritária no discurso dos direitos humanos, exposta acima, não resiste à materialidade e à história. Justamente Marx, que há dois séculos denunciara os direitos humanos como ideologia e roupagem para a legitimação do sistema em consolidação, fornece as ferramentas que estão aptas a colocar em xeque a perspectiva acerca de direitos humanos instalada também na atualidade. Por meio de elementos de seu método, essencialmente a materialidade e a historicidade, pode-se aduzir que a visão tradicional representa uma idealização ainda mais forte dos direitos humanos do que do momento em que Marx vivera. Isso porque ela simplesmente ignora a história, a materialidade das construções econômicas e sociais, as classes sociais e seus interesses, e se volta praticamente de maneira exclusiva ao campo legal, formal, ideal e se perde em uma espiral sem fim.

A constituição de Weimar é vista de maneira independente de seu momento histórico. Na “história” dos direitos trabalhistas há abrigo para a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no entanto, há uma lacuna quanto à revolução proletária socialista russa, da qual surgiu a primeira constituição que previa a jornada de trabalho limitada a oito horas diárias – a mesma adotada na atualidade, apesar das inovações tecnológicas subsequentes a 1917 – e que influenciara todo o globo, inclusive a própria criação da OIT.

Essa forma de ver os direitos humanos se constituía na base da crítica marxiana. Isso porque, para Marx, a construção da *ideia* dos direitos humanos atendia a uma necessidade histórica da

classe ora ascendente; as ideias de igualdade – formal – liberdade e fraternidade, na realidade, seriam uma construção ideológica necessária para a reprodução das relações de produção capitalista. A superação do sistema feudal, sua forma de produção e seus estamentos só seria possível a partir da possibilidade de livre negociação entre as pessoas.

Analizando a história, debruçando-se sobre a materialidade – a realidade nua e crua – e percebendo as contradições e alterações constantes nas condições objetivas, Marx (2009) colocava que o discurso dos direitos humanos atendia a interesses outros que não a plena realização dos seres humanos, ou, para usar a categoria que ele abarcaria após a obra *Para a Questão Judaica*, a emancipação humana. A liberdade, então, não seria a possibilidade de autodeterminação (CHAUÍ, 2000), mas o desprendimento frente ao senhor feudal ou qualquer outro, o que implica na possibilidade de livre negociação da venda da força de trabalho – constituía, portanto, antes de mais nada, na liberdade do capital (MARX, 2007).

Como apontado alhures, Marx, erroneamente acusado de contrário aos direitos humanos, defendia, ao oposto, a possibilidade da emancipação da humanidade, sendo a experiência da Comuna de Paris (1871) um exemplo das amplas possibilidades que a humanidade poderia construir e sobre a qual ele se debruçou. A laicidade da educação e a busca pela sua universalização, a criação de uma democracia material, em que os mandatos eram imperativos e revogatórios, o trato das principais questões levado à decisão coletiva em assembleia, superando a oposição Estado x sociedade, o desenvolvimento do trabalho associado em empresas socializadas, revelavam que a dimensão “direitos econômicos e sociais” já era plataforma política de grupos e classes muito antes

do que se convenciona atualmente chamar de segunda geração de direitos humanos.

A história da Comuna de Paris demonstra, até mesmo, que essas condições de trabalho, educação, sobrevivência e igualdade democrática e material chegaram a ser implantados, mesmo que temporariamente, e sua derrocada se operou mediante a extrema violência. Como afirmado, trata-se de processo histórico que desmonta o esquema estático e não totalizante de se pensar em direitos humanos como dimensões ou gerações.

É o que se percebe também, na construção teórica marxista, visto que, segundo Atienza (1993, p. 197):

Examinando el conjunto de los escritos de Marx de esta época (1859-1866), se pueden encontrar tres derechos humanos a los que concedía una particular importancia – al igual que hará en *El Capital* y, en general, en toda su obra –: el derecho a la limitación de la jornada de trabajo, el derecho de asociación y el derecho a la educación – o a la <<instrucción>>, como entonces se decía<sup>13</sup>.

Portanto, essa idealização margeia o ponto central da questão: não interessa o debate sobre se o vocábulo correto é “dimensão” ou “geração”, se apartado de uma análise que se fundamente no processo histórico, na materialidade da construção social e que enxerga os direitos humanos, antes de mais nada, como construção

• • • • • •

13 Examinando o conjunto dos escritos de Marx deste período (1859-1866), é possível encontrar três direitos humanos aos quais ele concedia uma importância particular – como também o fará em *O Capital* e, em geral, em toda a sua obra –: o direito à limitação da jornada de trabalho, o direito de associação e o direito à educação – ou o direito à “instrução”, como se dizia à época.

histórica de classes e grupos, em contraposição a privilégios e opressões.

Se as revoluções liberais só foram possíveis pela participação e adesão popular, a expansão de direitos, verificada nas décadas e séculos seguintes, esteve vinculada, diretamente, à organização e pressões das classes trabalhadoras. Estas lutas vincularam-se, em um primeiro momento, a sindicatos e à relação capital x trabalho – a qual não se encerrou, mas apenas não aparenta a mesma centralidade de momentos atrás – e, posteriormente, a grupos e movimentos com pautas específicas – de gênero, étnico-raciais, infância e juventude, dentre outras. Todavia, como dito anteriormente, certo é que tal construção não foi linear – do ponto de vista de progressividade permanente – e apenas institucional – prevista em convenções e tratados internacionais, incorporadas às constituições dos estados –, mas fruto de conflitos e lutas sociais e inseridos em um determinado processo histórico.

Não se está aqui desconsiderando a importância histórica da Declaração Universal de Direitos Humanos, dos Pactos Internacionais, além das diversas convenções e do sistema global e regionais de proteção aos direitos humanos. Defende-se que, ao se esvaziar deles o processo histórico, os conflitos e interesses envolvidos, abre-se espaço para uma defesa de direitos humanos que, em última instância, representa a negação de direitos humanos. Conta-se a história com lacunas, configurando o que Chauí (2000) considera como ideologia; e, por consequência, todo o potencial reivindicatório/contestatório dos direitos humanos é secundarizado. Isto porque, se os direitos humanos se encontram nas declarações, convenções e institucionalidades, o conflito e a afronta à ordem significam não a luta atual por direitos humanos, mas movimentos antidemocráticos ou excessivos. Atos de rua são

*baderna*. Ocupações de terras rurais e urbanas, igualmente *baderna*. Manifestações de diversidade sexual e de amor, *imoralidade*. Nesse sentido, Marx e Engels (2003, p. 132) alertaram que:

Com efeito, assim como o *Estado antigo* tinha como fundamento natural a escravidão, o *Estado moderno* tem como *base natural* a sociedade burguesa e o *homem* da sociedade burguesa, quer dizer, o homem independente, entrelaçado com o homem apenas pelo vínculo do interesse privado e da necessidade natural *inconsciente*, o *escravo* do trabalho lucrativo e da necessidade *egoísta*, tanto da própria quanto da alheia. O Estado moderno reconhece essa sua base natural, enquanto tal, nos direitos gerais do homem. Mas não os criou. Sendo como é, o produto da sociedade burguesa, impulsionada por seu próprio desenvolvimento até mais além dos velhos vínculos políticos [...] (grifo do autor).

Por essa perspectiva, é possível isolar o caráter ideológico dos direitos humanos. Quando se reconhece seus elementos espaço-temporais e se substitui novamente as ideias pelos sujeitos, identifica-se, na história e na materialidade, o protagonismo das classes sociais – desde as burguesas, que implantou parcialmente direitos civis e políticos no século XVIII e XIX, às operárias, derrotadas em suas revoluções<sup>14</sup>, mas graças às quais ocorreria a inauguração do Estado social de direito –, e dos grupos, como

• • • • •

14 Refere-se especialmente à revolução alemã de 1919, na qual Rosa Luxemburgo é assassinada e a Liga Spartákus desmantelada, e à revolução italiana, no início da década de 1920, quando há a ocupação e criação de conselhos de fábricas, e o fascismo ascende como alternativa de manutenção do *status quo*, porém, ressalte-se que a década é marcada por pressões obreiras em quase toda a Europa.

sujeitos históricos, e não das ideias em si ou como emanação do Estado. Ter-se-á, então, as perspectivas e os limites dos direitos humanos neste início de século.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A teoria dos direitos humanos debate-se entre as perspectivas universalista e relativista. Frente às insuficiências de ambas, demonstrou-se que a filosofia da práxis constitui-se em um método que supera a dicotomia: a partir dela, é possível preservar elementos congruentes do universalismo e do relativismo e, ademais, descartar suas limitações.

Primeiramente, buscou-se estabelecer as distinções conceituais presentes entre os universalistas e contextualistas. Em um segundo momento, fez-se necessário desconstruir determinados “mitos” quanto à posição marxiana sobre os direitos humanos. De um lado, o marxismo não nega a importância dos direitos humanos; de outro, em momento algum deixou de denunciar seus limites e apontar que a solução para a exploração humana, na perspectiva jurídica, sem alterações radicais nas relações de produção, continha em si uma contradição insuperável.

Ao serem apontadas as considerações de Marx e Engels específicas aos direitos humanos, transpareceu o método da filosofia da práxis, que é o mais adequado para uma correta compreensão e ação política em busca da efetivação dos direitos humanos.

Isto porque, primeiramente, os direitos humanos existem *na* história, especialmente a partir da Idade Moderna. Não uma história lacunar, mas totalizante e diretamente vinculada às relações de

produção e às formas de sociabilidade de determinado momento histórico.

Ademais, Marx reposicionou os direitos humanos, como elementos que, assim como a história, são construídos pelos sujeitos. Estes não são imanentes, adormecidos ao longo dos séculos nas pessoas, inatos a elas como se fossem qualidades *a priori* a serem desenvolvidas com sua posterior proclamação estatal. São, antes de mais nada, resultados de determinadas sociabilidades, *estão* em relação dialética de ampliação e recuo, a partir dos conflitos de classes e frações de classe. A análise do objeto, partindo da perspectiva da ontologia do ser social, ocorre a partir do debruçar-se, de maneira totalizante, sobre o *que é* o ser, e, notadamente, pertencente a determinadas condições espaciais e temporais, no movimento da história.

Portanto, pela filosofia da práxis, é possível visualizar os direitos humanos no movimento real da história e articulá-los com grandes projetos de sociabilidade humana, ao oposto das ferramentas que nos oferece o relativismo. Por outro lado, escapa à perspectiva ideológica do universalismo, o qual frequentemente recai numa visão de mundo referente ao sujeito ocidental, branco, europeu, mediando-os com a realidade regional e os conflitos de classe presentes no seio da sociedade.

Esses elementos desautorizam determinado marxismo mecânico, que considera os direitos humanos apenas como ideologia, reflexo superestrutural de uma ordem burguesa. Mais ainda, fornecem os subsídios para a interpretação de que, nesse momento histórico, especialmente na realidade nacional brasileira, a defesa dos direitos humanos tem situado em polos opostos classes dominantes e subalternas, momento este em que frações daquelas

buscam restringir até direitos civis e políticos, conquistas de dois séculos atrás na história da humanidade.

Nessa realidade, os direitos humanos – em sua perspectiva radical abordada neste trabalho – revelam-se catalizadores para lutas sociais e construção de uma nova hegemonia. Em nenhum momento se pode esperar que, apenas com a sua positivação e aceitação em âmbito do ordenamento jurídico, seja possível a construção de um mundo sem exploração e seríssimas violações a direitos humanos – ou a própria emancipação humana –; para tanto, somente efetuando-se alterações radicais nas relações de produção e na sociabilidade. Todavia, da luta urbana à rural, dos sem-teto aos sem-terra, do movimento feminista ao negro, enquanto não se avançar na direção de outro projeto de sociabilidade, a questão dos direitos humanos e a luta por sua garantia revelam pautas que fomentam e aproximam processos de transformação social e disputa hegemônica.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, H. *Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

ATIENZA, M. *Marx y los Derechos Humanos*. Madrid: Ed. Mezquita, 1993.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

DOUZINAS, C. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

ENGELS, F; KAUTSKY, K. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- FLORES, J. H. *Teoria Crítica dos Direitos Humanos*: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros*: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. *La España Revolucionaria*. Madrid: Alianza, 2014.
- MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Sagrada Família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉSZÁROS, I. Marxismo e Direitos Humanos. In: MÉSZÁROS, I. (Org.). *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 203-217.
- NETTO, J. P. Prólogo à edição brasileira. In: MARX, Karl. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-38.

**Direitos Humanos e disjuntiva entre universalismo e relativismo**

TODOROV, T. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TONET, I. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

## CAPÍTULO 4

### CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO:

**a infância e adolescência  
em uma visada  
contemporânea marxista**

**Maria de Fátima Pereira  
Alberto**

O objetivo deste artigo desenvolvido para os anais do II Marx Hoje é analisar o trabalho infantil na atualidade por meio de uma visada marxista, identificando na realidade contemporânea semelhanças àquelas encontradas nos escritos de Marx, Engels e Thompson. Embora não fossem os principais focos de seus estudos, ao retratar a exploração do capital e a luta da classe trabalhadora, Marx (1987) escreveu sobre crianças e adolescentes explorados no trabalho. A ele somam-se Engels (1977) e Thompson (1987).

Por trabalho infantil ou trabalho precoce entendem-se aquelas atividades desempenhadas por crianças e adolescentes antes dos dezesseis anos (BRASIL, 2010) ou antes dos dezoito anos, nas piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 2008). Em outros termos: o que o trabalhador e a trabalhadora precoce fazem são atividades variadas, cuja ação objetiva está inerente à intenção de obter pagamento, que pode ser em espécie ou em gênero (ALBERTO, 2002).

## A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL E O TRABALHO INFANTIL

Para Marx (1987), no capitalismo, o trabalho em excesso, a mais-valia<sup>1</sup> transformou as condições de trabalho em exploração do patrão sobre o empregado. O trabalho excedente se manifesta no aumento da jornada de trabalho determinada pelo capitalista. A exploração da força de trabalho por meio de jornadas excessivas de trabalho, segundo Marx, prejudica o desenvolvimento desses trabalhadores, a ponto de “[...] atrofiar sua estatura física, definhar seus membros, inclusive crianças de 7 a 10 anos de idade, obrigados a trabalhar até 10, 11 ou 12 horas da noite” (p. 275).

Como classe, os trabalhadores são, segundo Marx (1987), homens, mulheres e crianças moralmente degenerados, cujos trabalhos intervêm, de forma abusiva, na vida doméstica, e impedem os membros da família de cumprirem as obrigações familiares. Devido às condições de vida e trabalho, eles envelhecem prematuramente, são vítimas de doenças decorrentes de longas jornadas, trabalho noturno, refeições irregulares e de baixo teor nutritivo, trabalho em locais insalubres com altas temperaturas, sem ventilação, dentre outras. Além disso, dormem pouco. Essas mesmas condições são responsáveis pela dizimação dos seus filhos.

Marx (1987) considera que a produção capitalista, cujas relações sociais de produção residem essencialmente na extração da mais-valia, ao prolongar a jornada de trabalho, provoca a atrofia da força de trabalho, rouba as condições normais, morais

• • • • • •

1 “A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa”. (MARX, 1987, p. 585).

e físicas de atividade e desenvolvimento. Engels (1977) constata que as condições de vida (habitação e alimentação), indignas de sobrevivência da classe operária na Inglaterra, juntamente com as condições de trabalho, foram responsáveis pelas transformações da situação moral, física e intelectual dessa classe, um fato que ele denomina de crime social.

Assim como Marx (1987) utilizam na sua análise o trabalho infantil para demonstrar os efeitos nefastos do trabalho nas fábricas e nas minas sobre o trabalhador, Engels (1977) aponta como efeitos nefastos:

- a) Atraso no desenvolvimento: “[...] as condições de trabalho originam uma predisposição para a doença ou um atraso no desenvolvimento e, por consequência, um vigor físico inferior [...]. Não se poderia decerto negar que uma criança de nove anos [...] possa suportar um trabalho quotidiano de seis horas e meia sem que daí resulte, para o seu desenvolvimento, efeitos nefastos visíveis” (ENGELS, 1977, p. 206-207).
- b) Doenças pulmonares, mortalidade e defeitos físicos: “[...] deformação da extremidade inferior do fêmur [...] e desvio da coluna vertebral, decorrentes do excesso de trabalho físico” (ENGELS, 1977, p. 206-207).
- c) Efeitos sobre a saúde mental: “[...] esta condenação a ser sepultado vivo na fábrica, a vigiar sem cessar a infatigável máquina, exerce, aliás, um efeito extremamente embrutecedor e o operário sente bem que é a tortura mais penosa possível; estes efeitos fazem-se sentir tanto sobre os organismos como sobre as faculdades mentais do operário” (ENGELS, 1977, p. 241).

- d) Efeitos sobre a escolaridade: “[...] grande número de crianças trabalha toda a semana nas fábricas ou em casa, não podendo frequentar a escola [...]. E na realidade seria demais pedir a esses pequenos operários que se esgotaram durante 12 horas que vão depois à escola das 8 às 10 horas da noite” (ENGELS, 1977, p. 157).
- e) Efeitos morais: “[...] não se trata aqui propriamente de um trabalho, mas sim de tédio, de aborrecimento mais paralisante, mais deprimente que existe – o operário fabril está condenado a deixar perecer todas as suas forças físicas e morais nesta monotonia [...]. Por consequência, não ficamos surpreendidos ao saber que o alcoolismo e os excessos sexuais atingiram, sobretudo as cidades fabris [...]” (ENGELS, 1977, p. 240-241).

Thompson (1987), em *A formação da classe operária inglesa*, utilizando-se da historiografia social, analisa o surgimento da fábrica e a *formação da consciência* e das instituições da classe operária; tece vastos comentários sobre os efeitos do processo de industrialização, tanto no contexto político, como no econômico e biofísico. O referido autor descreve as condições de vida de trabalhadores que foram treinados para trabalhar a partir dos seis anos de idade, com uma jornada de trabalho que começa às cinco horas da manhã e dura cerca de dezessete horas no dia. Descritos com uma aparência esquálida, trabalhavam em locais insalubres (salas quentes, sem intervalos), alimentavam-se mal de uma comida sem nutrientes e mantinham-se afastados da companhia da família, de modo que lhes era destruída a saúde. Morriam vitimados pelas condições acima citadas, pelo ritmo intenso de trabalho ou pela fome e inanição, tudo isso agravado pelos baixos salários.

De fato, as condições tratadas tanto por Marx quanto por Engels e Thompson referem-se ao início da industrialização, às atividades de trabalho em fábricas. Todavia, nos textos dos três autores, há os efeitos do trabalho precoce, cujas condições de vida, fome e miséria decorrentes do trabalho, em muito se assemelham às de hoje. Identificam-se semelhanças entre algumas situações de trabalho abordadas por aqueles autores e as que se identificaram na literatura brasileira (ALVIM, 1979; LEITE, 1979; MOREIRA, 1995) pertinente à temática do trabalho infantojuvenil e ao material empírico derivado de várias pesquisas (ROCHA, 2011; SILVA; BARBOSA, 2007; SOARES; TEIXEIRA; WANDERLEI, 2003; SOUSA, 2006; SOUZA; SILVA; ALBERTO, 2007): da intensidade do trabalho, da penosidade, dos locais de trabalho, do não acesso à instrução, à escolaridade e à qualificação para o trabalho.

Entretanto, cumpre salientar que Thompson (1987), apesar de se referir ao trabalho nas fábricas ou nas minas de carvão, descreve a precariedade do emprego e do subemprego, em que os trabalhadores são ameaçados pelas inovações tecnológicas e pela subcontratação, com o aumento do emprego de jovens e crianças sem qualificação. Esses aspectos assemelham-se às situações vivenciadas pelos trabalhadores infantojuvenis na contemporaneidade.

Outro aspecto digno de nota é a semelhança na concepção do trabalho infantil como alternativa à marginalização, havendo, na época retratada pelo autor, uma concepção da fábrica como uma espécie de casa de correção para crianças e indigentes (THOMPSON, 1987).

No Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX, multiplicaram-se as iniciativas públicas e privadas para preparar crianças e adolescentes para o trabalho. Essa visão é retratada por

diversos autores (DEL PRIORI, 1999, PILOTTI; RIZZINI, 1995, RIZZINI, 1999). Segundo Rizzini (1999, p. 377):

[...] muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, algumas a partir dos cinco anos de idade, sob a alegação de propiciar-lhes uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Trabalhavam 12 horas por dia em ambientes insalubres, sob rígida disciplina.

A extinção da escravatura foi um divisor de águas, no que diz respeito ao trabalho infantil. A experiência da escravidão mostrara que a mão de obra infantil era mais dócil e mais barata. Mas o trabalho infantil persiste com a imigração, e, na contemporaneidade, cresce nos setores da agricultura e do comércio e, principalmente, no setor de serviços. Assemelham-se àquelas condições degradantes que Thompson (1987) encontrou nos séculos XVIII e XIX.

Dois pontos de vista devem ser ressaltados na obra de Thompson (1987):

- a) O fato de que as crianças trabalhadoras são as mais pobres e/ ou indigentes e/ou órfãs. Há, portanto, nos séculos XVIII e XIX, a utilização discriminatória da mão de obra infantil.
- b) A causa do aumento da utilização dessa mão de obra foi a especialização e a diferenciação econômica, que impuseram às crianças a atribuição de tarefas fora das fábricas, pagas por unidade e que exigiam ainda mais dedicação durante jornadas de trabalho de dez ou doze horas.

Sem querermos ser anacrônicos, diríamos que se vivencia desde o século XX e que continua no século XXI um processo de precarização do trabalho, semelhante àquele vivenciado no período

analisado por Thompson (1987). Isto significa que, historicamente, a situação da infância pobre e precocemente trabalhadora é semelhante.

Na época referida por Thompson (1987), as crianças trabalhadoras eram degeneradas pelas jornadas, pelas doenças e pelo trabalho insalubre. Eram raquíticas, frágeis, atrofiadas, debilitadas, corrompidas, vítimas de acidentes de trabalho e mortas. Além disso, as fábricas, como locais de trabalho, eram concebidas pelos próprios trabalhadores como locais imorais, de libertinagem sexual, linguagens obscenas, crueldades, acidentes violentos e de hábitos estranhos. Nas ruas, hoje transformadas em local de trabalho, os meninos e meninas trabalhadores e trabalhadoras estão vulneráveis a vários tipos de violências, dentre as quais o assédio sexual e a socialização desviante com a exposição às drogas. Embora esta seja também uma realidade que se faz presente nas atividades agrícolas, no trabalho doméstico (ALBERTO; WANDERLEY; SOUSA; GOMES, 2005) e no esporte e nas artes (BELÉM, 2015).

Quer enfatizando os aspectos econômicos e políticos quer enfatizando as condições sanitárias, populacionais, físicas e biológicas das relações sociais, os três teóricos têm como parâmetro de análise as consequências do trabalho e da revolução industrial, do sistema de fábrica, sobre a vida dos trabalhadores e suas famílias. Segundo o modelo presente à análise desses autores, as condições de produção e as circunstâncias de vida resultantes delas causam efeitos nefastos para a saúde, para a integridade moral e para as condições de vida.

O que há em comum na perspectiva desses diferentes teóricos e que foi incorporado pelas Ciências Sociais é a concepção de que o trabalho exerce um impacto negativo sobre o trabalhador. Vale salientar que hoje, nas Ciências Sociais, se tem claro que, se

por um lado o trabalho é danoso para o trabalhador, o não trabalho ou o desemprego também o é. O que é considerado danoso no trabalho são as condições de trabalho e a organização do trabalho.

Por condições de trabalho, entenda-se a influência do meio laboral, o qual se exerce de fora sobre o menino e a menina, atingindo-lhes o corpo e a mente. Esta categoria tem como referencial a produção sociológica fundamentada nos teóricos que analisaram a relação do trabalho com as *condições* morais, sociais e físicas dos trabalhadores e que escreveram a respeito das condições de vida da classe operária. Particularmente, daqueles autores que escreveram sobre a Inglaterra no início do processo manufatureiro, do capitalismo industrial e suas consequências sociais e políticas, destacamos Engels (1977), Marx (1987) e Thompson (1987).

Além dos clássicos acima descritos, cabe destacar, no Brasil, os trabalhos nesta linha sobre as condições de trabalho e de vida, mais especificamente, os trabalhos da Antropologia, como o de Leite (1979), e, da Sociologia, como os de Alvim (1979, 1995) e Macêdo (1993).

Os estudos sobre a relação do trabalho com as condições de vida dos trabalhadores abordam, por um lado, o processo do nascimento da consciência social e, por outro, a determinação dela pelo sistema de produção. Por conseguinte, aos poucos, configura-se a existência de uma relação entre o trabalho como mundo material e a vida mental como estrutura psíquica. Portanto, é o próprio Marx (1987) quem vislumbra, no processo histórico, um produto que é de ordem também material ou o que ele chamou o desenvolvimento histórico do aparelho psíquico. Para ele, sob as condições de produção do capital, a própria estruturação psíquica condicionar-se-á à forma mercadoria e ao fetichismo. É a natureza

coisificada, transformada em mercadoria, que determina os sujeitos físicos, dando-lhes uma forma histórica, corpórea e psicológica.

## TRABALHO INFANTIL COMO CONDIÇÃO DE CLASSE SOCIAL

A análise da infância tem sido feita mediante um enfoque centrado nas características da dinâmica do desenvolvimento individual da criança, que pouco levou em consideração os fatores históricos, sociais e culturais. O que aqui propomos é utilizar a infância como uma categoria de análise histórico-estrutural, a partir da qual o trabalho precoce é uma das formas que permitem enfocar e analisar a construção social da posição da infância na sociedade.

Como categorias estruturais, infância e adolescência se encontram em interação com outras estruturas, afetando os processos de mudança da sociedade, sendo, por sua vez, afetada por eles. São construções sociais e históricas indicadoras do modo como diferentes sociedades organizam a reprodução de suas condições materiais e não materiais de trabalho e de vida. Na sociedade brasileira, esse modo de ser é turvado pela necessidade de garantir a reprodução imediata da existência – não poucas crianças assumem responsabilidades adultas, em que a experiência do trabalho precoce se constitui em punição da sua condição social (ADORNO, 1993).

A infância e a adolescência são categorias sociais que permitem pensar a desigualdade social como inerente a uma sociedade de classes sociais antagônicas: classes sociais que têm infância e adolescência e classes sociais que não as têm – ou de formas desiguais de viver essas fases do desenvolvimento, imprescindíveis na formação do homem. Nessa fase da vida,

já se incumbem socializações divergentes, para assumirem os lugares que ocuparão na sociedade – os que precisam trabalhar para sobreviver e os que se preparam para dominar.

Nesse sentido, compartilhamos a ideia de Pilotti (1995), que afirma: “[...] a análise da posição ocupada pela infância na estrutura social requer o desenvolvimento de categorias analíticas específicas” (p. 25). Partindo dessa visão, o autor diferencia a categoria criança da categoria infância. A primeira se refere à dinâmica do desenvolvimento individual, particularizado, que eventualmente chegará à condição de adulto. A segunda localiza-se “[...] na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura permanente, embora se caracterize pelo fato de que os atores que a integram o fazem, transitoriamente, num processo de permanente substituição” (p. 25).

Sob essa lógica, a reprodução da força de trabalho ocorre mediante processo de exclusão de bens materiais e culturais. O que se tem são mecanismos de pauperização, mãos de obra desempregadas que criam estratégias de sobrevivência. A reprodução da força de trabalho é desempenhada pelas atividades informais e, no caso específico do trabalhador precoce, essa reprodução ocorre na família. Destarte, a criança e o adolescente desempenham um papel na divisão social e sexual do trabalho, compõem um contingente que ajuda a manter a família, cujos adultos não conseguem inserir-se nem mesmo nas atividades de sobrevivência.

Classe social, como um conceito forjado para explicar a luta de dominados contra dominadores, serve para analisar o trabalho precoce; essa é entendida como uma relação social: uma relação de poder e desigualdade social. Essa relação de poder tem no Estado, quer na sua omissão, quer no seu incentivo, um dos polos dessa dominação, via socialização e disciplinamento. A primeira

elaboração teórica do conceito de classe é de Marx e Engels (1986), para quem as classes sociais constituem um sistema de relações. Sua existência se baseia nas posições que os homens ocupam no processo produtivo. O antagonismo entre elas se situa no âmbito político, embora só assuma um significado político quando se converte em um conflito generalizado que tende a contrapor os interesses de todos os componentes de uma classe a outra. Para o marxismo, os indivíduos formam uma classe quando apresentam as seguintes características: estão colocadas no processo produtivo na mesma posição de domínio ou de subordinação, reconhecem a unidade de seus interesses, reconhecem o antagonismo de seus interesses no confronto com os de outra classe. Mas a constituição de uma classe só ocorrerá se da identidade de interesses nascer a organização política – a consciência de classe (BOTTOMORE, 1988). A classe economicamente dominante controla todos os aspectos da vida social, inclusive sua força intelectual. Para manter e reproduzir o modo de produção e a forma de sociedade, essa classe precisa exercer o poder de Estado, isso é, dominar politicamente.

A contrapartida da luta de classes é a classe trabalhadora ou operária. Para Marx e Engels (1986), essa classe seria a força política que destruiria o capitalismo na transição para o socialismo. Vejamos esses passos de Bottomore (1988, p. 62):

[...] O desenvolvimento de uma consciência socialista ou revolucionária [...] e o interesse de classe não é mais conhecido como um fato social objetivo e unívoco, mas antes como algo cujo sentido é constituído pela interação e discussão das experiências da vida diária e as interpretações dessas mesmas experiências pelas doutrinas políticas; por conseguinte, como algo que pode assumir diversas formas, como indicam, de

certo modo, as divisões históricas no movimento da classe trabalhadora.

Compreendemos a problemática do trabalho precoce como própria de uma análise da posição e da relação da sociedade brasileira com a infância pobre, como uma questão de classe. Logo, a discussão da posição dessa infância situa-se no âmbito da luta de classes, da desigualdade social. Contudo, a categoria classe operária não é pertinente ao nosso objeto. Por isso, concordamos com Bottomore (1988, p. 63), que afirma:

[...] A análise do movimento da classe trabalhadora na vida política [...] a constituição e o papel político das classes no Terceiro Mundo, a relação das classes e das lutas de classe com outros grupos sociais e com outras formas de conflito social – permanecem como um desafio à investigação.

Analizar a situação dos meninos e meninas trabalhadores precoces no contexto dessa corrente teórica implica articular a infância pobre ao econômico e ao político, o que, para Faleiros (1995, p. 50):

[...] Se refere ao processo de valorização/desvalorização da criança e adolescente enquanto mão de obra e se traduz na estratégia de encaminhá-los ao trabalho, caso sejam pobres, como se isso fosse natural, como se a desigualdade social fosse natural [...]. As práticas sociais de encaminhar as crianças desvalidas (pobres) ao trabalho precoce e futuro subalterno, traduz-se ‘numa clara política de separação de classes’.

As classes sociais decorrem de uma sequência determinada de mudanças históricas que gerou a expansão da divisão

do trabalho, o acúmulo de riqueza, a propriedade privada e, consequentemente, as desigualdades sociais. Para Marx e Engels (1986), o conceito de classe constitui instrumento de análise. Essa conquista lhes permite entender as relações entre fenômenos econômicos, políticos e culturais, sendo o econômico a base das relações sociais, a partir da qual se constituem as desigualdades sociais. É a partir dessas desigualdades que ocorre a luta de classes, pela hegemonia dos dominadores na esfera política.

Apesar de posições contrárias às explicações marxistas sobre a origem das desigualdades sociais (OFFE, 1989) e, consequentemente, dos conflitos de classes daí advindas (resultando em uma classe dominante que controla todos os aspectos da vida social, inclusive sua força intelectual e exerce o poder de Estado), essas permanecem atuais para explicar as desigualdades sociais, inclusive o trabalho precoce. Assim, esse paradigma se consubstancia em elemento de análise das relações sociais desiguais – no caso em apreço, a relação entre infância-adolescência e sociedade.

Com o advento do capitalismo industrial, o uso da mão de obra trabalhadora precoce visava à exploração, objetivando a extração da mais-valia; na contemporaneidade, o uso crescente dessa mão de obra ainda tem o mesmo objetivo, além do caráter de disciplinamento. Se bem que o trabalho disciplinador no Brasil não é uma novidade: o advento da República fez pulular instituições visando à adequação de braços mirins, desde a mais tenra idade, para a produção. Del Priore (1999, p. 30) escreve a propósito dos patronatos criados com essa finalidade:

[...] A história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político ideológico do que a qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto agrícola) pedia grandes

contingentes de trabalhadores baratos e não qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho.

Nesse sentido, a relação da sociedade com esse segmento da infância – trabalhadores precoces – constitui-se em uma relação social marcada por desigualdades, disciplinamento, controle social e morte por meio da inserção precoce no trabalho.

## **CONDIÇÕES DE VIDA INDIGNA: TRABALHO E MORTE**

As pesquisas do Núcleo de Pesquisa e Estudo do Desenvolvimento da Infância e da Adolescência (NUPEDIA) têm identificado a existência de crianças e adolescentes trabalhando nos setores do comércio, serviços, indústria e agricultura. Evidenciam-se as respectivas categorias de trabalho: vendedores(as) nas ruas e nos sinais; olheiros de carro; pescadores de marisco e catadores de siri; pescadores de mergulho em profundidade; engraxates; catadores de lixo; ajudantes de mercadinho; feirantes; fretistas; confecção de bolas e redes; construção civil; pedreiras; limpadores de túmulos em cemitério; entregadores de botijões de gás de cozinha; cultura do abacaxi; cultura da cana-de-açúcar, cultura da acerola; hortifrutigranjeiros; trabalho esportivo e artístico; trabalhadores(as) domésticos(as); meninas inseridas na exploração sexual comercial; plantadores de maconha; e trabalhadores no tráfico de drogas.

As pesquisas mostram condições de vida diferenciadas, mas, nas mais das vezes, revelam a mesma estrutura de pauperização da família, que condiciona a inserção precoce da criança e do adolescente no trabalho. A pesquisa sobre a cata de lixo, feita em 2003, revelou que a família morava em galpões, barracos ou casas de taipa (feitas de barro e madeira trançada), vivia há cerca de sete

anos exclusivamente dessa atividade para manter as necessidades de alimentação, roupas, medicamentos e material escolar para quatro filhos e mais dois filhos de vizinhos que viviam juntos. Na atividade de cata de lixo já havia acontecido alguns acidentes com as crianças e adolescentes, tais como cortes nos pés e nas mãos. Quando o corte era considerado grave, a criança era levada à Unidade Básica de Saúde; do contrário, os cuidados ocorriam em casa (SILVA; BARBOSA, 2007).

Ao entrevistar sujeitos que trabalham na pesca no mangue, eles revelaram que trabalhavam entre duas e treze horas diárias, e que a inserção precoce é uma necessidade premente para ajudar a família. Ressaltaram como principais queixas: dores nas costas e na cabeça, relacionadas à posição em que praticam seu trabalho, agachados e expostos ao sol, acarretando bolhas nas costas e tornando-os vulneráveis a doenças de pele e cervicalgias (SOUZA; SILVA; ALBERTO, 2007).

Enquanto isso, os fretistas relataram que começam a jornada de trabalho cedo nas feiras livres, por volta das cinco horas da manhã; nos carrinhos de feira, eles carregam pesos entre 10 e 20 quilos – considerado elevado para a idade da criança ou do adolescente de 12 a 16 anos. Eles conduzem vários carrinhos durante o dia, a uma distância média de 5 a 6 km, e circulam entre carros, o que leva os fretistas a correrem riscos de acidente. Além de serem expostos aos riscos ergonômicos (levantamento e transporte de peso, repetitividade, ritmos excessivos, posturas inadequadas, longas distâncias, nível de atenção elevado), os fretistas também são expostos à poeira e ao excesso de sol, que podem levar a problemas de saúde, notadamente doenças e acidentes de trabalho (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2007).

Mitsunaga et al. (2000) observaram a intensificação do trabalho infantil na cultura do abacaxi, do sisal e da cana-de-açúcar, com jornadas de 8 a 10 horas diárias. Nas pedreiras, as condições de trabalho eram insalubres, sob sol escaldante, correndo riscos de picada de insetos e cobras (SOARES; TEIXEIRA; WANDERLEI, 2003). Mitsunaga et al. (2000) identificaram, ainda, que, na pequena unidade mercantil de produção hortifrutigranjeira irrigada do tomate, no município de Boqueirão, no estado da Paraíba, a inserção da criança ocorre com sua maior exposição aos riscos de contaminação por agrotóxicos derivados de organofosforados. Em pesquisa semelhante na região do Agreste de Esperança, no estado da Paraíba, constatou-se o uso intensivo de agrotóxicos na pequena produção de flores e de hortaliças (MOREIRA, 1995), o que pode levar à disseminação de doenças degenerativas como o câncer. Outro exemplo, no estado de Alagoas, é a produção de fumo, cuja exposição ao agrotóxico tem levado a intoxicações e suicídios na região de Arapiraca (BRASIL, 1996).

Segundo Alberto et al. (2009), os jovens trabalhadores apresentam os maiores índices de evasão escolar e progridem mais lentamente na escola. Sousa (2006), em pesquisa com 21 crianças e adolescentes trabalhadoras entre 7 e 14 anos, identificou que mais da metade delas apresentava defasagem de quatro anos na escolaridade. Nesse sentido, constata-se que o trabalho precoce acarreta adversidades e dificuldades em acompanhar a escola, contribuindo para o atraso e a evasão do processo de escolarização. As implicações decorrentes da condição de trabalhar e estudar são notáveis no que diz respeito às dificuldades enfrentadas no processo escolar. As crianças e adolescentes trabalhadores apresentam defasagens em relação à leitura interpretativa, à escrita das palavras, aos cálculos aritméticos básicos (como subtração e divisão) e à resolução de problemas matemáticos simples (ROCHA, 2011).

A literatura revela os danos do trabalho infantil para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, tais como: problemas nutricionais, problemas de postura, baixa autoestima, imagem negativa de si, adultização precoce, falta de perspectivas de futuro, baixo nível de escolarização, analfabetismo juvenil e socialização desviante. No caso da socialização desviante, embora o imaginário da sociedade brasileira defenda o trabalho como antídoto da marginalidade, a literatura revela o trabalho levando à prática de atos infracionais (ALBERTO, 2002).

Parece anacrônico fazer uso de escritos de Marx e Engels para analisar as condições de vida e trabalho de crianças e adolescentes no século XXI. Parece que estamos escrevendo sobre o século XIX vivido por Marx e Engels. Será mesmo? O que dizer de crianças mortas pelo trabalho no século XXI? A manchete do site *G1* do Globo de janeiro de 2017 versa sobre uma criança de 12 anos que morreu em Sousa (cidade do estado da Paraíba), vítima do trabalho: “O jovem estava com o irmão no local, pegando areia para vender quando o barreiro desabou no momento em que eles escavavam” (CRIANÇA..., 2017). Notícia semelhante é apresentada no site do *Jornal da Paraíba* em abril de 2017:

Adolescente de 15 anos morreu eletrocutado após ser atingido pela fiação elétrica. O caso aconteceu na segunda-feira (24 de abril de 2017) e de acordo com a Polícia Militar, o jovem estava trabalhando, quando foi atingido por um fio de alta tensão, que se desprendeu de um poste (ALMEIDA, 2017).

Essas manchetes de notícias, guardadas as devidas proporções históricas, assemelham-se às condições de vida e trabalho retratadas por Engels (1977) e Marx (1987), nas quais o processo de exploração do trabalho no capitalismo conduz à morte crianças

trabalhadoras. Embora tenha diminuído o número de crianças e adolescentes trabalhando, essa realidade no Brasil não deixou de existir e volta a agravar-se, como revelam os dados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde:

No Brasil, morreram 187 crianças e adolescentes com idades entre cinco e 17 anos durante o trabalho nos últimos oito anos. Outros 518 jovens tiveram a mão amputada em acidentes na jornada de trabalho. Essas mortes e amputações fazem parte dos 20.770 casos graves de acidentes trabalhistas envolvendo crianças e adolescentes entre 2007 e 2015. (GUIMARÃES, 2016).

Os dados sobre acidentes e mortes de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil são subnotificados, mas são parte das estatísticas sobre as condições de vida desse segmento da classe trabalhadora, cujos dados, em 1988, revelavam que a taxa de crianças trabalhando era de 12,1% e de adolescentes de 46,8% (FAUSTO; CERVINI, 1991). Em 1992, o número de crianças na faixa de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil era de 9,6 milhões (SCHWARTZMAN, 2004), mas em 2002 diminui para 5,4 milhões. Todavia, os números voltam a subir, de modo que o Censo de 2010 revelou a existência de 3,4 milhões entre 10 e 17 anos, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2011) – com metodologia diferente – revelou 8,6 milhões entre 5 e 17 anos nessa condição (BRASIL, 2012). Entre 2013 (3.188 milhões de crianças e adolescentes) e 2014 (3.331 milhões), verificou-se novo aumento, aspectos que revelam inconstância, oscilação e incapacidade de erradicação por parte das políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil.

Os fatores responsáveis pela diminuição foram, dentre outros: a) políticas públicas de regulação por meio de leis (tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Decreto n. 6.481, das piores formas de trabalho infantil; b) políticas públicas de enfrentamento com transferência de renda e atividades socioeducativas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); c) ações em rede, que reúnem instituições governamentais, mas principalmente a Sociedade Civil Organizada, a exemplo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); d) melhoria das condições de vida por meio de políticas públicas setorizadas de transferência de renda e emprego desenvolvidas entre 2003 e 2011, tais como os programas de seguridade social, emprego e renda (previdência social, programas de capacitação e inserção produtiva) e os programas voltados para a pobreza (assistência social, programas de combate à pobreza e subsídios monetários às famílias). Embora esses fatores promovam a diminuição, não conseguem erradicar o trabalho infantil, o que é compreensível no processo de exploração e de desigualdade do capitalismo e da luta de classes.

A discussão sobre a centralidade ou não do trabalho remete a pelo menos dois grandes eixos de investigação. O primeiro remonta à tradição clássica e à abordagem marxista que toma o trabalho como unidade de valor das mercadorias, fonte de toda riqueza gerada. O segundo eixo, também na perspectiva marxista, coloca o trabalho como elemento fundamental da estruturação social. O trabalho infantil ocupa lugar neste segundo eixo. Um fato real cuja incidência na sociedade contemporânea, brasileira em especial, necessita ser aprofundada pela relevância que assume, pelas proporções que toma e pela exploração que imprime, acarretando transtornos econômicos, sociais, culturais e biopsicossociais.

Os dados acima arrolados revelam, assim como identificou Marx (1987), as condições e os efeitos do trabalho explorador sobre a saúde e o desenvolvimento da criança e do adolescente, e as condições indignas de trabalho e de vida responsáveis pelas transformações da situação moral, física e intelectual da classe trabalhadora (ENGELS, 1977). São dados que revelam a atualidade dos estudos desses autores e denunciam que, apesar de encontrar formas diferenciadas e presença em setores diversificados da economia (comércio, agricultura e serviços), o processo de exploração do capitalismo se faz presente, gerando desigualdades, doenças e mortes de crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho.

Além de constituir-se um crime social (ENGELS, 1977), a inserção precoce no trabalho faz parte daqueles processos disciplinares impostos pelo capital ao trabalhador – a domesticação do corpo e da mente –, visando à obtenção do lucro ou à diminuição de gastos com o pagamento de um adulto. Uma parte das atividades de trabalho aqui retratadas são informais<sup>2</sup>; nesses casos, o uso da mão de obra infantil tem se revelado elemento de complemento à renda familiar, quer com o valor recebido em espécie, quer porque as crianças e os adolescentes assumem tarefas dos adultos, disponibilizando-os para o trabalho fora de casa, configurando-se trabalho infantil doméstico. Este é um valor não contabilizado, mas do qual a família carece para garantir a sobrevivência. Logo, essa é outra forma que o capital encontra para explorar a classe trabalhadora – e do qual o Estado é cúmplice, quando não disponibiliza

• • • • •

2 Concorda-se com Oliveira (1990), para quem o desenvolvimento da atividade informal é reflexo dos movimentos de expansão e retração do “setor formal” tipicamente capitalista da economia. Nesse sentido, o trabalho informal mantém uma relação de subordinação aos movimentos de concentração e distribuição de renda, mas não necessariamente ao núcleo capitalista.

equipamentos institucionais, tais como creches, para garantir o trabalho do adulto e impedir o trabalho precoce. Desse modo, o trabalho precoce entra na composição no capital, mas é invisível. Os efeitos que tomam na mecânica humana (regularidade e ordem) submetem os corpos, impõem hierarquia, ajustam o trabalhador a um aparelho de produção.

## **REFERÊNCIAS**

- ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, J. S. (Org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 181-208.
- ALBERTO, M. F. P. *As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa – PB*. 2002. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- ALBERTO, M. F. P. et al. Trabalho Infantil Doméstico: perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa-PB. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 57-73, 2009.
- ALBERTO, M. F. P.; WANDERLEY, J. C. V.; SOUSA, G. P.; GOMES, V. C. *Trabalho infantil na agricultura: a cultura do abacaxi no município de Santa Rita – PB*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2005.
- ALMEIDA, D. Adolescente morre eletrocutado quando trabalhava no Sertão. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 25 abr. 2017. Disponível em: <[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/adolescente-morre-eletrocutado-quando-trabalhava-no-sertao.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/adolescente-morre-eletrocutado-quando-trabalhava-no-sertao.html)>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- ALVIM, R. Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil. In: ABREU, A. R. de P.; PESSANHA, E. G. da.

## **Condições de vida e trabalho**

(Orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jc, 1995, p. 155-170.

ALVIM, R. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LOPES, L. et al. (Orgs.). *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 99-124.

BELÉM, K. K. G. *Trabalho infantil esportivo e artístico: o sentido a partir da vivência*. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BOTTOMORE, T. Classe. In: BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 61-67. Verbete.

BRASIL. *Diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente no Brasil*. Brasília: Ministério do Trabalho, 1996.

BRASIL. Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3, alínea “d”, e 4 da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n. 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jun. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm). Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. *Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS: Orientações técnicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Ranking do trabalho infantil nos estados brasileiros - 5 a 17 anos - PNAD 2011*. Ceará: Ministério Público do Trabalho, 2012. Disponível em: <[http://peteca2008.blogspot.com.br/2012/09/ranking-do-trabalho-infantil-no-brasil\\_23.html?sref=bl](http://peteca2008.blogspot.com.br/2012/09/ranking-do-trabalho-infantil-no-brasil_23.html?sref=bl)>. Acesso em: jan. 2012.

- CRIANÇA de 12 anos morre soterrada em Sousa, no Sertão da Paraíba. *G1 PB*, João Pessoa, 18 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/01/crianca-de-12-anos-morre-soterrada-em-sousa-no-sertao-da-paraiba.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1995, p. 49-98.
- FAUSTO, A.; CERVINI, R. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1991.
- GUIMARÃES, J. Trabalho infantil matou 187 e deixou mais de 20 mil acidentados graves nos últimos oito anos. *R7*, São Paulo, 30 abr. 2016. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/trabalho-infantil-matou-187-e-deixou-mais-de-20-mil-acidentados-graves-nos-ultimos-oito-anos-30042016>>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- LEITE, L. J. S. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, L. et al. *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 41-98.
- MACÊDO, M. B. F. *En Tissant Voiles et Linceuls – le rapport travail santé des ouvrières de Rio Tinto Nordeste du Brésil – Une analyse des rapports sociaux de classe et de sexe*. Thèse (Doctorat em Sociologie du Travail) - Université Paris 7, Paris, 1993.

## **Condições de vida e trabalho**

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, K. *O Capital - crítica da economia política. O processo de produção do capital.* São Paulo: DIFEL, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Novos Rumos, 1986.

IMITSUNAGA, T. et al. Horticultura irrigada: organização da produção e do trabalho e seus impactos sobre a saúde do trabalhador. In: MOREIRA, E.; WATANABE, T. (Orgs.). *Ambiente, trabalho e saúde.* João Pessoa: Ed. Universitária, 2000, p. 10-25.

MOREIRA, E. R. F. et al. *Os caras pintadas de suor e fuligem da cana.* João Pessoa: UFPB: CNPq, 1995. Relatório técnico de pesquisa.

OFFE, C. Trabalho, a categoria chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989.

OLIVEIRA, F. (1990). *O informal revisitado: Brasil e grandes regiões nos anos 80.* São Paulo: CEBRAP. Relatório Final.

OLIVEIRA, M. J. B.; SANTOS, M. G.; SILVA, E. F. “Vai um ‘carrego’ aí”? a dura lida dos fretistas em Mangabeira. In Alberto, M. F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes trabalhando? uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações.* João Pessoa: Ed. Universitária, 2007, p. 69-80.

PILOTTI, F. Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil.* Rio de Janeiro: Amais, 1995, p. 49-98.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil.* Rio de Janeiro: Amais, 1995.

RIZZINI, I. *Pequenos trabalhadores do Brasil.* In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999, p. 376-406.

- ROCHA, G. F. *O trabalho precoce doméstico e o processo escolar*. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- SCHWARTZMAN, S. *Tendências do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2004.
- SILVA, Z. F.; BARBOSA, M. S. Meninos e meninas catadores e catadoras de lixo residencial no bairro de Tibiri II – Santa Rita/PB. In: ALBERTO, M. F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes trabalhando? uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007, p. 30-38.
- SOARES, A. M.; TEIXEIRA, D. M.; WANDERLEI, M. A. P. Trabalho infantil nas pedreiras: uma experiência avaliativa do PETI no município de Junco do Seridó – PB. In: ALBERTO, M. F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003, p. 233-240.
- SOUZA, O. M. C. G. *A relação do trabalho precoce com o processo de escolarização de crianças e adolescentes*. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- SOUZA, G. P.; SILVA, H. O.; ALBERTO, M. F. P. O vai e vem da maré: o trabalho de crianças e adolescentes no estuário do rio Paraíba na cidade de Bayeux. In: ALBERTO, M. F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes trabalhando? uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007, p. 58-68.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



## CAPÍTULO 5

### O SUJEITO REVOLUCIONÁRIO<sup>1</sup>

Guilherme Boulos

Bom dia a todas e todos! Queria agradecer pelo convite para participar do seminário para discutir o sujeito revolucionário, em um momento extremamente oportuno para isso. No momento em que, no nosso país, se alguém acreditava em paz social, hoje, não dá para acreditar mais. No momento em que a política transborda para as ruas de todas as maneiras, à direita, à esquerda. Ou seja, a discussão de sujeito revolucionário, hoje, não é uma discussão acadêmica, é uma discussão que tem a ver com as saídas políticas, estratégicas, para a realidade brasileira.

Eu acho importante começar, na medida em que o seminário é sobre Marx, retomando um pouco – na esteira do que fez o professor Giovanni Alves – como Marx enxergava esse sujeito revolucionário. Nós sabemos que, na leitura de Marx, quem faria a revolução socialista seria o operariado, o operariado industrial. Aquele operariado que, no século XIX, é retirado das suas pequenas oficinas de artesanato, é retirado do campo e é jogado na grande indústria. E ter jogado o operariado na grande indústria foi a

• • • • • • •  
1 Transcrição da participação em mesa redonda, no II Seminário Marx Hoje: Pesquisa e Transformação Social.

fonte de lucros para o capitalismo, mas, ao mesmo tempo, foi a condição que permitiu uma identidade de classe, que permitiu uma organização de classe, e o surgimento do movimento operário. E ali também, Marx dizia, o operariado faria a revolução, porque está ligado diretamente à produção. É aquele que tem condições de parar a produção e com isso desestabilizar o sistema. Na medida em que o operariado opera os meios de produção, ele tem condições de apropriar isso para uma nova forma de sociedade.

Pois bem, daí, passando-se as décadas, e mesmo século, surgiu – ou se consolidou – na esquerda socialista, internacionalmente, uma visão lamentavelmente dogmática, evangélica – como disse o professor Giovanni –, missionária, e que passou inclusive a desqualificar o potencial organizativo, revolucionário de qualquer setor que não fosse o operariado industrial – e alguns diziam, o operariado de alguns setores estratégicos da economia. Tratava-se disso, fora disso não há sujeito revolucionário. Fora disso há lúmpen, há qualquer outra coisa, que pode ir junto com o operariado – na melhor das hipóteses, pode seguir o operariado –, mas não será o sujeito da revolução.

O fato é que, ao longo do século XX, e em especial nas últimas décadas, o capitalismo revolucionou as relações de trabalho. Aquele operariado do século XIX não existe mais como era. Evidentemente, existe o operariado industrial, mas é um operariado industrial crivado pelas revoluções tecnológicas, pela automação, pela microeletrônica, pela robótica, pela hipertrófia do setor de serviços – hoje a maior parte da classe trabalhadora não está na indústria, está no setor de serviços, no mundo inteiro –, pelo fortalecimento de novas relações de trabalho que não a assalariada, pelo desmonte das relações de trabalho, pelo neoliberalismo, em todas as partes. Como vai se discutir com o trabalhador por conta

própria, que não tem patrão diretamente? Como vai se organizar o camelô, o operário da construção civil autônomo? Ou seja, houve uma diversificação da classe trabalhadora, nas suas formas, nos espaços onde ela está, na sua consciência, naturalmente, e nos espaços de organização, de resistência e luta. Isso tem a ver com mudanças tecnológicas do capitalismo; isso tem a ver com o modelo neoliberal, que foi destruindo garantias, estabilidade, e se criou uma rotatividade incrível no mercado de trabalho. Aquelas identidades coletivas que estavam postas na grande indústria para a organização dos trabalhadores, foram se dissipando, não são mais as mesmas – particularmente nos setores rotativos mais precarizados da economia.

O trabalhador trabalha dois, três meses, aqui e acolá.... Como vai se construir a sua identidade e a sua forma de organização, a partir da relação de trabalho? Esse foi um desafio para o sindicalismo no mundo todo, nas últimas décadas. Às vezes, é mais fácil interpretar as coisas como “Tal direção sindical é pelega, traidora!”, do que ver por esse ponto de vista. Evidentemente que existem direções sindicais pelegas e traidoras. Mas, há também fatores que dificultam – e muito – do ponto de vista da estrutura das relações de trabalho, essa identidade coletiva, essa identidade de classe, que se materializa na luta sindical. Uma parte expressiva da classe trabalhadora não se reconhece mais no sindicalismo e não se organiza a partir daí. Nós precisamos reconhecer isso, até para pensar as novas formas e para compreender as novas formas de lutas populares e de trabalhadores que surgem no mundo, no último período. Porque, vejam, o capitalismo cria o problema, mas também formula as condições da solução. Onde estão esses trabalhadores – esses milhões de trabalhadores – que têm dificuldade de se organizar a partir dos seus sindicatos e do seu local de trabalho? Talvez, o fenômeno mais brutal e intenso do capitalismo mundial,

durante o século XX, tenha sido o fenômeno da urbanização. O mundo deixou de ser uma sociedade rural para ser uma sociedade eminentemente urbana. E os trabalhadores foram jogados, segregados, em regiões das grandes cidades, onde passaram, a partir daí, a construir também as suas identidades coletivas. Da mesma forma que, lá atrás, na formação da grande indústria, o capitalismo segregou o operariado em um local insalubre, de superexploração, de jornadas escorchantes, com condições de opressão comuns e, portanto, criando condições para a resistência em comum, para o movimento operário, para o sindicalismo, para as greves.

O capitalismo fez isso ao longo do século XX, em relação ao território, jogou milhões e milhões de trabalhadores nas periferias urbanas, em condições comuns de opressão, com as mesmas carências, sem serviços públicos, sem infraestrutura, em alguns lugares – como aqui em nosso país –, uma atuação em que o Estado aparece como polícia, de uma forma extremamente repressiva, genocida. E, com essas condições, criou reivindicações comuns, criou formas de luta novas, criou identidades coletivas. Surgiram, nos últimos 20 anos, em especial na América Latina, movimentos territoriais e periféricos extremamente expressivos. Se nós pegarmos como exemplo o que foi a crise argentina em 2001, em 2002, que derrubou três, quatro presidentes da república em dois meses. O operariado industrial protagonizou aquelas lutas? Não. Aquelas lutas foram protagonizadas, em uma medida importante, pelo movimento piqueteiro – que era o movimento de desempregados que se organizava a partir dos bairros de Buenos Aires, e de grandes cidades argentinas, com reivindicações comuns, e que parou o país. Da mesma forma que o operariado construiu a sua forma de resistência com a greve, parando as máquinas, foi se construindo, pouco a pouco, na luta popular, territorial e periférica, formas de resistência que, se não capazes – e não o são – de

travarem a produção de mercadorias, são, sim, capazes de travar a circulação de mercadorias. Os presidentes foram derrubados porque começou a haver desabastecimento; porque os piqueteiros travaram as rodovias. E nós sabemos que a realização do valor no capitalismo não é só a produção. A realização do valor passa pela circulação. Quem não tem cão, caça com gato. É a forma que esteve disponível para esse movimento se organizar e expressar a sua luta.

Na Bolívia, a derrubada de Sánchez de Lozada, foi feita essencialmente pelos trabalhadores das federações de *Juntas Vecinales de El Alto*, que fecharam La Paz, isolaram a capital, desabasteceram a cidade, e o presidente teve que sair em um jatinho direto para Miami. Ou seja, são essas novas formas de resistência, periféricas, populares e, sim, da classe trabalhadora – porque esse trabalhador que mora nas periferias pode não ser o trabalhador sindicalizado, tradicional, o trabalhador do holerite, da carteira assinada, mas é a nossa classe trabalhadora de hoje. Esse trabalhador padrão, que parte da esquerda ainda insiste em ter como ideal, não é mais o retrato majoritário da classe trabalhadora hoje. A nossa classe trabalhadora é diversificada, precarizada, faz bico. E, muitas vezes, esse segmento da classe, que não se organiza, que não se sente representado ou identificado pelo movimento sindical, está organizado em movimentos populares nas periferias. Em lutas por moradia, em lutas por serviços públicos, em lutas por transporte, em lutas por trabalho, inúmeras lutas.

Vejam, evidentemente que não se trata aqui de fazer uma substituição, de dizer que agora o sujeito da revolução é o povo da periferia que está organizado lá, o sem-teto, o sem-terra... Não há uma revolução possível, em especial em um país como o nosso, que não seja uma revolução que passe por uma multiplicidade de

sujeitos. Nós temos que abrir mão dessa ideia de que há um sujeito único da revolução. Porque esta ideia pode ser bem enquadrada em uma moldura teórica, mas, na prática, a teoria é outra. A classe operária, a classe trabalhadora no nosso país, não é mais essa – se é que algum dia foi... E é o encontro desses vários sujeitos da classe trabalhadora: do trabalhador sindicalizado, do trabalhador que está nas fábricas, do trabalhador que está no campo, na agroindústria – de uma forma cada vez mais operária também, não mais a figura do velho camponês –, do trabalhador que está se virando para sobreviver, fazendo o seu bico, trabalhando por conta própria, nas periferias, do trabalhador do setor de serviços, que está no *telemarketing*, que está em qualquer outro lugar... É do encontro das formas de luta, de resistência e de organização que os trabalhadores no Brasil produziram, que nós vamos ter um sujeito revolucionário, desses vários sujeitos.

O desafio que nós temos hoje é, seguramente, avançar na unificação dessas lutas. É sair do nosso corporativismo inerente, que segmenta, divide. Porque, vejam, é o mesmo trabalhador. Muitas vezes, o mesmo trabalhador que está no sindicato, mora de aluguel e vai para a ocupação de terra. Esse mesmo trabalhador demora duas horas para chegar ao serviço, em um transporte público precário. Esse mesmo trabalhador fica três horas com seu filho na fila do SUS, e não consegue vaga na creche. Muitas vezes, quem segmenta, somos nós. E há uma necessidade, hoje, cada vez maior, de romper com essa segmentação, com esse corporativismo, e avançar em uma unificação dessas lutas. Esse é um desafio importante que está colocado para a esquerda e quem quer que tenha uma perspectiva anticapitalista.

Agora, vejam, eu falei isso até aqui para não ser acusado de fugir do tema. Porque o que eu quero falar mesmo para vocês eu

vou começar agora, que é sobre aquilo que não é possível calar, na realidade em que estamos vivendo hoje no nosso país. Eu acho que não é possível fazer um debate, qualquer que seja, de esquerda, marxista, socialista, hoje no Brasil, sem falarmos na conjuntura explosiva que nós vivemos no país, nesse momento, talvez único – há muito tempo nós não tínhamos uma crise de tal gravidade. A esquerda parece uma coisa curiosa: tem um companheiro de uma ocupação lá do interior de São Paulo que usa uma imagem que é muito interessante. Ele diz o seguinte: que a esquerda parece aquele cachorro que quando o caminhão está parando, fica latindo, latindo, e quando o caminhão para, o motorista desce e ele sai correndo. Então, ela fica esperando a crise, esperando as condições para haver uma janela de luta social, e aí, quando aparece, ela se intimida. Porque não é aquela situação ideal esperada... Aquela situação ideal esperada nunca vai acontecer. Ela é ideal, apenas. Cada crise, cada processo de lutas, de ascenso e de mobilização, tem a sua particularidade, sua forma própria. E nós vivemos em um processo, ao mesmo tempo, crítico, perigoso, com riscos de retrocessos incríveis, mas também um processo em que é possível apontar e ver saídas.

Eu acho que há um registro para nós interpretarmos a crise que nós estamos vivendo hoje, no Brasil – essa crise política, misturada com crise econômica, institucional, de toda sorte – que é o esgotamento da estratégia hegemônica da esquerda brasileira, nos últimos 30 anos, que foi a estratégia de conciliação. Se nos pegarmos à trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) – e, em especial, à sua trajetória após 2003, quando chega ao governo –, nós vamos ver que, de forma muito hábil, o que foi feito pelo PT, sob a liderança do Lula, foi um pacto, que nós poderíamos chamar – e muitos chamam – do ganha-ganha. Se nós formos fazer uma radiografia do Governo Lula, nós vamos ver que os

empresários ganharam muito, o agronegócio ganhou muito. Os bancos, o sistema financeiro, ganharam demais. Agora, essa turma ganhar demais nunca foi novidade no Brasil. A novidade na história é que, depois de um bom tempo – e particularmente depois de 10 anos de neoliberalismo tucano “pão e água” – os trabalhadores ganharam alguma coisa, por meio do crédito, que permitiu um aumento do consumo e, em especial, da valorização do salário mínimo. É verdade que a ascensão social pelo consumo não vai ser o ideário nosso da esquerda. Aliás, nós estamos vendendo isso – se não está ligado à luta por direitos – pode levar a um processo de despolitização depois. Quando a ascensão social não está ligada à mobilização, ela fortalece a ideologia meritocrática, que é o que nós estamos vendendo. Mas, houve ganhos, os mais pobres melhoraram de vida, houve programas sociais (Bolsa Família, [Programa Universidade para Todos] Prouni, Minha Casa, Minha Vida, [Programa de Financiamento Estudantil] FIES). Todos com contradições terríveis – eu sou do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que é um crítico dos limites do programa Minha Casa, Minha Vida. Mas, esses programas, de algum modo, deram uma fatia do bolo aos mais pobres, deram algo para os trabalhadores. Isso não é insignificante: a vida dos mais pobres melhorou de fato. Isso cimentou um pacto. Há uma parte da esquerda que tem dificuldade de reconhecer isso. E quando tem dificuldade de reconhecer isso, não é capaz, por exemplo, de entender como, depois de oito anos, o Lula sai do governo com 90% de popularidade; quando Fernando Henrique, depois de oito anos, não podia ir para a feira. Porque construiu um consenso social.

Nós devemos reivindicar esse consenso social como modelo? Não creio. Até porque esse consenso tinha condições conjunturais muito bem determinadas, o que permitiu fazer essa mágica de todo mundo ganhar – ainda que de forma desigual –, mas o que

permitiu foi uma média de crescimento econômico de 4% ao ano, no Governo Lula. E com crescimento econômico, aumentou a arrecadação, e se fez política por manejo orçamentário. Não foi enfrentando os privilégios históricos da burguesia brasileira, não foi combatendo de frente a desigualdade estrutural da nossa sociedade, não foi com as reformas populares. As velhas reformas populares, desde o comício da Central do Brasil que precedeu o golpe de 1964, permaneceram na gaveta: reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária, reforma política, todas elas. No entanto, esse pacto permitiu um consenso que durou até quando a economia permitiu. Porque, quando a crise de 2008 estoura, as condições para fazer uma política de conciliação por meio de manejo orçamentário se reduzem drasticamente. Essa política do ganha-ganha dependia do crescimento econômico contínuo e esse crescimento acabou; a média de crescimento no Governo Dilma, em 2014, foi de 2,1% – a metade do Governo Lula.

Pois bem, isso colocou uma encruzilhada – tanto para o governo petista, como para a esquerda brasileira. O governo conseguiu, depois de 2008, em uma política anticíclica, adiar por cinco anos e a coisa só estoura como crise de verdade em 2014. Mas era evidente que, de algum lado, precisaria cortar. Quando diminui o tamanho do bolo, não dá mais para dar as mesmas fatias para todos. A fatia de alguém vai ter de ser cortada. Essa era a encruzilhada que estava colocada, por exemplo, nas eleições de 2014, em que Aécio dizia, junto com Armínio Fraga, que tinha de cortar direitos trabalhistas, de fazer ajuste fiscal, e a Dilma dizia: “Não. Nem que a vaca tussa, não faço”. O problema é que, no dia seguinte das eleições de 2014, Dilma deu sinais contrários. Fez um ajuste fiscal antipopular, atacou o seguro desemprego, a pensão e, em seguida, veio a proposta mais recente da reforma da previdência, reforma fiscal...

Talvez, o cálculo que estivesse colocado ali, equivocado, mas ainda assim um cálculo, era: “Vamos fazer uma recomposição com a direita e com a burguesia brasileira. As eleições de 2014 foram acirradas, vamos recompor com eles.”. Então, fez um Ministério com Levy, com expoentes da direita brasileira, tentando recompor. Anunciou um ajuste fiscal para o mercado financeiro. Mas, aí é que esteve o ponto. O ponto é que a direita brasileira não queria mais recompor com o PT. A burguesia falou: “Nós não queremos mais nada com vocês, nós queremos derrubar vocês.”. A direita falou a mesma coisa, mas o governo parecia não entender e só dava sinal para eles. Com isso, conseguiu solapar a sua base social, desmobilizar a base social que o elegeu e, ao mesmo tempo, não conseguiu ganhar a direita. Essa é uma situação dramática que nós temos, porque é meio insólito isso: um governo que deu gestos para a direita, e uma direita querendo derrubar esse governo de forma cada vez mais complementar. Nesse ano, tivemos um governo intensificando políticas de ataques, no começo do ano, com os projetos de reformas da previdência e fiscal, com o acordo lamentável no projeto do pré-sal, com a lei antiterrorismo, etc. intensificando isso; e a direita intensificando seus esforços golpistas para derrubar o governo.

Eu acho que a direita brasileira é um caso antropológico. Tem de entender bem o que está em jogo aí, porque não é só interesse econômico – se fosse só interesse econômico, eles estariam muito bem, obrigado. Têm várias coisas em jogo aí, e uma delas é que eles perceberam, nessa situação, a chance de fazer reformas contraestruturais e perceberam que o governo do PT não teria condições de fazer isso, e queriam um governo deles, “puro sangue”. Nós estamos vendo qual é o projeto Temer, pois, eles têm língua grande, eles soltam antes da hora, e está saindo nos jornais qual é a devassa nos direitos sociais, sem precedentes. Fernando

Henrique Cardoso vai parecer de esquerda diante das reformas que estão previstas no governo Temer. As medidas tomadas pelo governo Dilma são quase nada perto do que poderá vir com Temer.

Tem também outra coisa que é mais rançosa. É mais a Psicologia da classe dominante no Brasil, que vem da Casa Grande. Aquela coisa preconceituosa, de não poder ter pobre na universidade, de não poder ter negro no aeroporto, de não poder pagar direito trabalhista para empregada doméstica. Nós podemos minimizar isso, vá às manifestações da classe média no dia 13 de março e veja qual é o discurso; é justamente esse, uma coisa absolutamente rançosa, elitista, atrasada, que uma parte de classe média urbana e da burguesia brasileira tem.

Pois bem, isso nos colocou em uma encruzilhada, porque esse projeto de conciliação se esgotou. Não tem mais condições econômicas nem políticas para ele. A crise acabou com a margem para conciliar via orçamento. Tem de cortar de algum lado, e tanto o governo como a direita avaliaram que tinha de cortar do lado dos trabalhadores. A governabilidade conservadora que foi construída está destruída, e a paz social das ruas já não existe desde 2013. As ruas estão em polvorosa, para um lado e para o outro. Ou seja, esse momento de polarização expressa a disputa pelo que vem depois. Esse modelo se esgotou. A disputa que está posta agora é a disputa pelas saídas, que vem com outro ingrediente – que não é só nacional, nós podemos ver isso em vários países – que é o esgotamento do sistema político, pois as democracias liberais estão com uma crise de credibilidade em nível internacional. O discurso daqui, da Europa, em várias partes, é o discurso da nova política, que é um discurso, muitas vezes, hipócrita e conservador; mas, esse discurso surfa nessa onda, de que as pessoas não se sentem representadas. Esse sistema político fracassou em dar alternativas

tanto de direitos sociais quanto democráticas. E é daí que nós vemos a coisa se polarizando, não só aqui. Nos Estados Unidos, nós temos, de um lado, Sanders, mas temos, do outro, Trump. As alternativas de centro vão perdendo espaço e a disputa por saídas é uma disputa mais encarniçada, que polariza a direita e a esquerda. Na Espanha, nós temos o Podemos, mas nós temos o Ciudadanos, que surgiu de um processo de mobilização pela direita.

Aqui, nós temos uma direita agressiva nas ruas, uma nova direita – não é a velha direita. Algumas pessoas se iludem e dizem: “Ah, mas o Aécio foi vaiado na Av. Paulista... Então quer dizer que ali pode ter algum caldo.”. Caldo nenhum! Aquela turma vaiou o Aécio porque não se sentem representados pela velha direita. Eles não querem algo novo, eles querem uma nova direita, o que é diferente. E uma nova direita que pode ser perigosa, que vem com a cara da negação da política, com a cara messiânica, de um Sérgio Moro – que é o ídolo de todos eles –, de alguém que pode passar por cima de tudo e de todos, porque, supostamente, vai combater a corrupção. É alguém de fora da política, é alguém “limpinho e cheiroso”. São essas alternativas que eles tentam construir. Hoje, é um juiz, amanhã, pode ser um general. Essa negação pela direita, da política institucional, leva a esse tipo de alternativa. Não se atentar, a tempo, disso, pode ser um crime histórico.

Agora, não é só isso. Também se abrem alternativas e possibilidades pela esquerda. Nós estamos vendo o que tem sido as mobilizações das ruas contra o golpismo e em defesa da democracia, nas últimas semanas. Em todo o país são mobilizações expressivas.

Esse cenário complexo, de vários sujeitos sociais, de vários sujeitos políticos, nas ruas do país, coloca-nos alguns desafios, e eu quero terminar falando disso. Eu acho que nós temos hoje, do

ponto de vista da luta social e da esquerda no Brasil, três desafios fundamentais, que vários setores têm tentando responder – como a Frente Povo Sem Medo, setores do movimento social e da esquerda –, nessa conjuntura.

O primeiro desafio é barrar a ofensiva da direita. Nós não podemos subestimar o tamanho dessa ofensiva. Não podemos achar que essa ofensiva é um fantasma, uma cortina de fumaça. Se nós virmos dessa forma, não estaremos entendendo o que está acontecendo nas ruas do país, no último período. A manifestação que eles fizeram no dia 13 de março foi gigantesca. Felizmente, nem todos ali eram de direita, mas ela foi capitaneada pela direita. O clima que está se criando nas ruas é um clima de intolerância, de macarthismo, de linchamento... insuflado por essa nova direita. A forma como estão conduzindo o processo de *impeachment* é um golpe evidente. Tomaram uma decisão de tirar o governo, e não é só uma questão legalista – se tem ou não tem crime de responsabilidade –, a questão legalista é uma delas. Há também uma questão de legitimidade política e de princípios políticos de quem está conduzindo isso. Vejam Eduardo Cunha. Vejam a questão de como tem sido conduzida a Lava Jato, os seus abusos e arbitrariedades. Nós temos de enfrentar a corrupção no Estado e defender que haja punição. A questão é quando se passa por cima de garantias constitucionais mais elementares e fazendo um processo com uma condução política extremamente seletiva, com alvos seletivos. Começa assim e não se sabe onde vai parar.

Esse antipetismo que está nas ruas não dá caldo algum para a esquerda, para qualquer saída à esquerda. Quem achar que vai surfar nessa onda, que é só contra o PT, vai se afogar nessa onda. O sectarismo é cego e isola. Porque esse antipetismo não é só antiPT, ele é antigreve, antiocupação, antivermelho, anti- qualquer

coisa que seja de esquerda. Essa turma que está aí acha que o PT é bolivariano, é comunista, esse é o argumento deles.

Um segundo desafio que nós temos, essencial, é fazer a defesa intransigente dos direitos sociais e não aceitar retrocesso, venha de onde venha. Nós temos que saber fazer uma diferenciação clara de que ser contra o *impeachment*, ser contra a saída da direita, não é defender as políticas equivocadas do governo, que são indefensáveis. É impossível, para quem quer que seja de esquerda, de forma coerente, defender um governo que pauta reforma da previdência, reforma fiscal e lei antiterrorismo. E aqueles que queiram defender isso pagam um preço, dão abraço de afogado. E adotar esse discurso significa perder a capacidade de disputar a insatisfação social. A insatisfação na sociedade brasileira é ampla.

E, por último, um terceiro desafio nessa conjuntura dura, é apontar para o novo. Esse ciclo se esgotou. Nós temos o desafio de reorganizar a esquerda no nosso país. E reorganizar a esquerda passa por reconstruir a nossa capacidade de mobilização, por retomar o bom e velho trabalho de base, que a maior parte da esquerda perdeu de vista e de horizonte, porque reduziu a política à política institucional. Isso é essencial. Não há espaço vazio na política. A esquerda deixou de fazer trabalho de base nas periferias, como fazia com as comunidades eclesiais de base, com os movimentos... Hoje, quem faz esse trabalho são os evangélicos. Às vezes, nos assustamos “Nossa, cresceu o espaço das igrejas evangélicas!”. Cresceu porque a esquerda abandonou, fazem o que nós deixamos de fazer, batem de porta em porta, vão dialogar com as pessoas, saber os problemas das pessoas. A direita tomou as ruas porque nós deixamos as ruas. Nós precisamos retomar o nosso trabalho de base e nosso foco na mobilização de rua.

Não vai haver reorganização da esquerda sem um novo ciclo de ascenso de massas, sem um novo ciclo de mobilização. E essa crise, de algum modo, representa uma oportunidade para isso, se nós soubermos lidar de forma correta com ela, apontando alternativas. Não só apontando programas, que a esquerda brasileira tem de monte – o pessoal diz que falta programa, você vai na USP tem uns 50 programas, cada um mais revolucionário que o outro, mas nenhum daqueles programas consegue colocar cinco pessoas para defender, o cara que fez o programa não consegue convencer nem o vizinho para defender o programa. Nossa maior problema não é falta de programa, nosso problema é falta de pé no barro. De disposição de ir às periferias, de ir onde a classe está, organizar para reconstruir mobilização de massas. Isso não quer dizer que o debate de projeto é desnecessário. Ao contrário, precisamos aprofundá-lo a partir das lições do último período, mas é necessário fazer isso em sintonia com os anseios populares e a mobilização social.

Esse é um desafio essencial e tem a ver com a construção de novas relações de força. Esse argumento das relações de força é uma questão interessante porque alguns diziam: “Poxa, o governo tinha 80-90% de popularidade, por que não pautou as reformas?”; “Não tinha relação de força”. Vejam: é evidente que nenhum de nós faz política do jeito que quer, com as condições que quer. Nós fazemos política com as condições que estão dadas. É evidente que a relação de forças é um cálculo fundamental para quem quer fazer política séria e não delirante. Agora, as relações de força não são imutáveis, são vivas na sociedade, e ter o poder executivo na mão é uma ferramenta potente para alterar relações de força.

Vamos fazer um paralelo com a Venezuela. Quando Chávez ganhou as eleições em 1998, o congresso era hostil, o judiciário

era hostil, a mídia era mais golpista que aqui, e a maior parte do [Produto Interno Bruto] PIB venezuelano, que é o Petróleo, a [Petróleos de Venezuela, S.A.] PDVSA estava na mão de uma oligarquia que o presidente da república não controlava. O Chávez tinha todos os argumentos para sentar em uma mesa e fazer uma unidade com os que sempre mandaram na Venezuela, fazer um pacto parlamentar, distribuir cargos no governo, construir governabilidade de maneira tradicional e conservadora. O que ele fez? Fez concessões, é verdade, mas centrou seu projeto em construir governabilidade nas ruas. Ir a cada rincão da Venezuela, em cada favela de Caracas, montar círculos bolivarianos, fazer debate com o povo, organizar movimentos sociais, para poder sustentar uma política pela esquerda. Quando a burguesia venezuelana conseguiu reagir, deu um golpe no Chávez, em 2002. Esse golpe não durou dois dias, porque esse povo que foi organizado cercou o palácio, com centenas de milhares de pessoas, dizendo que queria seu presidente de volta. Chávez voltou em dois dias e continuou a política.

Relação de força é isso também. É atuar para transformar as relações de força conservadoras. Se Dilma tivesse, no dia 1º de janeiro de 2015, ao invés de enviar para o congresso nacional, cortes no seguro desemprego e pensão, enviado taxação de grandes fortunas? Passava nesse congresso? Claro que não. Nenhum de nós é ingênuo. Esse congresso é conservador. Mas você criaria uma agenda política, o congresso ia ter de passar meses explicando o porquê não quer que rico pague imposto, ao invés de impor uma agenda reacionária, como a do Eduardo Cunha, para a sociedade. Ao invés de discutir redução da maioridade penal, ao invés de discutir terceirização, teriam de estar se explicando por não pegarem outra agenda. Tomaria iniciativa na política e isso é alterar relação de forças. Não fizeram. O nosso desafio é esse.

A reorganização da esquerda passa por considerar as relações de força existentes, mas, também, por atuar nas ruas e nas bases de forma decisiva, para alterar essas relações de força.

Termino dizendo que, hoje, o grande desafio é combater esse retrocesso. Há elementos essenciais da nossa democracia que estão em risco. Não reivindicamos essa democracia como nossa, é uma democracia precária, limitada. Está muito mais para Estado democrático de direita do que de direito, desde sempre. É a democracia que mata pobre, negro, na periferia. É a democracia de um sistema político falido. Mas, mesmo as garantias que essa democracia nos dá, a direita quer atacar nesse momento. Por isso, é necessário estar firme, de fileiras cerradas, para barrar esse golpismo no país. O que não podemos é parar por aí. Nós temos que, ao mesmo tempo, estar firmes para combater os retrocessos, mas para apontar os novos caminhos da reconstrução de um projeto de esquerda no Brasil.



## PARTE 2



## CAPÍTULO 6

### NOTAS SOBRE A ONTOLOGIA DE LUKÁCS E O RESGATE DO MARXISMO COMO UMA TEORIA CLASSISTA DO GÊNERO HUMANO

Susana Jimenez

O presente artigo deriva de nossa participação na Mesa Redonda *Indivíduo, Psicologia e Marxismo*, apresentada no II Seminário Marx Hoje, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Abordamos o tema a partir de Lukács (1885-1971), fundamentalmente, na linha de sua *Ontologia do ser social*, em cuja obra, o filósofo húngaro recupera o marxismo, em seu sentido mais amplo e rigoroso, ou seja, como uma teoria do gênero humano. Nesse âmbito, revisitamos alguns apontamentos que situam a *Ontologia* no percurso de Lukács, destacando, com o aporte de seus intérpretes maiores, o caráter dialeticamente unitário de sua obra, a qual, reafirmaria, em **última análise, a possibilidade aventada por Marx** da construção de uma sociabilidade na qual os indivíduos reconciliam-se com seu gênero, desenvolvendo-se como seres autenticamente livres e universais.

Segundo compreendia Lukács (2010b), com efeito, os fundamentos da ontologia materialista de Marx, quais sejam, a essência e as determinidades do ser social; suas relações com o

ser em geral; e a irreversibilidade processual do desenvolvimento histórico do ser, em sua dinâmica operatividade, “produzem um processo – em última análise – unitário, que cria, de maneira crescente, as condições para que a humanidade supere os estorvos de sua pré-história e que possa começar a sua história efetiva” (LUKÁCS, 2010b, p. 374).

Como bem sabemos, pesa sobre Marx a denúncia de que o filósofo revolucionário alemão não teria levado em conta os problemas relativos à individualidade, absolutizando a classe social ou a luta de classes como categoria autossuficiente para explicar o movimento da história. Quando, em sua obra madura, assume a tarefa de resgatar o legado de Marx do terreno pantanoso das deturpações a este imputadas, Lukács revida, precisamente, tal alegação, deixando evidente que, não só teria importado a Marx a questão do indivíduo<sup>1</sup>, como este teria, ao fim e ao cabo, edificado uma teoria do gênero humano, o que implicaria o tratamento das complexas e contraditórias relações entre individualidade e genericidade, estabelecidas a partir do trabalho como categoria que funda o ser social. Nesse complexo de relações, é da maior importância enfatizarmos, contrariamente a interpretações de alguns de seus estudiosos, Lukács não deixaria de situar a proeminência da luta de classes.

É, assim, por certo, decisivamente esclarecedora a passagem de Lukács (2010b, p. 101, grifo nosso) que reproduzimos abaixo:

[...] o gênero, que determina os homens singulares e se constrói com sua existência e práxis, não é apenas

• • • • • •

1 Dentre outros trabalhos que perseguem a referência ontológica, a tese de doutorado de Betânia Moraes (2007) examina o tratamento conferido a Marx, ao problema da individualidade, nas páginas do Livro I de *O Capital*.

um processo cada vez mais diferenciado e por isso criador de sempre novas diferenciações, mas é – a partir de certa fase de desenvolvimento –, por sua essência ontológica, *um resultado de forças em luta recíproca que são colocadas em movimento socialmente: um processo de lutas de classes na história do ser social*. Portanto, o homem singular que busca se reproduzir socialmente pelas decisões alternativas de sua práxis, precisa, na maioria esmagadora dos casos [...] assumir posição sobre como imagina o presente e o futuro da sociedade na qual, mediado por tais decisões, ele se reproduz individualmente, como ele a deseja enquanto ser, que direção do processo corresponde a suas ideias sobre o curso favorável de sua própria vida e da de seus semelhantes.

Também na interpretação de Oldrini (2013, p. 26), para Lukács,

[...] a aquisição imediata de maior eficácia do método marxiano (a da luta de classes como força motriz decisiva da história do gênero humano enquanto fator operante ontologicamente) não pode ser apreendida plenamente sem o entendimento de que todas as decisões das quais surge a individualidade humana como tal, como superação da mera singularidade, são momentos reais validados e que validam o processo global.

A tese ontológica das relações entre indivíduo e gênero encontra-se sobejamente delineada na obra de maturidade de Lukács, que vai da *Estética* à *Para uma ontologia do ser social* e aos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Nesse ponto de

sua trajetória, Lukács vai explicitar, com Marx, que a generidade traduz uma concepção “revolucionária do ser e do devir do gênero humano”, como bem pontua Vaisman (1999, p. 451), citando o filósofo húngaro.

A mesma tese é explorada por seus principais intérpretes e estudiosos, que se debruçam sobre a *Estética*, a *Ontologia*, ou diferentes dimensões ou capítulos dessas obras grandiosas, tanto no plano internacional, como no cenário nacional – alguns dos quais aqui referenciados. Na avaliação de Lessa (1996, p. 8), por exemplo, a ontologia marxiana resgatada por Lukács constitui-se como “uma grande novidade se confrontada com a metafísica tradicional”. Essa novidade consistiria, exatamente, na suposição da radical historicidade da essência humana e da possibilidade da emancipação dos homens mediante a superação do capital. Ainda, conforme a análise de Oldrini (2013, p. 25): as obras de maturidade de Lukács “têm como objetivo elaborar uma teoria da completa emancipação humana, da superação da mera singularidade particular (o individualismo burguês) em direção àquilo que, para o homem, é a sua essência, o realmente humano”.

Sob as coordenadas lukacsianas, a relação indivíduo-gênero é impreverivelmente trazida à tona também por aqueles que tentam examinar, com maior particularidade, o complexo da Educação – objeto direto de nossos estudos e de nossa prática. Busca-se, nesse caso, definir o lugar desse complexo no processo de reprodução social, conferindo as possibilidades ontológicas afetas à práxis educativa, no que toca à construção de uma individualidade emancipada, articulada a uma generidade livre e universal.<sup>2</sup> No campo

• • • • • • •

2 Como já tivemos ocasião de explicitar, em seu sentido fundamentalmente ontológico, “[...] o complexo educacional comparece na totalidade social como um complexo universal para atender à necessidade igualmente universal de continuidade da substância do gênero humano no processo

da Psicologia, ainda, a ontologia de Lukács tem sido conjugada à Psicologia Histórico-Cultural, por cuja via tenta-se desembraçar referida corrente do pensamento psicológico do fosso das leituras liberais, restituindo o trabalho como complexo fundante do desenvolvimento das funções psíquicas superiores do homem.<sup>3</sup>

Todavia, de acordo com alguns de seus críticos, em sua abundantemente citada viragem ontológica dos anos de 1930 – quando, em seu exílio em Moscou, entra em contato com os *Manuscritos de 1844*, de Marx, e mantém uma profícua convivência com Lifschitz, no Instituto Marx-Engels –, Lukács teria empreendido um deslocamento involutivo com respeito aos princípios basilares de sua chamada obra de juventude, e, mais particularmente, sua magnânima *História e Consciência de Classe*, distanciando-se, categoricamente, da teoria revolucionária de Marx e Engels.

Dentre tantos outros que supervvalorizam a obra de juventude de Lukács – sob a premissa de que nesta se evidenciaria uma orientação mais autenticamente revolucionária – em detrimento de seus escritos da maturidade, situam-se além de Lucien Goldmann, Michael Löwy e Merleau-Ponty. Na opinião de Löwy (1998, p. 206), “[...] em *História e consciência de classe*, a evolução do pensamento lukacsiano atinge seu ápice [...]”. Quanto a Merleau-Ponty, este

de reprodução social. Sua função remete, portanto, à transmissão e à apropriação das características que compõem a generidade em cada momento concreto, concorrendo para a constituição do indivíduo como participante do gênero (LIMA; JIMENEZ, 2001, p. 73). Por outro lado, como problematiza Maceno (2016, p. 150), “a educação, [como] vários outros complexos que, antes do aparecimento das classes sociais, possuíam a marca da universalidade, passam a ser marcados pelo caráter particular da propriedade privada dos meios de produção”.

3 A esse respeito, é interessante conferir o estudo de Do Carmo e Jimenez (2013), o qual busca, precisamente, cotejar as bases ontológicas do pensamento de Vigotski.

fenomenólogo francês, conforme Mészáros (1984, p. 21), teria construído “um mito sobre *História e Consciência de Classe*, para daí poder rejeitar toda a obra de maturidade de Lukács”. Rejeição afim é, dentre nós, afiançada por Benoit (2010, p. 23), para quem, “a idéia de uma ontologia dialética não-metafísica é algo incongruente do ponto de vista conceitual”, tornando, por esse prisma, “insustentável uma ontologia dialética marxista”.

Como é sabido, Lukács (2010a) produziu no entremeio de sua vasta obra inúmeros escritos autobiográficos e autocríticos, constando, dentre os mais conhecidos, o *Meu Caminho para Marx*, de 1933, no qual, de punho próprio, identifica evolutivamente os três momentos principais do seu encontro com Marx, para, ao fim, declarar:

O progressivo aprofundamento – ainda que contraditório e não linear – das obras de Marx tornou-se a história do meu desenvolvimento intelectual e, portanto, tornou-se também a história de toda a minha vida, na medida em que ela possa ter algum significado para a sociedade.<sup>4</sup> (LUKÁCS, 2010a, p. 3).

Diante de seu acidentado percurso teórico-prático, Tertulian (2003, p. 39), por sua vez, avalia: “Aquele que aderira com entusiasmo à revolução socialista teve que percorrer um caminho relativamente longo antes de chegar a assimilar e aprofundar a teoria de Marx até suas últimas consequências”.

Referido caminho é, assim, pontuado pelo filósofo romeno: “O *kantismo* da *Metafísica da tragédia*, obra de juventude, tinha

• • • • • • •

4 Na entrevista que consignou o *Diálogo sobre o pensamento vivido*, a ser mencionado adiante, reitera Lukács (1986, p. 18): “A evolução comunista é, com certeza, a máxima viragem, o êxito evolutivo da minha vida”.

definitivamente se metamorfoseado em um ardente messianismo revolucionário [...], que marcou a *História e Consciência de Classe*. Em verdade, seu messianismo inicial [...] sua crença frenética na iminência da revolução mundial foi sendo gradualmente substituída pela luta nas condições que eram as do refluxo revolucionário e da estabilização relativa do capitalismo” (TERTULIAN, 2003, p. 42-44, grifo do autor). Por fim, para Tertulian (2003, p. 43, grifo do autor), “[...] sua passagem *definitiva* do hegelianismo abstrato para o marxismo, do idealismo abstrato, violentamente impregnado de moralismo, para uma dialética revolucionária rigorosamente materialista se deve a uma dramática evolução política e espiritual”.

É importante destacarmos, aqui, o *Diálogo sobre o Pensamento Vivido*, pela relevância peculiar que apresenta para nosso tema. Nos ultimíssimos tempos de sua vida e já muito doente, Lukács tomou a si a tarefa de escrever sua autobiografia, aquiescendo, de modo especial, a um desejo de sua mulher Gertrud, valiosa companheira de vida por longos quarenta anos. Tornando-se impossibilitado de continuar escrevendo os esboços de seu projeto, este tomou a forma de uma última e detalhada entrevista, concedida a seus amigos István Eorsi e Ersébet Vezér, entre março e maio de 1971, inicialmente publicada em alemão, e traduzida para o italiano, por Alberto Scarponi, em 1983, como relata Chasin, introduzindo a entrevista propriamente dita, nas páginas da *Revista Ensaio*, em 1986.

O *Pensamento Vivido* incide sobre a questão das relações entre indivíduo e gênero, de uma maneira muito especial, ou seja, conferindo o sentido da própria existência individual de Lukács nos embates por uma vida autêntica, nas condições históricas da generidade dadas em seu tempo, ou, dito de outro modo, ilustrando,

a partir de seu próprio caso, “a luta entre singularidade e universalidade, da qual emerge a individuação e a personalidade” (Lukács, 1986, p. 17).

Com efeito, para além das controvérsias que atravessam a trajetória de Lukács, as inúmeras influências que recaíram sobre sua produção, os períodos históricos drásticos por ele vividos, as marcas deixadas em seu espírito pela “grande noite stalinista” (TERTULIAN, 2003) que sobre ele desabou<sup>5</sup>; seus intérpretes e estudiosos maiores não hesitam em conferir um caráter unitário à sua obra, ou uma continuidade dialética, marcada por uma unidade entre continuidade e descontinuidade, como define Mészáros (2013). Conforme seu antigo discípulo, “o confronto original entre o ser e o dever ser confirmou-se como uma dimensão estruturadora fundamental de todo o pensamento de Lukács” (p. 39). Mészáros assevera, nessa mesma direção: “Lukács nunca aceitou o imediatamente dado em sua imediaticidade crua, isto é, em nenhum momento, abandonou as perspectivas finais do socialismo (2013, p. 67).

José Paulo Netto (2012) concorda com a posição de Mészáros a respeito de uma ideia sintetizadora que conduziria o pensamento de Lukács por toda a sua obra, produzida no decorrer de sessenta anos. Assim, no Prefácio ao Livro I de *Para uma Ontologia do Ser Social*, esclarece: “O pensamento do último Lukács centra-se nos *núcleos temáticos essenciais* que imantaram a reflexão do jovem Lukács”. Mas, adverte não se tratar, aqui, de um retorno: “Há continuidade temática com o jovem Lukács [...] mas [...], quase

• • • • •

5 Sobre a controversa e muito discutida questão relativa à relação de Lukács com o stalinismo, Mészáros declara peremptoriamente em favor de seu mestre: “[...] rejeito totalmente a acusação de que Lukács fora um stalinista. Muitos assim o acusam, mas isto é um ato de profunda hostilidade e ignorância” (1984, p. 21).

meio século de experiência marxista determinou *uma profunda reelaboração categorical*” por parte de Lukács (NETTO, 2012, p. 15-16, grifo do autor).

Para Tertulian (2003, p. 26), por seu turno,

Não se trataria de diminuir a significação considerável de todas as rupturas, de todos os deslocamentos e de todas as soluções de continuidade de seu devir ideológico; trata-se de descobrir a organicidade desse processo, sua causalidade íntima e seu valor exemplar enquanto história de um intelectual que, em sua evolução, sintetizou a história de um século.

A contribuição de Oldrini a respeito dessa polêmica releva em termos particularmente enfáticos o transbordamento da referência à luta de classes para o corpo da obra de maturidade de Lukács. Reafirmando não haver solução de continuidade entre os textos de Lukács, produzidas nos diferentes períodos de seu itinerário, Oldrini (2013, p. 26) anota que, em Lukács,

[...] o critério marxiano e leniniano da individuação das reais forças motrizes que agem no processo histórico objetivo de desenvolvimento da humanidade, da forma como ele se realiza graças ao conflito das classes; [representa] a *conditio sine qua non* para a elevação à essência, à teoria do ‘gênero’.

Assinala, outrossim, que

[...] nas obras da maturidade, que se fundamentam conscientemente no princípio ontológico da historicidade do ser social, essa direção de desenvolvimento é ampliada, a fim de mostrar como, por intermédio

da luta de classes, trata-se do próprio gênero: sem a ‘partidariedade’ (objetividade como ‘partidariedade’) não pode ocorrer a descoberta da direção do desenvolvimento; todavia, esta última, ao mesmo tempo, investe e ilumina, para além das classes em conflito, a humanidade como ‘gênero’. (OLDRINI, 2013, p. 26).

E ainda adverte “a crença na possibilidade do surgimento de uma generidade humana abstratamente universalista, não dialética, não mediada pelas lutas sociais concretas, pertence à bagagem das mistificações ideológicas típicas da metafísica burguesa” (OLDRINI, 2013, p. 25).

É bem conhecido o fato de que a *Ontologia* foi produzida por Lukács, fundamentalmente, como uma introdução para uma Ética, que pretendera escrever ao concluir sua *Estética*. Retomando o caráter introdutório ou preparatório da *Ontologia*, mais uma vez, relata José Paulo Netto (2012, p. 12):

Ao avançar para a construção da sua Ética, Lukács foi levado a reconhecer que haveria de fundá-la expressamente [...] na especificidade do ser social. Havia, portanto, de estabelecer, em primeiro lugar, a determinação histórico-concreta do modo de ser e de reproduzir-se do ser social, pressupondo que, sem uma teoria do ser (uma ontologia) social, a ética seria insustentável (enquanto uma ética materialista e dialética).

Entretanto, é por demais importante atentarmos para o que assevera Mészáros (2013, p. 25):

Lukács não conseguiu realizar aquele que talvez tenha sido o projeto que lhe era mais caro: a elaboração

de uma ética marxista. No entanto, toda a discussão futura a respeito da Ontologia do ser social, de Lukács, não deve desconsiderar o fato de a obra ter sido concebida como parte integrante de seu empenho em explicitar o quadro referencial ético próprio das relações humanas socialistas.

Ainda mais, conforme Tertulian (2003, p. 293), Lukács deixa entrever nas cartas datadas dos dez últimos anos de sua vida que,

após [aquela] longa noite do período stalinista, que pervertera e mutilara o pensamento marxista em sua própria estrutura, as categorias fundamentais desse pensamento deviam ser submetidas a um reexame radical e que sua missão era ser [...] um dos pioneiros desse ‘renascimento do marxismo’.

Nasce, assim, uma ontologia marxista, crítica e materialista, uma ontologia do ser social, soerguida por Lukács que, septuagenário e mesmo octogenário, sobre esta debruçou-se incansavelmente até sua morte.

Quanto à questão da individualidade, nesta obra, Lukács (2010b, p. 104) empreende uma vigorosa oposição aos postulados das Ciências Sociais e da Filosofia burguesas que, a seu juízo, “tendem a ver, na individualidade, uma categoria central do ser humano, que seria o fundamento de tudo, sem necessidade de dedução”.

E, por princípio, proclama:

[...] a individualidade do ser humano em circunstância alguma pode ser uma qualidade originária, inata a ele, mas resultado de um processo demorado de sociabilização da vida social do ser humano, um elemento

de seu desenvolvimento social [...] (LUKÁCS, 2010b, p. 104).

Ao fim desta empreitada, tendo demarcado rigorosamente as bases sócio-históricas da individualidade humana – e, ainda, estabelecendo a superação do trabalho alienado como condição de resolução do antagonismo entre o indivíduo e seu gênero, intríngueco à sociedade de classes –, Lukács opera uma ruptura radical com a ideologia do indivíduo autocentrado e autoconstituído do capitalismo, sistema que fez jus à sua mais intransigente aversão desde os tenros anos de sua juventude.

## REFERÊNCIAS

BENOIT, H. Da lógica com um grande “Là lógica de O Capital”. In: NAVARRO, C. et al. (Orgs.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 15-25.

DO CARMO, M.; JIMENEZ, S. Em busca das bases ontológicas da Psicologia de Vygotsky. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 4, p. 621-631, dez. 2013.

LESSA, S. *A ontologia de Lukács*. Maceió: EDUFAL, 1996.

LIMA, M.; JIMENEZ, S. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 73-94, ago. 2011.

LÖWY, M. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, G. Diálogos sobre o “Pensamento Vivido” - Última entrevista de Lukács - Extratos. *Revista Ensaio*, São Paulo, n. 15/16, p. 31-32, 1986.

LUKÁCS, G. Meu caminho para Marx. *Revista Verinotio*, Rio das Ostras, v. 4, n. 12, p. 13-20, out. 2010a.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MACENO, T. *O complexo da social da educação na reprodução da sociedade: entre a autonomia e a dependência*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, 2016.

MÉSZÁROS, I. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. Tempos de Lukács e nossos tempos - socialismo e liberdade. Entrevista. *Revista Ensaio*, São Paulo, n. 13, p. 9-29, 1984.

MORAES, B. *As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

NETTO, J. P. Apresentação. In: LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 1.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia marxista de Lukács. In: LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2.

TERTULIAN, N. *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*. São Paulo: UNESP, 2003.

VAISMAN, E. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. *Perspectiva*, v. 27, n. 2, p. 441-459, dez. 1999.



## CAPÍTULO 7

### IDEOLOGIA EM LUKÁCS: contribuições para a Psicologia

Fellipe Coelho-Lima

Poucos termos ganharam tamanha popularidade como o da ideologia. Todavia, ao passo que ganhou tal disseminação, o conceito perdeu o seu poder de caracterização, explicação e representação da realidade. Em muitos momentos, essa mesma expressão passou a ser remetida a fenômenos distintos, quando não quase opostos.

Essa situação é o desdobramento de um longo processo histórico pelo qual passou esse conceito. Em alguma medida, é possível afirmar que a preocupação com a origem das ideias é algo que ronda a humanidade desde os primeiros momentos em que se consolidam reflexões sistemáticas e rigorosas sobre a realidade. Foi assim entre os gregos, principalmente nas obras platônicas, ao tentar explicar, a partir da teoria do mundo das ideias, como surgem essas representações; e com os Iluministas, notadamente, a partir de Francis Bacon, com o debate acerca das influências dos ídolos – contemplando elementos referentes à sociedade, à natureza humana, dentre outros (KONDER, 2002).

O debate mais atual acerca da ideologia, e tratado nesses termos, é tradicionalmente datado a partir dos trabalhos de Destutt

de Tracy, na virada do século XVIII para o XIX. Nesse momento, a ideologia significava algo muito diferente do que temos hoje. Era algo mais próximo a um campo de estudo das ideias circunscrito à Zoologia. É muito menos pelos trabalhos de Destutt de Tracy, e mais pelos opositores que ele e seu grupo conquistaram, que se deve o início da tradição do uso mais habitual do termo. Em suma, por uma disputa política com Napoleão Bonaparte, o imperador passou a alcunhar as postulações do grupo de Destutt de Tracy de ideologia como sinônimo de mentiras, ilusões e distorções da realidade (EAGLETON, 1997). A partir desse momento, o termo ideologia ganhou uma nova conotação, da qual não conseguiu se desvincilar completamente ao longo da história moderna.

De um insulto, o termo ganhou um estatuto teórico mais amplo em meados do século XIX, a partir de Karl Marx e Friedrich Engels, com as ideias elaboradas nos manuscritos de *A Ideologia Alemã* (2007), além da obra *Contribuições para Crítica da Economia Política* (2008). Ainda que haja polêmicas sobre o real conceito de ideologia defendido nessa obra (EAGLETON, 1997; LARRAÍN, 2007), permaneceu na tradição do campo a compreensão de que ideologia corresponderia àquelas ideias fomentadas pela classe dominante, com o objetivo de manter o *status quo* da sociedade capitalista e que, via de regra, são distorções da realidade (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002).

Mesmo que os escritos que compuseram a referida obra marx-engelsiana não viessem a público até as primeiras décadas do século XX, as discussões lá contidas passaram a ser debatidas nos círculos político e intelectual europeus, inspirando profícuos debates em ambos os campos. A partir desse momento, os holofotes viraram-se para a questão da ideologia, inspirando diversas tradições, não só no campo marxista. Exemplo disso são os trabalhos

desenvolvidos por Althusser (2005, 2010), Bakhtin (2006), Gramsci (1999-2002), Lenin (1972), Lukács (2013), Mannheim (1956), Plekhanov (1978), Thompson (2011)<sup>1</sup>.

Nessa profusão de teorizações, as diferenças entre elas eram diversas. Para algumas tradições, ideologia permaneceria tendo uma conotação negativa, significando ideias distorcidas da realidade (e.g., ALTHUSSER, 2010; PLEKHANOV, 1978). Para outras, ela seria sinônimo dos elementos simbólicos que permeiam uma determinada sociedade, tendo um caráter neutro (e.g., MANNHEIM, 1956). Se, por um lado, essa pluralidade teórica resultou da importância do conceito para lidar com os processos sociais em curso – principalmente, nas disputas entre os projetos capitalista e comunista –, por outro, acabou por gerar uma dificuldade de diálogo entre os intelectuais e militantes que gravitavam em torno dessa questão.

Assim, nas décadas finais do século XX, a atenção a esse tema foi progressivamente reduzida, levando a alguns, como Aron (1957) e Bell (1960), a decretar o fim da própria ideologia. Ao menos três determinantes podem ser identificados para esse processo. O primeiro deles é a dificuldade de diálogo entre as diversas correntes e teorias geradas em torno do tema. A exemplo dessa situação, era possível catalogar mais de 27 conceitos distintos de ideologia no final do século XX (HAMILTON, 1987). Como consequência, muitos acadêmicos e pesquisadores abandonaram essa temática, por considerar o campo repleto de ruídos e imprecisões.

• • • • • • •

1 Considerando o objetivo deste texto, não passarei em revista cada uma dessas teorizações acerca da ideologia. Para tal empreitada, sugiro a consulta às obras de Eagleton (1997), Konder (2002), Larrain (2007, 2008) e Löwy (2010).

Em segundo, nesse mesmo período, o conceito de ideologia sofreu diversas críticas do ponto de vista epistemológico. Mesmo havendo essa profusão de definições, ainda predominavam certas tradições que a adotavam como sinônimo de ideias, teorias, valores, crenças, dentre outros elementos da cultura, que seriam distorções da realidade. Portanto, criava-se a situação que de um lado havia as ideologias (representações distorcidas da realidade), de outro, as ideias corretas, que representavam adequadamente a realidade. Isso gerou um imbróglio de difícil solução: quem validaria que determinada ideologia seria ou não um pensamento desprovido dessas mesmas ideias distorcidas? (EAGLETON, 1997).

Um terceiro motivador, contraditoriamente, é o próprio embate ideológico. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a consequente derrota do Eixo nazifascista, saem como grandes potências os EUA e a URSS, ambos com projetos distintos de sociedade. Uma das estratégias adotadas pelos países capitalistas para manter a hegemonia de tal sociometabolismo foi, por meio de sua *intelligentsia*, negar veementemente qualquer existência de contradições no seu interior, especialmente, entre os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores. É nesse contexto que, cada vez mais, ou se desinvestiu em debates em torno de ideologia nesses países, considerada como um conceito que necessariamente remeteria a um processo de disputa e conflito social, ou então se passou a equivalê-lo a conceitos mais genéricos, como cultura ou universo simbólico (MÉSZÁROS, 2012).

Se tal conceito enfrentou tantas dificuldades na virada do século, por que retornar a ele?

Ao passo que arrefeceram as discussões em torno dessa questão, aprofundou-se o substrato material que lastreava o conceito de ideologia. Em outras palavras, ao mesmo tempo que a

academia e a militância política passaram a não mais discutir ideologia, as situações de dominação e exploração que fizeram tal conceito ser elaborado se aprofundaram (ŽIŽEK, 1996). Por um lado, a atual etapa do capitalismo, combalida de sucessivas crises (HARVEY, 2011), pressupõe a elevação da exploração do mais-valor dos trabalhadores, representado na multiplicação dos trabalhos precários e informais, com um forte acento nos países periféricos. Consequentemente, acelera o processo de destruição da natureza, esgotando as possibilidades materiais de reprodução da própria espécie humana, bem como de destruição dos próprios homens e mulheres, quando se vê em largos passos o crescimento dos índices de desemprego ao redor do mundo (MÉSZÁROS, 2012).

Ao mesmo tempo que o capitalismo avança no seu socio-metabolismo destrutivo, cresce a revolta popular ao redor do mundo. Desde a década passada, abriu-se um novo ciclo de lutas em diversos países, motivados, de forma direta ou indireta, pela deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Nas palavras de Antunes (2016), vivemos na *era das rebeliões*. Exemplificam essa situação as revoltas na França (*sans papier* e pelo primeiro emprego), na Grécia (contra os organismos internacionais), em diversos países do Oriente Médio (Primavera Árabe), em Portugal (o movimento dos precários e precárias inflexíveis), nos EUA (*Occupy Wall Street*), na China e Índia (elevação acentuada do número de greves), no Chile (conduzido pela juventude em busca de melhores condições de vida) e no Brasil (as jornadas de junho de 2013). Mais recentemente, adensaram-se as greves gerais em diversos países, como na Argentina (abril de 2016), na Índia (setembro de 2016) e no Brasil (abril de 2017).

O que essa situação revela é que a declaração do fim da ideologia redundou em um monumental engodo e a sua presença é

cada vez mais determinante para a manutenção das atuais relações sociais e de produção.

Essa constatação gera implicações para o campo da militância política, bem como para a academia que se pretenda alinhada às demandas da classe trabalhadora. Nessa direção, concordo com Guareschi, Roso e Amon (2016), que afirmam que, para a Psicologia que pretenda contribuir para a superação do atual estado de coisas, é necessário que o debate acerca da ideologia seja retomado. Por outro lado, identificar que essa discussão é necessária não significa que ela seja fácil. Como a própria história desse conceito demonstra, há limitações epistemológicas e empíricas que precisam ser superadas para que ele se constitua como uma real ferramenta teórica para compreensão e transformação da realidade.

A partir dessas duas problemáticas – de que o conceito de ideologia deve ser discutido pela Psicologia, assim como todos os campos do conhecimento humano e social, mas que carece de maiores precisões –, o objetivo deste texto é precisamente debater um conceito de ideologia que supere dificuldades identificadas anteriormente, refletindo desdobramentos possíveis desse para o campo da Psicologia.

Para tanto, é necessário, primeiramente, discutir como esse conceito vem sendo tratado nessa disciplina.

## PSICOLOGIA E IDEOLOGIA

A Psicologia, como campo científico e de atuação, tem suas origens marcadas por uma cisão que permanece, em alguma medida, até os dias atuais. A partir dos primeiros estudos de Wundt, ela deteve-se nos elementos intrapsíquicos, compreendidos como

fenômenos individuais e isolados. Ao mesmo tempo, também se reconhecia que havia processos ligados à cultura e à sociedade, que demandavam outros métodos e abordagens para serem compreendidos (FARR, 1998).

Ainda que estivessem no início desse campo, a primeira linha ganhou maior destaque em detrimento da segunda. As abordagens individualistas, que focalizam o indivíduo como autoexplicável, isolado da sociedade e da história, foram as que mais se desenvolveram, principalmente em solo estadunidense. Apesar de essa linha da Psicologia ter se hegemonizado, a segunda, que buscava compreender no contexto histórico e social os fenômenos estudados pela Psicologia, mesmo que timidamente, sobreviveu ao longo do tempo (FARR, 1998) e ganhou destaque com novos marcos a partir da década de 1970. Não por acaso, esse foi um período em que diversos processos contestatórios e de luta dos trabalhadores se aprofundavam. Nesse momento, diversas abordagens críticas à Psicologia individualista hegemônica denunciavam a conivência dessa abordagem com a manutenção das relações de exploração, ao mesmo tempo em que apresentavam alternativas teórico-metodológicas e políticas para esse campo. É nesse retorno à compreensão dos sujeitos a partir das relações históricas, sociais e materiais que o conceito de ideologia ganha lugar nesse campo (GUARESCHI; ROSO; AMON, 2016).

Duas tradições podem ser destacadas nessa empreitada. A primeira delas foi a conduzida por Moscovici (1984). Em sua teoria sobre as representações sociais, esse autor procurou combater as explicações unicamente internalistas e individualistas da Psicologia; para tanto, investigou a relação orgânica entre os fenômenos nomeados como psicológicos e o contexto social. Como resultado, ele compreende o papel da criação da realidade

em comum nessa interação entre os indivíduos como determinante para a compreensão dos, agora, fenômenos psicossociais. Nesse ínterim, a comunicação torna-se um elemento decisivo na produção dessa realidade e o seu produto é exatamente a ideologia. A teorização moscoviana abre espaço para articulação com diversos conceitos de ideologia, desde aqueles que a compreendem como um conjunto de ideias, crenças e valores de um grupo ou sociedade (mais próxima ao que defendia Mannheim) ou mesmo como aqueles elementos simbólicos que favorecem a manutenção do poder da classe dominante – em uma interpretação thompsoniana (GUARESCHI; ROSO; AMON, 2016).

A outra tradição é a da Psicologia Social Crítica, que se desenvolveu principalmente nos países latino-americanos nas décadas de 1970 e 1980. Esse movimento pretendia superar a abordagem individualista da Psicologia estadunidense, buscando inspiração, principalmente, nos pressupostos materialistas, históricos e dialéticos. Como consequência, além de instaurar uma nova forma histórica e socialmente contextualizada de compreender o sujeito e a sociedade, destacou o papel político dessa ciência e a necessidade de ela se alinhar às demandas dos movimentos sociais e de trabalhadores (BERNARDES, 2005). Um texto de Lane (1989) exemplifica as considerações dessa linha. A partir do conceito marxista de ideologia, a autora destaca as relações existentes entre ideologia e ações desenvolvidas no plano individual, e como tais práticas podem revelar as contradições dessa mesma ideologia. Outros materiais se inserem nessa tradição, como os de Martin-Baró (1985, 1990) e Montero (1990).

Mais recentemente, Guareschi, Roso e Amon (2016) empreenderam um levantamento que apresentou indícios de como essa temática tem sido tratada pela Psicologia, a partir da

investigação de um dos principais periódicos científicos nacionais da área. A primeira constatação é a baixa frequência de artigos que debatem ideologia – somente 18 artigos publicados desde o começo do século. Ainda mais preocupante é que esses artigos não possuem uma definição precisa do que seja ideologia. Mais um destaque importante para os dados dessa pesquisa é quanto às teorias que baseiam esses trabalhos. Metade dos artigos não faz referência a nenhum grande autor sobre o tema ideologia; a outra parte alinha-se aos escritos de Marx, Althusser, Adorno, Horkheimer, Gramsci, Marcuse, Benjamin, Žižek e Thompson.

Da mesma forma que os estudos e debates acerca de ideologia sofreram uma forte inflexão nas últimas décadas em diversas áreas do conhecimento, isto também ocorreu na Psicologia. Seja pela baixa quantidade de estudos, seja pela dificuldade em se situar em um campo teórico ou mesmo definir o que seria ideologia, a Psicologia também carece de maior elaboração sobre essa questão.

Nessa direção, na próxima seção serão sumarizados alguns aspectos relevantes de uma teorização acerca da ideologia elaborada pelo intelectual húngaro György Lukács. A escolha desse autor não é aleatória. Primeiramente, o seu esforço intelectual foi na direção de rever as raízes ontológicas desse termo, por um lado, resgatando as análises originais marxianas e, por outro, superando as dificuldades epistemológicas e empíricas de diversas outras tradições. Consequentemente, revisitar a sua obra é encontrar crítica às teorias que mais são utilizadas na Psicologia para debater ideologia. Ao mesmo tempo, Lukács confere ao termo não apenas um sentido crítico negativo, mas apresenta como ele também pode ser uma ferramenta para a classe trabalhadora no seu processo de embate com os capitalistas – o que potencializa os debates, no interior da Psicologia, em torno desse conceito,

ampliando a sua aplicação nos embates teórico-políticos travados por esse campo. Adicionalmente, essa teoria, mesmo tendo todas essas potencialidades, não é apropriada significativamente pelo campo da Psicologia, conforme apresentado pela pesquisa citada anteriormente.

## O CONCEITO LUKACSIANO DE IDEOLOGIA

Como antecipado, o esforço empreendido por Lukács foi o de reestabelecer os pilares do que seria ideologia. Ele assume essa tarefa ao constatar as distorções existentes em torno desse fenômeno, especialmente no que se refere ao debate empreendido por Marx.

Os debates acerca desse tema na obra lukacsiana encontram-se em *Para uma ontologia do ser social*, mais especificamente no seu segundo livro (LUKÁCS, 2013). Ideologia comparece como uma das categorias ontológicas do ser social e é impregnada pelo princípio teórico que guia todo esse monumento intelectual. Isso significa que ela se situa na obra como uma das categorias que articula os princípios da origem ontológica do ser social a partir do trabalho – compreendido como o metabolismo entre o ser humano e a natureza –, a autodeterminação desse ser por meio da produção da sua própria vida pelo trabalho, bem como a infinita processualidade histórica que essa condição ontológica impõe ao ser social.

Como consequência, Lukács (2013) desloca o debate sobre ideologia do campo gnosiológico (verdadeiro vs falso) para o ontológico. Até então, o que a maior parte das teorias sobre esse tema havia postulado era que ideologia corresponderia a representações distorcidas da realidade, ou sinônimo de falsa consciência, que

possuíam, como efeito na sociedade, a manutenção do *status quo*. Contudo, o critério de verdadeiro-falso não garante que determinada ideia possa influir sobre as relações estabelecidas em uma sociedade ou grupo. Isso é, pouco importa para a dinâmica social se uma crença é correta ou errada, se representa de forma precisa ou distorcida a realidade: tanto ideias verdadeiras desempenham seu lugar na manutenção das atuais relações sociais, como ideias falsas podem nunca alcançar esse estatuto. Da mesma forma, a simples revelação de que uma determina representação da realidade é incorreta não garante que determinada ideologia perca força socialmente.

Portanto, para compreender o que é realmente ideologia, é necessário deslocar o debate da correção das ideias, e das consciências por ela geradas, para a *função social* que esses elementos exercem. Nessa direção, para Lukács (2013, p. 467), as ideias ou pontos de vistas: “[...] podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos”. A partir dessa passagem, estão postos os principais elementos que caracterizam a teorização lukacsiana acerca do tema da ideologia, quais sejam: a) as ideias não nascem como ideologia, se convertem; b) uma ideia apenas se converte em ideologia de acordo com a função social que exerce frente a um determinado conflito social; e c) a ideologia precisa persuadir as práxis dos sujeitos em um dado momento histórico. Analisemos cada um deles na sequência.

## A CONVERSÃO DA IDEIA EM IDEOLOGIA

Um ponto de partida importante nessa caracterização é de que nada é, de partida, ideologia; nenhuma crença religiosa, reflexão filosófica, consideração científica, discurso político ou ideias que circulam no dia a dia das pessoas o são. Elas se *convertem* em ideologia. Isso ocorre, como já dito, pelo caráter ideológico de uma ideia ser conferido a partir da função social que ela desempenha e não pelo teor do seu conteúdo (verdadeiro ou falso). E, portanto, se esses elementos circunscritos à superestrutura desempenharão verdadeiramente essa função, quem irá determinar é o aqui e agora de cada momento da totalidade social e dos conflitos sociais que a permeiam.

Para fundamentar essa sua conclusão, Lukács recorre a dois exemplos históricos. O primeiro deles é o papel que os tratados de Galileu Galilei cumpriram em seu contexto. Em um primeiro instante, os trabalhos do cientista italiano produziram informações e reflexões sobre a dinâmica própria da natureza (por exemplo, acerca do movimento dos astros e o conceito de inércia). A rigor, essas conclusões representavam, na medida do possível, a realidade da forma como ela é. Contudo, esses mesmos conhecimentos foram apropriados pelos movimentos políticos de sua época e serviram de base para os embates que resultaram no sepultamento do Antigo Regime. Isso ocorreu por esses achados científicos servirem de arma na mão da oposição ao *status quo* para poder contrapor os dogmas religiosos que sustentavam as relações sociais da época.

Um segundo exemplo é a força das crenças religiosas em determinadas épocas. Nessa direção, na sua tese doutoral, Marx (1971) já atentava para esse fato. Mesmo que tais crenças fossem em seres irreais, elas organizavam a vida de uma sociedade, desde

os seus costumes mais corriqueiros até a realização de guerras sangrentas. Ou como se questiona o próprio Marx (1971, p. 90): “Não reinou o antigo Moloch? O Apólo Délfico não era uma potência concreta na vida dos gregos?”<sup>2</sup>.

Em ambos os casos, o que se percebe é que, primeiramente, os dois elementos superestruturais (em um, o conhecimento científico; em outro, a crença religiosa) cumprem a sua função social como ideologias, independentemente da sua correção em representar a realidade. Em segundo, os dois se convertem em ideologias a partir do lugar que ocupam nas sociedades em cada época (em uma, para depor uma estrutura de poder e sociedade específica; em outra, para reproduzir as relações sociais nela existentes).

Como já foi possível entrever neste tópico, a função social exercida por uma ideia é fundamental para a determinação do seu caráter ideológico. Essa função relaciona-se diretamente com os conflitos sociais existentes em um determinado período histórico, elemento que analisaremos na sequência.

## O CONFLITO SOCIAL NA DETERMINAÇÃO DA IDEOLOGIA

Se o tratamento da ideologia dado por Lukács a coloca na dimensão ontológica, é importante determinar a sua origem como categoria do ser social. Como já afirmado no tópico anterior, ela constitui-se no resultado da conversão de uma ideia em algo que possui uma determinada função social. Nessa direção, ideologia é uma categoria que surge como desdobramento de um conflito social. Isto é, sua função social está ligada organicamente a determinado estado de embate entre forças em uma sociedade.

• • • • •

2 Tradução livre para: “¿No ha reinado el antiguo Moloch? ¿El Apolo delfico no era una potencia concreta en la vida de los griegos?”.

De maneira geral, os conflitos sociais emergem como diferenciações específicas das condições materiais de grupos (eventualmente, classes) que coexistem em um mesmo contexto. Uma sociedade com um nível de complexificação maior reúne grupos que, progressivamente, vão diferenciando as suas demandas e necessidades – nas palavras de Lukács (2013), seus *interesses*. Isto é, ainda que se relacionem entre si, esses grupos (e seus membros) demandam acesso a elementos distintos que tal sociedade possui. Até então, essas diferenças de interesses não levam necessariamente a um conflito, que apenas se instala na situação em que esses são vitais à existência de um grupo, e o seu atendimento redunda na negação da demanda de um outro grupo. Essa é uma situação de disputa em que apenas um dos lados acessa determinado elemento que existe naquela sociedade, sendo esse acesso uma necessidade vital para ambos. Nessa direção, os interesses em jogo são inconciliáveis, pois o atendimento de um significa a negação do outro.

Como se pode constatar, essa relação é necessariamente socioeconômica, pois os elementos aos quais os grupos/classes em disputa desejam acessar são decisivos para a sua existência. Porém, o desdobramento desse conflito ocorre em dois palcos distintos, haja vista o nível de complexidade das relações sociais alcançadas nas sociedades que comportam esses conflitos. Um deles é o próprio campo material, ou seja, os confrontos físicos, a coerção e uma infinidade de estratégias de confronto que se valem da violência direta e concreta. O segundo é a dimensão do convencimento, cooptação e geração de um consenso que favoreça um dos dois lados. Não obstante, ambas as dimensões da disputa estão interligadas e a própria correlação das forças e as condições das relações sociais no momento do conflito determinarão a preponderância de uma ou de outra forma.

A ideologia, como categoria do ser social, encontra vaga no seu desenvolvimento precisamente nessa segunda frente de enfrentamento dos conflitos sociais: no processo de criação de uma determinada consciência sobre o embate vivenciado. Essa é uma conclusão que outras teorias sobre ideologia também já indicaram: ela como produtora de condições subjetivas para a manutenção das relações de dominação em uma determinada sociedade. Porém, no debate lukacsiano essa é apenas uma forma de a ideologia se manifestar. Mesmo que seja aquela que possua maior propagação e estrutura material para se fazer audível pelo conjunto de uma determinada sociedade, a ideologia não é algo exclusivo das classes dominantes. Como em um conflito social está em jogo o embate de interesses de cada grupo, ao menos na dimensão ontológica, há condições para a existência de ideologias correspondentes às demandas de cada grupo, servindo como arma também nessa disputa.

O que foi exposto até o momento tem dois desdobramentos importantes. O primeiro é que a teoria lukacsiana, ao analisar como a categoria ontológica da ideologia se manifesta em cada momento histórico, considera a sua pluralidade, haja vista que a quantidade de ideologias existentes é condicionada pela diversidade dos conflitos em um momento particular, bem como pelo número de grupos e classes participando desse conflito social. É verdade que a classe dominante, por deter porções consideráveis da riqueza socialmente produzida, possui maiores meios de propagação e sedimentação de ideologias que respondam aos seus interesses – “(...) a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifo do autor). Todavia, isso não elimina a existência ou possibilidade de elaboração de ideologias próprias das classes subjugadas, sendo um elemento decisivo no processo de disputas

políticas em momentos históricos particulares – “existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária” (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

O segundo é que, como categoria ontológica, a ideologia não é uma questão exclusiva do capitalismo, estando presente em toda sociedade humana que alcançou determinado nível de complexificação e comportou a existência de demandas e interesses distintos. Se, por um lado, a ideologia é identificável em praticamente todas as sociedades humanas, por elas comportarem em algum grau conflitos sociais, por outro, é verdade que na sociedade capitalista essa categoria encontra-se em níveis elevados de desenvolvimento, proporcionalmente à intensidade dos conflitos sociais nela existentes.

Assim, seguindo a trilha marxiana, ainda que haja diversas classes no corpo da sociedade capitalista (MARX, 2015), a sua organização está condicionada radicalmente à existência de duas em específico: os burgueses e os trabalhadores (MARX; ENGELS, 2015). É certo que a produção material da vida humana na égide desse modo de produção pressupõe o encontro entre ambos; porém, essa interação é contraditória em si, dado os interesses de cada classe. A primeira – burguesia – demanda a eterna reprodução do capital. No esquema clássico de produção capitalista, essa reprodução ocorre apenas quando da aplicação desse capital em um processo produtivo, no qual há transformação de matéria-prima em mercadoria, ou de uma mercadoria em outra valorizada. Esse processo pressupõe tanto o uso de maquinário e tecnologia, como, essencialmente, a aplicação de força de trabalho. É sobre o último que recai, de maneira decisiva, o papel de promover a reprodução desse capital: o tempo de trabalho de cada trabalhador

é contratado por uma quantia de dinheiro fixa (salário), sendo que ele tem capacidades infinitas de transformar as matérias-primas em mercadorias. Portanto, é pela diferença entre o valor pago e o produzido pelo trabalhador que o burguês consegue extrair um valor a mais – o mais-valor – que resultará na reprodução do capital aplicado no processo produtivo<sup>3</sup> (MARX, 2013).

Com isso, fica evidente que os trabalhadores – e, de forma mais específica, a sua exploração no processo produtivo – são decisivos para o atendimento dos interesses da burguesia, haja vista que são fundamentais no processo de reprodução do capital<sup>4</sup>.

Esse interesse da burguesia é distinto, ou melhor, oposto ao da classe trabalhadora. Em *A Miséria da Filosofia*, Marx (2007) analisa o processo de construção desse interesse a partir do surgimento da grande indústria. Assim, em um primeiro momento, massas de homens e mulheres desconhecidos entre si são aglutinados em um mesmo espaço. Dada a diversidade de origem dessas pessoas, seus interesses de partida são variados. Contudo, por estarem submetidos à forma de trabalho capitalista da grande indústria, emerge uma primeira necessidade comum a todos: a de manutenção (ou melhoria) de seus salários. Essa é uma demanda concreta, haja vista que nas relações sociais e de

• • • • • • •

3 Essa lógica básica ainda é aplicável ao capitalismo tardio. Contudo, há um papel cada vez mais intenso do capital financeiro na determinação desse processo produtivo. Não me deterei nessa complexificação da reprodução do capital, mas em obras como a de Foster e Magdoff (2009) é possível uma explicação detida sobre o assunto.

4 Pelo mesmo processo de complexificação apontado na nota anterior, é possível que, em determinados momentos históricos, grupos que componham a classe burguesa apresentem aparentemente interesses diferentes – como o capital produtivo entrar em embate com o capital especulativo, por retirar investimentos do primeiro em favor do segundo. Contudo, isso não elimina o interesse radical de fundo dessa classe, qual seja, garantir a reprodução do capital.

produção capitalistas o trabalhador necessita vender a sua força de trabalho para poder ter acesso aos bens produzidos socialmente, sendo o dinheiro (na forma de salário) o seu mediador.

Esse interesse primeiro, imediatamente, colide com os interesses burgueses. Para estes, quanto menor o salário, maior a extração de mais-valor e, portanto, maior a reprodução do capital. Consequentemente, esse primeiro interesse elaborado pelos trabalhadores já instala um conflito social com a burguesia, pois, de um lado a classe trabalhadora demanda melhores salários e, de outro, a burguesia pressiona pela sua redução. Essa situação leva a elaboração dos interesses dos trabalhadores para um novo patamar: a partir dele se revela aos trabalhadores e às trabalhadoras o interesse não apenas de manter os seus salários, mas de construir organizações que os defendam, associações capazes de enfrentar os ataques da burguesia contra a sua condição de vida (MARX, 2007). A conversão desse interesse fica evidente quando os trabalhadores, em diversos momentos históricos, passaram a abrir mão de parte de seus salários para apoiar os movimentos que representam seus interesses.

Por sua vez, o desdobramento desse próprio embate leva à radicalização dos interesses em jogo. A disputa por melhores condições de vida materializadas na luta por salários dignos revela os limites das próprias relações produtivas do capitalismo. Nessa direção, em última análise, o interesse da classe trabalhadora se traduz na superação dessas relações de exploração e, portanto, na construção de uma nova sociedade capaz de eliminar tais desigualdades (LUKÁCS, 2013).

Retomando o que fora discutido no tópico anterior, essa ideologia, que se liga radicalmente a um determinado conflito social, tem por função orientar os sujeitos, na sua práxis, em que

atuar frente a tal disputa. Isso serve tanto para os sujeitos que compõem a classe que fomenta tal ideologia, como para a classe concorrente que, em alguns casos, precisa ser cooptada para o atendimento das necessidades da classe oposta. Essa consideração tem uma implicação importante para o conceito de ideologia: ele precisa alcançar os homens e mulheres na sua *práxis* cotidiana.

## A IDEOLOGIA NA DETERMINAÇÃO DA PRÁXIS

Para a ideologia alcançar um estatuto de *força social* (SILVA, 2012) é fundamental que ela consiga determinar o modo como os diversos indivíduos agem diante de um determinado conflito social.

Uma primeira consideração importante sobre essa constatação é que apenas uma análise ontológica consegue fornecer uma explicação correta dessa condicionalidade de ideologia. Assim, a ideologia é uma categoria do ser social que se desenvolve a partir da atividade que funda tal ser, qual seja, o trabalho. Na atividade laboral, o ser humano precisa metabolizar a natureza ao seu redor, a fim de atender à determinada necessidade. Esse metabolismo é mediado pelo uso de ferramentas e, antes, passa por uma prévia-ideação fundamental. O ser humano precisa, antes de atuar sobre a natureza, apreender as suas determinações, as características do objeto a ser transformado, as ferramentas a serem utilizadas e, acima de tudo, qual a orientação da sua ação. Nesse processo, emerge o papel da consciência na determinação dessa ação.

Essa consciência é o “órgão” responsável por essa etapa decisiva do trabalho que é o planejamento da ação, ou seja, de elaboração de colocar uma finalidade nos objetos da natureza coerente com as necessidades humanas – em termos lukacsianos, responsável por elaborar o *pôr teleológico primário*.

O próprio desdobramento do ser social e do trabalho por ele realizado requereu uma segunda forma de colocar finalidade aos objetos da natureza. Em si, o trabalho é uma ação coletiva, que demanda a participação de determinados sujeitos, haja vista a fragilidade humana diante da força da natureza. Contudo, a reunião de vários indivíduos em torno de uma mesma ação não é algo natural ou automático e demanda o esforço de alguns em garantir essa coesão. Em outros termos, é necessário que um sujeito atue sobre a consciência de outro sujeito para que a sua ação sobre o mundo siga uma determinada finalidade, que esse segundo sujeito atue pondo finalidade na natureza (*pôr teleológico primário*) de acordo com as necessidades do primeiro sujeito. Portanto, no interior do próprio trabalho, a “protoforma da práxis humana” (LUKÁCS, 2013), surge a necessidade de uma ação que não se orienta imediatamente em direção à natureza, mas, sim, em direção aos homens e mulheres que atuam sobre ela. Esse seria um *pôr teleológico de segunda ordem*, que objetiva, por meio da alteração da consciência dos outros sujeitos, atuar sobre a natureza. A essa segunda forma de ação humana, Lukács nomeia de práxis social, que se torna proporcionalmente mais diversificada e complexa, conforme o desenvolvimento das relações sociais nas sociedades humanas.

Nesses termos, a ideologia configura-se como uma práxis social, uma vez que tem por objetivo atuar sobre os homens e mulheres – mais especificamente, sobre suas consciências – na forma como agem frente a determinado conflito social. Para ser uma determinação da práxis desses sujeitos, a ideologia precisa alcançá-los em sua esfera mais íntima. Para tanto, ela se faz presente em suas vidas cotidianas, palco no qual, de forma imediata e concreta, vivem os sujeitos em suas particularidades. Isso não significa que ideologia seja um fenômeno puramente psicológico

ou individual, mas que precisa permear essas dimensões do ser social para que ligue as ações individuais a um conflito social mais amplo, que, muitas vezes, é irreconhecível apenas na esfera imediata e concreta do cotidiano.

Nessa dimensão, a ideologia não necessariamente se apresenta como um todo coerente e explicitamente ligada a um ou outro lado do conflito social. Ela chega ao cotidiano respondendo a critérios práticos do dia a dia dos sujeitos envolvidos. Como apresentado por Mészáros (2008), o poder de impregnação de uma ideologia na dimensão cotidiana é condicionado pela sua capacidade de oferecer respostas práticas aos problemas que tais sujeitos vivenciam particularmente. Não é demais alertar que questões que aparecem no dia a dia (por exemplo, falta de emprego, pobreza na qual se encontra, falta de moradia, etc.) são, via de regra, desdobramentos dos conflitos sociais mais amplos aos quais as ideologias respondem.

Se, no cotidiano, a ideologia ganha conteúdo ao responder a esses problemas, a sua forma é garantida por meio da linguagem. Ou seja, para efetivamente chegar até os indivíduos, as ideias com função ideológica precisam ser realizadas na linguagem para circularem socialmente e, assim, alcançarem esses sujeitos. Isso ocorre exatamente por a linguagem ser uma construção do ser social que cumpre a dupla função (que são condicionadas uma a outra) de tanto atuar no âmbito da prévia ideação da ação, ao permitir a abstração da realidade na consciência; como de permitir a comunicação entre os sujeitos, isto é, de que sejam transmitidas ideias de um sujeito para outro, garantindo a estrutura material para a realização do *pôr teleológico de segunda ordem*.

É importante ressaltar, ainda, que a ideologia, por se comportar como um *pôr teleológico de segunda ordem*, sofre dos

mesmos limites que qualquer práxis social. Enquanto no trabalho o objetivo-alvo da ação é potencialmente previsível, dado que está sob as leis físico-químicas e biológicas relativamente fixas, a práxis social atua sobre um objetivo dinâmico por essência, qual seja, a consciência humana. Portanto, o seu grau de previsibilidade e de efetividade em sua tarefa é sempre incerto, pois a consciência que sofre a ação de determinação alheia é consciente de si própria. Consequentemente, para a ideologia, nunca se trata de uma determinação completa e total das práxis humanas, é sempre uma tentativa atravessada, por um lado, pela pluralidade do cotidiano que habita e, por outro, pela própria incerteza da determinação da consciência humana, dada a sua dinamicidade. Isso abre espaço para que o embate operado na dimensão ideológica nunca seja definitivamente conquistado, havendo, potencialmente, abertura para novas disputas.

## **IMPLICAÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA LUKACSIANA PARA A PSICOLOGIA**

Tendo em vista a breve caracterização acerca do debate marxista em torno da questão da ideologia promovido por Lukács, é possível pensar alguns desdobramentos importantes para a Psicologia. Aqui destacarei dois em especial.

O primeiro deles é que, a partir desse conceito, abrem-se novas possibilidades de análise nessa disciplina. O conceito de ideologia trabalhado por Lukács tem a capacidade de, por um lado, articulá-lo como uma categoria ontológica, que surge como um desdobramento das próprias legalidades do ser social e está presente em diversos dos seus momentos de complexificação ao longo da história. Contudo, o debate ontológico empreendido nessa tradição

lança-o para compreensão das realidades concretas, afastando-se de um idealismo abstrato ao qual algumas outras tendências se vinculam. Assim, é pensada a materialização da ideologia, como categoria ontológica, em seu aspecto social, histórico e particular em cada sociedade. Até esse ponto, outras teorias também avançaram. Porém, as reflexões lukacsianas também abrigam a necessidade de se pensar a ideologia não apenas como uma categoria sociológica e filosófica abstrata, mas que impregna e se articula na vida cotidiana dos sujeitos desses contextos histórico-sociais. Nessa direção, é uma categoria importante por articular de maneira dialética a relação entre os indivíduos concretos e a totalidade histórico-social e, mais ainda, os aspectos ontológicos do ser social que comporta ambas dimensões. Assim, do ponto de vista da compreensão da realidade, o debate acerca da ideologia em Lukács possui espaço para a articulação das múltiplas dimensões desse ser social.

Retornando essa constatação para a Psicologia, é possível que se abram novos horizontes nas análises realizadas com categorias importantes desse campo. Um exemplo disso é o modo como se lida com as discussões sobre sentido e significado, mais especificamente, quanto à aplicação desses conceitos no âmbito do trabalho. Tradicionalmente, há uma tendência à realização de estudos de caráter mais descritivo sobre essa temática ou que se atêm apenas ao âmbito psicológico (BENDASSOLLI et al., 2015). Contudo, a exemplo do estudo conduzido por Coelho-Lima (2016), a articulação dessa temática com a categoria ideologia mostra a relevância de agregar novos aspectos a esse debate, até mesmo aprofundando as investigações acerca das raízes das significações que são levantadas nos estudos empíricos, revelando os rastros da ideologia presente nessa esfera.

Uma segunda implicação a ser ressaltada refere-se ao projeto ético-político dessa profissão. Essa é uma discussão que, em outros formatos, tem sido feita desde a década de 1970 no Brasil e se dedica a problematizar qual o lugar que a Psicologia tem ocupado nas atuais relações sociais (BASTOS, 2009). Essas discussões parte da constatação de que, historicamente, esse campo tem atentado para as demandas de um grupo (mais precisamente, uma classe específica), qual seja, as elites ou a burguesia. Nesse sentido, seja de forma direta, seja indireta, a Psicologia vem colaborando para a manutenção do atual estado das relações sociais. A partir do período indicado, os debates em torno dessa questão têm se intensificado, apontando a necessidade de a Psicologia, em seu aspecto científico e profissional, orientar seus esforços em outra direção, qual seja, a da produção de uma sociedade justa e igualitária. Mais recentemente, esse debate tem sido atualizado, seguindo tendência de outros campos, como o Serviço Social (NETTO, 2009), na direção de se produzir um projeto profissional e científico que efetivamente atenda à demanda dos explorados e oprimidos na atual sociedade (YAMAMOTO, 2012).

Seguindo essa discussão, o conceito de ideologia apresentado tem um campo fértil de desenvolvimento. Isso, principalmente, por ele comportar a compreensão da ideologia não apenas como uma falsa consciência da realidade, mas por apresentá-la como uma ferramenta na luta de classes que está disponível tanto para a classe dominante como para a classe explorada. Assim, assumir um projeto ético-político na Psicologia alinhada com as demandas da classe trabalhadora, necessariamente, atravessaria o imperativo das psicólogas e psicólogos colaborarem para a elaboração e o fortalecimento de uma ideologia própria das trabalhadoras e dos trabalhadores, classe à qual esses mesmos profissionais pertencem. Por seu turno, a construção dessa ideologia passaria

pela elaboração de um projeto societário que não comporte mais relações de exploração de um ser humano pelo outro, ao mesmo tempo que inclua a diversidade inerente a esse ser.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2010. Publicado originalmente em 1971.
- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: La Decouverte, 2005. Publicado originalmente em 1965.
- ANTUNES, R. A era das rebeliões e os desafios do marxismo. In: OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L.; COSTA, A. L. F.; AMORIM, K.; COELHO-LIMA, F. (Orgs.). *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p. 201-221.
- ARON, R. *The opium of the intellectuals: the end of the ideological age?* New York: The Norton Library, 1957.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006. Publicado originalmente em 1929.
- BASTOS, A. V. B. O mundo das organizações e do trabalho: o que significa compromisso social para a Psicologia? In: SOUZA, M. R.; LEMOS, F. C. S. (Orgs.). *Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade*. São Paulo: ESCUTA, 2009, p. 9-42.
- BELL, D. *The end of ideology*. New York: Free Press, 1960. v. 3.
- BENDASSOLLI, P. F.; COELHO-LIMA, F.; PINHEIRO, R. A.; GE, P. C. S. The Brazilian scientific production on sense and meaning of work: reviewing terminological use and current thematic classifications. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 33, p. 203-221, ago. 2015.

- BERNARDES, J. S. História. In: JACQUES, M. G. C. et al. (Orgs.). *Psicologia social contemporânea*: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 19-35.
- COELHO-LIMA, F. *Ideologia e significado do trabalho*: o caso dos trabalhadores por conta própria. 2016. 365 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- EAGLETON, T. *Ideologia*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FARR, R. M. *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. *The great financial crisis*: Causes and consequences. New York: Monthly Review, 2009.
- GUARESCHI, P. A.; ROSO, A.; AMON, D. A atualidade das teorias críticas e a revitalização da categoria analítica “ideologia” na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 552-561, dez. 2016.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999-2002. Escrito entre 1926 e 1937.
- HAMILTON, M. B. The elements of the concept of ideology. *Political Studies*, v. 35, n. 1, p. 18-38, mar. 1987.
- HARVEY, D. *O enigma do capital*: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.
- LANE, S. T. M. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. T. M. ; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social*: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 40-47.

LARRAÍN, J. *Concepto de ideología: El marxismo posterior a Marx – Gramsci y Althusser*. Santiago: LOM, 2008. v. 2.

LARRAÍN, J. *Concepto de ideología: Marx*. Santiago: LOM, 2007. v. 1.

LENIN, V. I. The ideological struggle in the working-class movement. In: LENIN, V. I. *Lenin Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1972, p. 277-280. v. 20. Publicado originalmente em 1914.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013. V. 2. Escrito originalmente em 1968.

MANNHEIM, K. *Ideología e utopía: introducción a la sociología del conocimiento*. Rio de Janeiro: Globo, 1956.

MARTÍN-BARÓ, I. *Accion e ideología: Psicología social desde Centroamérica*. El Salvador: UCA, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Boletín de la AVEPSO*, Caracas, v. 8, n. 3, 3-9, dez. 1985.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007. Publicado originalmente em 1847.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Publicado originalmente em 1859.

MARX, K. *Diferencia de la filosofía de la naturaleza en Democrito y en Epicuro*. Madrid: Ayuso, 1971. Publicado originalmente em 1841.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015. Publicado originalmente em 1852.

## Ideologia em Lukács

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: o processo de produção do capital. Publicado originalmente em 1867.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007. Publicado originalmente em 1845-1846.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2015. Publicado originalmente em 1848.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZARÓS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MONTERO, M. Ideology and psychosocial research in Third World contexts. *Journal of Social Issues*, Washington, v. 46, n. 3, p. 43-55, out. 1990.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Orgs.). *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University, 1984, p. 3-69.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 141-160.

PLEKHANOV, G. V. *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. Publicado originalmente em 1908.

SILVA, N. R. M. *Decifra-me enquanto te devoro: um estudo da ideologia como força social*. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

YAMAMOTO, O. H. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 6-17, 2012.

ZÍZÉK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



## CAPÍTULO 8

### COMPREENSÃO DO INDIVÍDUO NO PROCESSO EDUCATIVO:

**contribuição da Psicologia  
Histórico-Cultural**

**Marilda Gonçalves Dias  
Facci**

Nestas duas primeiras décadas do XXI, temos vivenciado uma série de problemas decorrentes das contradições postas pelo sistema capitalista. Por um lado, temos o avanço tecnológico que, desde o século XX, tem provocado transformações profundas nas forças produtivas, possibilitando a liberação do homem do trabalho mecânico e repetitivo, permitindo um aumento da produtividade, da expectativa de vida, da longevidade; por outro, temos crianças e adultos morrendo de fome, fugindo das guerras que ocorrem em alguns países, sem pátria, engrossando o rol de desempregados da atualidade. Vivemos a exclusão de um número crescente de pessoas não só da sociedade como da escola.

Cada vez mais nos sentimos incapazes de acompanhar as contradições presentes na sociedade. Já no final do século passado, Saviani (1996, p. 170) anuncia:

[...] a crise do processo de modernização, vale dizer, crise da sociedade capitalista que, tendo realizado suas possibilidades, se estendeu por todo o globo atingindo também seus limites e deparando-se com

contradições a ela inerentes, as quais tendem a se agravar, prenunciando o seu colapso.

Continuamente, é jogada sobre os nossos ombros a “culpa” por não estarmos “integrados”, “adaptados” a esse novo cenário de globalização. Professores e alunos, nesse contexto, também acabam sendo responsabilizados pelo caos em que se encontra a educação. Crianças e jovens não conseguem se apropriar da leitura, escrita e de noções básicas de matemática; professores adoecem na atividade profissional e a defesa da socialização do conhecimento, no cumprimento da função social da escola, é abalada a todo instante. Considerando esses aspectos, nos interrogamos: como podemos compreender o indivíduo no momento atual da sociedade capitalista?

Gentili (2001) enfatiza que as políticas neoliberais incrementaram e incrementam a desigualdade social, racial e sexual, reproduzindo os privilégios da minoria que tem o poder econômico e político. Elas “[...] agravam o individualismo e a competição selvagem, quebrando os laços de solidariedade coletiva e intensificam o processo antidemocrático de seleção natural onde os melhores triunfam e os mais frágeis perdem” (GENTILI, 2001, p. 2). O homem contemporâneo é guiado pelo individualismo competitivo, pelo sentimento de que pode guiar o rumo da sua história, princípio bem coerente com os preceitos neoliberais. As condições históricas, o sistema econômico e político no qual está inserido, as relações globais desenvolvidas nesse mundo parecem ficar à mercê do esquecimento. Não há como negar que, no mundo no qual vivemos, tudo, absolutamente tudo, incluindo os direitos à educação e ao próprio processo de humanização, no sentido de acesso aos bens culturais historicamente produzidos, está entregue ao espírito mercantilista do capital. Tal contexto

forja o sujeito que está na escola para ensinar e o sujeito que está na escola para aprender.

Compreender esses personagens da instituição escolar, que vivem o enfrentamento diário para transmitir e se apropriar dos conhecimentos científicos, motivou a elaboração deste capítulo. Nosso objetivo é discorrer sobre a compreensão dos indivíduos, no âmbito da Educação, fundamentados na Psicologia Histórico-Cultural.

Em um primeiro momento, trataremos da formação humana; em seguida, falaremos do indivíduo no processo educativo; na sequência, enfatizaremos a importância dos conhecimentos produzidos pela Psicologia no âmbito educacional para a compreensão dos indivíduos e, finalmente, defenderemos a formação da individualidade para-si como proposta de uma educação comprometida com o desenvolvimento máximo das potencialidades humanas.

## A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

No texto *O significado histórico da crise da Psicologia*, Vigotski (1996) esclarece, seguindo a premissa de Karl Marx, que devemos estudar o que há de mais desenvolvido para compreender o menos desenvolvido, afirmando que a *anatomia do homem é uma chave para entender a anatomia do macaco*. O que seria o mais desenvolvido? Seriam, para ele, as relações sociais presentes no capitalismo, são elas que vão explicar a forma como os indivíduos se desenvolvem, por entender o autor que “[...] cada pessoa é em maior ou menor grau o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais” (VIGOTSKI, 1996, p. 368).

Destarte, é possível compreender que o ser humano, no processo de metabolismo com a natureza, transforma e é transformado por sua ação. No decorrer da história da espécie humana, os homens foram criando ferramentas e instrumentos para controlar não só a natureza como o seu comportamento.

Vigotski (1996) alerta que, por volta de 1920-1930, havia um grande embate entre uma Psicologia de cunho idealista e outra materialista, e propunha a superação de ambas, criando uma Psicologia Geral – aquela com base marxista e que é guiada pela dialética, povoada de avanços e retrocessos que conduziriam a uma nova compreensão do indivíduo.

Quando aborda a mediação instrumental na formação das funções psicológicas superiores, Vigotski (1996) traz à tona a necessidade de superar a máxima da relação estímulo-resposta, evidenciando que todo comportamento humano é mediado por instrumentos – que transformam a realidade externa – e por signos – que transformam a realidade interna dos indivíduos. Assim, quanto mais a humanidade produz artefatos, ferramentas, quanto mais o processo de industrialização, por exemplo, avança, mais condições são postas para tornar mais complexos esses mediadores que o homem utiliza para se humanizar.

O ser humano, para Marx, segundo entendimento de György Márkus (2015), é caracterizado por três traços: *trabalho, sociabilidade e consciência*, que estão condicionados a fatores históricos. Assim, em um primeiro momento, discorreremos sobre a história para enfatizar seu papel fundamental na definição dos referidos traços.

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a historicidade seria o veio principal para a compreensão do homem. Historicidade aqui compreendida não como cronologia, mas a

forma como os homens foram se organizando para transformar a realidade por meio do trabalho. Nessa atividade vital, os homens foram produzindo formas de contato e de ação com a natureza, foram se apropriando dos conhecimentos existentes e produzindo novas objetivações.

No decorrer da história, as várias ciências foram explicando o homem por meio das condições histórico-sociais engendradas pelos próprios homens. Vigotski (1996, p. 219), após uma análise profunda e sistemática sobre tais condições conclui o seguinte:

[...] a regularidade na mudança e no desenvolvimento das ideias, o aparecimento e a morte dos conceitos, inclusive a mudança de categorizações, etc., tudo isso pode ser explicado cientificamente se relacionarmos a ciência em questão: 1) com o substrato sociocultural da época; 2) com as leis e condições gerais do conhecimento científico; 3) com as exigências objetivas que a natureza dos fenômenos objetos de estudo coloca para o conhecimento científico no estágio atual da investigação.

Vigotski (1996) interpreta a história atrelada à atividade produtiva. Ao comparar os homens primitivos com os homens que vivenciam um processo mais amplo de elaboração dos meios de produção, ele vai mostrando como as necessidades postas pela natureza foram provocando modificações tanto no aspecto biológico como na forma de relação entre os homens. Ele aplicou em sua análise um dos princípios estabelecidos por Marx e Engels (1996, p. 56): “[...] as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias”. Desta forma, as situações postas pela realidade criaram no homem necessidades que o levaram a estabelecer novos conhecimentos.

Engels (1986) analisa que cada progresso atingido pelo homem, como, por exemplo, ficar ereto e liberar o uso das mãos, fez com que desenvolvesse habilidades cada vez mais complexas. Na transformação da natureza, nas relações de trabalho, os homens tiveram que se organizar, criaram a linguagem, contribuindo para maior avanço no seu desenvolvimento e nas atividades realizadas para suprir as necessidades e ampliar os laços societários. Engels (1986, p. 19) comprehende que “o trabalho criou o próprio homem”.

Márkus (2015, p. 26) corrobora essa ideia ao afirmar que o trabalho “[...] é a atividade especificamente humana da vida”. O trabalho é o primeiro traço que caracteriza o ser humano, que guarda o conceito de historicidade em todas as suas fases de desenvolvimento. Ele vai se alterando na relação que os homens estabelecem para suprir suas necessidades e permite a cada membro da espécie reproduzir-se como tal. Para suprir suas necessidades, os homens foram criando ferramentas que possibilitavam ampliar a capacidade de intervenção na realidade.

A criação e utilização dos instrumentos transformaram a superação da vida dirigida somente pelo aspecto biológico, o domínio sobre a natureza e o domínio sobre si mesmo. Márkus (1974) afirma que o trabalho possibilitou ao homem, ao mesmo tempo, um maior controle sobre a natureza, assim como sobre as suas capacidades. Nesse sentido, assim teoriza Leontiev (1978, p. 269) acerca desse processo:

A apropriação dos instrumentos implica, portanto, uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação de faculdades motoras superiores. A aquisição de instrumentos consiste, portanto, para o homem, em se apropriar das operações motoras que nele estão incorporadas. É ao mesmo

tempo um processo de formação ativa de aptidões novas, de funções superiores, “psicomotoras”, que “hominizam” a sua esfera motriz.

As funções psicológicas superiores, tais como a memória lógica, a abstração, a criatividade e a atenção concentrada, entre outras funções, segundo Vygotski (1995), são desenvolvidas na coletividade, na interação com outros homens, e são funções sempre mediadas. Elas exigem voluntariedade, não acontecem naturalmente. Esses recursos mediadores, utilizados em determinadas situações com a exigência da tomada de consciência, em um processo posterior são internalizados e se tornam automatizados.

O homem é um ser social, ele necessita de outros homens para se humanizar. Esse segundo traço – *a sociabilidade* – caracteriza-o como homem.

Isso significa, por um lado, que o indivíduo não pode se tornar um ser verdadeiramente humano e não pode viver uma vida humana, a menos que ele mantenha contato e estabeleça relações com outros homens. [...] Por outro lado, o indivíduo é um ser humano somente através do, e devido ao, fato de que ele se apropria, incorpora em sua vida e atividade (em maior ou menor extensão) habilidades, carências, formas de comportamento, ideias, etc. que foram criadas e objetivadas por outros indivíduos de gerações anteriores ou contemporâneos a ele. (MÁRKUS, 2015, p. 51-52).

Vygotski (1996) destaca que, no decorrer do processo histórico, os homens criaram e criam recursos mediadores que vão transformando a capacidade de ação e compreensão da realidade.

O autor orienta que devemos buscar na história dos homens a compreensão do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Depois, pela ontogênese, é possível observarmos como o recém-nascido vai deixando de ser guiado pelos instintos, pelos aspectos biológicos, e passa a ser guiado pelas apropriações que vai fazendo de uma realidade condicionada pela história. Na relação com aqueles que vivem ao seu redor, que cuidam dele, o bebê, pelo processo de mediação, vai se apropriando da cultura e se tornando humanizado. Nessa linha de raciocínio, Leontiev (1978) assevera que é o processo educativo que possibilita ao homem se apropriar daquilo que a humanidade produziu, conduzindo-o à genericidade, ou seja, à identidade com o gênero humano. Nesse sentido, estamos entendendo que o gênero humano “[...] expressa o resultado da história social humana, da história da atividade objetivante dos seres humanos; a formação do indivíduo é a formação do homem singular como um ser genérico, um ser pertencente ao gênero humano” (DUARTE, 2013a, p. 9).

A transformação do homem, segundo Duarte (2013b), ocorre por meio de seu processo de apropriação e pela objetivação que ocorre no contexto social. O autor explica que a atividade humana se objetiva em produtos materiais ou no plano dos conhecimentos, das ideias, e que o indivíduo, ao se apropriar de uma objetivação, “[...] está se relacionando com a história social, ainda que não tenha consciência dessa relação” (DUARTE, 2013b, p. 42). Mas, tendo em vista que está imerso no processo histórico, além de se apropriar das objetivações existentes, ele cria novas objetivações, estas decorrentes das necessidades que a realidade material vai estabelecendo para ele. Como afirma Márkus (1974), não se trata apenas de uma apropriação quantitativa dos conhecimentos, mas da alteração qualitativa da consciência. Essa consciência, o ser-consciente, é o que diferencia o homem do animal, que seria o

terceiro traço sobre a concepção de homem na perspectiva teórica de Marx. Márkus (2015, p. 75) afirma que “[...] a consciência em si é um tipo particular de atividade positiva dirigida à ‘apropriação’ da realidade de uma maneira específica”.

Leontiev (1978) entende a consciência como reflexo psíquico da realidade. No decurso de sua vida, o homem se apropria das experiências que foram vivenciadas pelas gerações passadas; o indivíduo se apropria dos significados, que, conforme Leontiev (1978, p. 95):

É a forma ideal, espiritual da cristalização da experiência e da prática sociais da humanidade. A sua esfera das representações de uma sociedade, a sua ciência e a sua língua existem enquanto sistemas de significações correspondentes. A significação pertence, portanto, antes de mais nada, ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos. [...] A significação é, portanto, a forma sob a qual um homem assimila a experiência humana generalizada e refletida.

Ou seja, o autor deixa claro que existe um sentido pessoal nessa aquisição. O sentido

[...] é antes de mais nada uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito. Esta relação específica estabelece-se no decurso do desenvolvimento da atividade. [...] De um ponto de vista psicológico concreto, este sentido consciente é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual a sua ação se orienta como resultado imediato. Por outras

palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim. (LEONTIEV, 1978, p. 98).

Leontiev (1978) descreve que, para adentrarmos no campo do sentido pessoal, devemos descobrir o motivo que lhe corresponde. Motivo aqui é entendido como aquilo que leva o sujeito a agir. O autor comprehende que, nas sociedades primitivas, significado e sentido caminhavam juntos. No entanto, na sociedade capitalista, opera-se uma cisão entre o sentido pessoal e o significado social das atividades. Nas condições atuais, no acirramento da relação entre capital e trabalho, o processo de alienação se faz presente e, no processo de formação da genericidade, existem processos contraditórios entre a humanização e a alienação. Por um lado, o homem vai deixando de ser hominizado (no sentido biológico) e passa a se humanizar, mas, na contradição dessa humanização, está o processo de alienação do trabalho<sup>1</sup>.

Vimos tratando do trabalho e, junto dele, ou inerente a ele, estamos tratando da sociabilidade do homem como síntese das relações sociais, relações alienadas, predominantes em nossa sociedade capitalista, tendo em vista as peculiaridades que norteiam a organização do trabalho no seu interior. Entendido como atividade vital do homem, presente em qualquer forma de sociabilidade, o trabalho alienado no capitalismo requer que seja entendido, como ressaltam Leontiev (1978) e Vygotsky (2004), não como decorrente de fatores biológicos, mas como expressão do processo de trabalho

• • • • • •

1 Marx (2008) considera a alienação do trabalho sob quatro dimensões inter-relacionadas: 1) alienação do homem com relação à natureza; 2) a alienação do homem de si mesmo, da sua própria atividade ativa, da sua atividade vital; 3) alienação do homem com relação ao seu ser genérico; o trabalho alienado “aliena o homem de seu próprio corpo, a natureza extrínseca, de sua vida mental e de sua vida humana” (p. 85); 4) a alienação do homem em relação aos outros homens.

por meio do qual alguns possuem, de forma privada, os meios de produção e outros dispõem apenas da sua força de trabalho.

Sève (1979) corrobora as ideias de Leontiev e Vigotski quando afirma:

A vida real da personalidade, como seria possível não o vermos, encontra-se habitada, até os seus mais obscuros abismos, por *coisas abstratas* como o dinheiro, o tempo de trabalho ou o salário; ora, estas coisas abstratas não passam das formas coisificadas de relações sociais, isto é, de relações humanas, cujas coordenadas biológicas constituem o suporte individual, mas não são mais a sua *causa* do que a delimitação e peças de *puzzle* é a causa da configuração do desenho. A relação entre trabalho e salário, com as enormes consequências que acarreta para a vida do indivíduo não depende do sistema nervoso, mas sim do sistema social. (p. 268, grifo do autor).

Porém, mais que a expressão de relações entre indivíduos isolados, a alienação ocorre na esteira das relações sociais de dominação entre classes sociais, cada uma delas ocupando lugar específico no processo de produção da mercadoria e, por conseguinte, na sociabilidade guiada por esse processo. Nele e por meio dele, as aquisições do desenvolvimento histórico podem separar-se daqueles que criam esse desenvolvimento.

Esta separação toma antes de mais nada uma forma prática, a alienação *econômica* dos meios e produtos do trabalho em face dos produtores diretos. Ela aparece com a divisão social do trabalho, com as formas da propriedade privada e da luta de classes. Ela é,

portanto, engendrada pela ação das leis objetivas do desenvolvimento da sociedade que não dependem da consciência ou da vontade dos homens. (LEONTIEV, 1978, p. 275, grifo do autor).

Leontiev (1978) elucida que a divisão social do trabalho faz com que o produto do trabalho seja transformado num objeto de troca. O produto resultante do processo de trabalho, com a divisão do trabalho, acaba tendo um caráter impessoal, independente do homem. Não se trata apenas da divisão de tarefas.

A divisão social do trabalho tem igualmente como consequência que a atividade material e intelectual, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se separem e pertençam a homens diferentes. Assim, enquanto globalmente a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo tomado à parte estreita-se e empobrece. (LEONTIEV, 1978, p. 275).

O processo de alienação e a divisão de classes também se revelam na escola, muito embora a Psicologia nem sempre consiga compreender suas expressões e seus efeitos, conforme veremos no próximo item.

## O DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO NO PROCESSO EDUCATIVO

O essencial para a ciência não é o fato de que se produzam, mas que, ainda que se trate de erros, conduzem à verdade, são superáveis [...] Em essência, é assim que procedem todas as ciências. Será que os construtores do futuro começam todos desde os

alicerces, será que eles não são os que arrematam e herdam tudo o que existe de verdadeiro na experiência humana, será que carecem de aliados e antecessores no passado? (VIGOTSKI, 1996, p. 406).

Começamos com esta citação de Vigotski por entendermos que, no decorrer da história da Psicologia, as relações concretas produziram e produzem determinadas formas de concepção e intervenção da Psicologia no âmbito educacional. Não vamos aqui retomar a sua história e nem da Psicologia Escolar, uma vez que autores como Antunes (2001), Patto (1987, 1990), Yazlle (1997) já trabalharam bastante esta questão. No entanto, é importante nos reportarmos a alguns fatos para que possamos avançar na compreensão do indivíduo e suas possibilidades de ação, e compreendê-lo no campo da Psicologia Escolar e Educacional.

Ao retomar a história, de acordo com Patto (1987), é somente em 1970 que a Psicologia passa a atuar diretamente na escola. Antes disso, ela se “[...] caracteriza, sobretudo, pela prática de diagnóstico e, secundariamente, de tratamento da população escolar” (PATTO, 1987, p. 76); selecionava os indivíduos mais aptos para ingressarem nas escolas ou em atividades profissionais, utilizando os testes psicológicos. Por volta de 1970, a prática profissional ainda era guiada pela Psicometria; as explicações dadas ao fracasso escolar centravam-na na Teoria da Carência Cultural, importada dos Estados Unidos na década de 1960, que, entre outros aspectos, afirmava que o aluno não aprendia por ser desnutrido, ter deficiência de linguagem, ser afetivamente carente, ter Quociente de Inteligência (QI) baixo, entre outras causas que colocavam no indivíduo ou em sua família a culpa por não aprender.

Nesse período, está havendo reformulações no sistema de produção e renovação na compreensão da finalidade da escola,

provocando alterações na concepção de homem e sociedade; consequentemente, começa a ser delineada uma crítica da Psicologia que fora desenvolvida até então. A reflexão de Vigotski (1996, p. 345), quando afirma que, “por mais estranho e paradoxal que pareça, à primeira vista, é precisamente a prática, como princípio construtivo da ciência, que exige uma filosofia, ou seja, uma metodologia da ciência”, é importante para entender esse contexto, visto que se refere a algo semelhante ao que vivemos na história da Psicologia no Brasil no momento em que ela adentra a escola. A prática fez profissionais e estudiosos refletirem sobre a visão de homem, de educação e de sociedade que permeava a ação do psicólogo. No bojo da crítica a uma Psicologia que estava atrelada ao ideário liberal, Patto (1987) questiona a intervenção realizada e dá início a uma nova possibilidade de compreensão do indivíduo e da Psicologia. Obras como as de Machado e Souza (1997), Meira e Antunes (2003), e Tanamachi, Rocha e Souza (2000) dão continuidade a esse movimento de crítica e propõem uma intervenção que se paute nas condições histórico-sociais que constituem os sujeitos no processo ensino-aprendizagem: pais, professores, alunos e funcionários da escola.

No final dos anos de 1980, na área da Educação, também se fazia a crítica a uma educação compreendida como desvinculada da sociedade. Saviani (1983) evidencia que a Pedagogia Tradicional, a Escola Nova e a Pedagogia Tecnicista são consideradas não críticas por não considerarem que a escola reflete as condições sociais. Contrariamente a essas, ressalta que a Pedagogia Crítico-Reprodutivista parte do pressuposto de que a escola é um aparelho reproduutor da ideologia da sociedade capitalista e vai além ao propor a Pedagogia Histórico-Crítica. Esta seria uma pedagogia propositiva, adequada a uma escola que tem como desafio a socialização dos conhecimentos produzidos pelos homens, cabendo à

escola a transformação da consciência dos alunos por meio da apropriação dos conhecimentos científicos (SAVIANI, 2003).

No campo das teorias psicológicas, foi no final da década de 1980 que chegaram as primeiras obras de autores da Psicologia Histórico-Cultural, como L. S. Vigotski, A. N. Leontiev e A. R. Luria, as quais forneceram subsídios para uma nova compreensão a respeito do desenvolvimento do psiquismo humano, com base no materialismo histórico e dialético. É neste ponto que vamos nos deter para compreender o indivíduo no processo educativo.

Uma visão global sobre a formação humana foi apresentada, mesmo que brevemente, no item anterior. A questão que se põe no momento é: como ocorre essa formação, na relação entre “subjetividade e educação”, conforme propõe Meira (2007). Partimos, para esta compreensão, do entendimento da finalidade da escola: “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens” (SAVIANI, 2003, p. 13).

Mas como produzir no indivíduo o que a humanidade já produziu? Essa “transferência” ocorre por meio da apropriação dos conteúdos curriculares. Vygoski (1996) explica, como afirmamos anteriormente, que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores – característica dos homens, diferindo-os dos animais – ocorre por meio da relação que a criança, desde tenra idade, vai tendo com os adultos que cuidam para que ela sacie sua fome e suas necessidades básicas. O autor elucida que, desde que a criança nasce, ela é um ser social, uma vez que, ao sair do útero materno, já se encontra diante dos objetos e ações produzidos pelo homem. Esse processo de humanização tem sua continuidade no processo de educação formal, com a entrada da criança na escola.

Quando inicia o acesso ao conhecimento formal – o conhecimento das várias ciências –, sobretudo por meio da atividade escolar, ocorre uma revolução na capacidade intelectual da criança, em suas funções psicológicas superiores. Tendo em vista seu pressuposto de que a aprendizagem promove o desenvolvimento psíquico, Vigotski (2000) entende que se estabelece, com o acesso à escrita, por exemplo, uma revolução no pensamento da criança. O autor explicita que, quando a criança inicia o processo de alfabetização, as suas funções psicológicas superiores não estão, ainda, desenvolvidas; elas vão se complexificando conforme a criança vai tendo acesso aos conhecimentos.

Essa abordagem não quer dizer que ela seja “uma folha em branco”, como queriam os empiristas. Na realidade, a criança já se apropriou de vários conhecimentos espontâneos, ensinados sem intencionalidade, que servirão de base para que conteúdos mais elaborados sejam compreendidos e internalizados. Ocorre um processo dialético no qual o aluno se apropria de novos conhecimentos e estes vão transformar, superar por incorporação, aquilo que o indivíduo havia aprendido na cotidianidade. Esse processo espiral vai ocorrendo a todo momento e novos conceitos vão sendo formados. Aqueles conhecimentos desorganizados, com a mediação dos conteúdos transmitidos pelo professor, vão se tornar pseudoconceitos. Posteriormente, em um estágio mais adiantado do desenvolvimento humano, na adolescência, os alunos formarão os verdadeiros conceitos (VIGOTSKI, 2000).

No complicado processo de ensino e aprendizagem, com a mediação dos conteúdos curriculares e do professor, que deve, intencionalmente, provocar o desenvolvimento cognitivo dos alunos por meio da sistematização do ensino, o aluno passa de um conhecimento caótico da realidade para um conhecimento

mais organizado. O conhecimento científico sistematizado, como uma objetivação humana, é a forma mais adequada de conhecer a realidade, na medida em que a ciência permite ver, para além das aparências, a essência dos fatos. Postula Vigotski (1996, p. 383), ecoando a noção de teoria de Marx e Engels: “Se a essência e a forma de manifestação das coisas coincidissem, diz Marx, toda ciência seria desnecessária [...]”.

Esse processo de apropriação do conhecimento, no entendimento de Vigotski (2000), não é passivo. Quando a criança está diante de um dado conhecimento, faz relações com o que já conhece, faz generalizações para obter o entendimento do que está sendo apresentado. O autor menciona que alguns conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem já estão no nível de desenvolvimento real, isto é, já estão internalizados; no entanto, outros ainda estão no nível de desenvolvimento próximo e, por isto, precisam de recursos mediadores e do auxílio de outras pessoas, nesse caso, o professor, para serem compreendidos, consolidados como aprendizagens efetivas. Assim, cabe ao professor auxiliar o aluno a tornar desenvolvimento real aquilo que está no nível de desenvolvimento próximo. Para ele, aqui estaria o cerne da função do ensino, visto que ensinar à criança o que ela já sabe é uma tarefa infrutífera e trará pouco auxílio para o seu desenvolvimento.

Esse processo cognitivo revolucionário que ocorre na escola não é desvinculado da esfera afetiva. Já por volta de 1924, Vigotski (2001) afirmava que a criança precisa ter interesse pelo que está sendo ensinado, para que o processo de aprendizagem seja efetivo. A emoção está presente e vai sendo desenvolvida pela mobilização durante a atividade pedagógica. Gomes (2013, p. 516) afirma que

O encontro do sujeito com as objetivações sociais – conhecimentos organizados histórica e socialmente

e passíveis de serem compartilhados – poderá ou não produzir o desejo ou a necessidade de conhecer e apropriar-se desse objeto social; entretanto, a apropriação desse conteúdo dependerá de o sujeito empregar ou mobilizar um esforço capaz de reproduzir para ele as características acumuladas nesse objeto social.

Em um processo dialético, a medida que o indivíduo se apropria dos conteúdos das várias ciências, conforme nos referimos anteriormente, vai complexificando as funções psicológicas superiores, de forma geral, e estas também fazem avançar o desenvolvimento da emoção.

Para Vygotski (1996), existe uma relação entre a formação da personalidade, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a formação dos conceitos. A apropriação dos significados, conforme vimos anteriormente, está vinculada ao sentido pessoal, que, na compreensão de Leontiev (1978), resulta das apropriações que o indivíduo faz dos significados sociais que estão presentes na realidade concreta e na história particular da sua vivência.

Conforme Gomes (2013, p. 516), “a ênfase na unidade afetivo-cognitiva como princípio pedagógico coloca à educação escolar a tarefa de promover vivências positivas com o conhecimento, de forma a motivar o desejo de conhecer, de se apropriar dos objetos e das formas de relação com as pessoas e de se expressar”. No entanto, decorrente da forma como o sistema educacional está formalizado e diante das precárias condições de trabalho e formação dos professores, tanto professor como aluno podem não estabelecer uma unidade entre sentido e significado do processo educativo – aquele, por não se ver como partícipe desse processo e não ter como finalidade ensinar os alunos, e sim receber um salário que dê conta de suprir suas necessidades básicas; esse,

por não ser motivado na escola pelo conhecimento de várias ciências. Assim, pode-se observar o processo de alienação e não humanização quando o professor não vê na sua atividade o sentido de ensinar e o aluno o sentido de aprender.

## A PSICOLOGIA E A COMPREENSÃO DO INDIVÍDUO NO PROCESSO EDUCATIVO

Começamos este capítulo apresentando uma concepção da constituição do indivíduo, sua constituição social, para, em seguida, tratar da sua formação no processo educativo. Neste item, queremos problematizar, refletir e pensar proposições de um trabalho no âmbito da educação que possa considerar, realmente, o indivíduo como “síntese das relações sociais”.

Como abordado acima, a Psicologia nasceu atrelada a um ideário que prega que todos os homens são iguais, desconsiderando as relações de classe que permeiam a formação humana. Na atualidade, essa visão ainda perpassa muitas ações de psicólogos e profissionais da Educação. Se, na década de 1980, iniciamos um movimento de crítica no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional, neste ano de 2016, ainda nos vemos diante da retomada das discussões acerca dos distúrbios de aprendizagem, agora configurados, por exemplo, em Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade e em Dislexia. Dessa abordagem dos problemas escolares resulta que, ante o direito dos indivíduos de serem atendidos nas suas dificuldades, a pauperização do ensino ministrado nas escolas públicas e o pouco investimento na educação são escamoteados. Assistimos à desvalorização dos professores – políticas educacionais que centram o trabalho no aluno e não no conhecimento ou mesmo no processo de transmissão

e apropriação dos conhecimentos científicos, conforme propõe o Construtivismo (FACCI, 2004). Ainda, encontramos crianças com deficiência sendo inseridas em escola sem condições objetivas para contribuir para sua aprendizagem, com professores pouco informados sobre Educação Especial e com pouca assistência para realizar mediações adequadas para os alunos aprenderem, tudo sob o manto de uma inclusão perniciosa.

Quando pensamos em analisar os atores da escola levando em conta a historicidade dos fatos, uma primeira ideia remete ao fato de que não basta dizer que este homem é social, visto que o fundamental é analisar as relações de classe que o conformam. Sèvre (1979, p. 361) afirma que “As relações sociais não são modelos culturais, comportamentos – tipo, formas de consciência, etc., mas sim posições objetivas que os homens ocupam no sistema de produção, da propriedade, da distribuição social”.

Esse aspecto é crucial quando o psicólogo, no âmbito da educação, avalia o desempenho dos alunos e propõe formas de encaminhamento das dificuldades que eles estão enfrentando no processo de escolarização. O autor afirma: “Não existe originaliamente psiquismo senão dentro e por meio dos indivíduos concretos” (SÈVE, 1979, p. 362-363). Acrescenta que:

[...] as relações sociais não são, seja lá a que grau for, relações intersubjetivas, e que, contudo, apesar de estranhas na sua materialidade objetiva à forma psicológica, não deixam, por isso, de ser relações entre os homens, que determinam formas de individualidade no seio das quais se produzem os indivíduos concretos, em que a essência humana adquire uma forma psicológica.

O aluno necessita ser compreendido em sua totalidade, como síntese de múltiplas determinações. São esses alunos concretos que vivem, com frequência, sem o mínimo necessário de acesso aos bens materiais e culturais que chegam à escola. Não podemos analisar a subjetividade do aluno sem levar em conta a objetividade, a base material que (con)forma esse indivíduo. O conceito de indivíduo, segundo Leontiev (1983, p. 142), “[...] expressa indivisibilidade, integralidade e particularidade de um sujeito concreto [...]”.

Lima (2011, p. 97-98) afirma que compreender a individualidade humana sob esse prisma:

[...] significa compreender que a relação entre o indivíduo e o gênero humano é sempre, e invariavelmente, mediatizada pela inter-relação do indivíduo com as circunstâncias sociais concretas em que vive. Ou mais especificamente falando, significa compreender o que o indivíduo pode transformar mediante as múltiplas determinações de sua vida real e na interação com outros homens.

Culpar esse aluno ou a escola não se constitui em grande ajuda no processo educativo. O profissional necessita ampliar o debate acerca desse fato e, juntamente com a escola, buscar alternativas de trabalho pedagógico para que o aluno torne desenvolvimento real aqueles conhecimentos que estão em nível de desenvolvimento próximo.

É necessário empreender ações para que o trabalho pedagógico, efetivamente, promova o desenvolvimento psicológico dos alunos por meio da apropriação do conhecimento e, sobremaneira, contribua, valendo-se dos subsídios produzidos pela Psicologia,

para a proposição de políticas públicas que promovam a emancipação de todos. Essa posição implica um posicionamento metodológico que não se furta à defesa da transformação da realidadeposta, na prioridade para a formação de um novo homem, que possa ter acesso, igualitariamente, a todos os bens materiais e culturais produzidos historicamente.

Conforme analisa Márkus (2015), cada geração age:

[...] sobre a base das forças de produção, formas de relações, instituições e valores culturais, herdados e apropriados do passado. Mas, cada geração também modifica e transforma essas circunstâncias e condições – mesmo porque essas condições têm que ser constantemente *reproduzidas* pela atividade humana. (p. 123, grifo do autor).

As contradições estão presentes nas ações dos homens, inclusive dos psicólogos, neste momento histórico. Márkus (2015, p. 125) entende que “não existem crises históricas que não tenham mais de uma saída: a solução real da crise é sempre uma entre muitas alternativas historicamente concretas”. Essa crise, contudo, só será superada na coletividade, alerta o autor, por uma prática revolucionária de classes. E, sobretudo, conforme propõem Facci, Barroco e Leonardo (2010), é fundamental que aqueles que lidam com os indivíduos superem a pseudoconcreticidade com a qual o homem é entendido na sociedade e na escola. A dialética tem de estar presente na compreensão da essência humana, porque, como teoriza Kosik (1976, p. 18): “A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética de uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo”.

Retomando aquilo que apresentamos em produção anterior:

Em nosso caso, sair do âmbito da *pseudoconcreticidade* implica o desafio de superar a concepção expandida de que os sujeitos se constituem a si mesmos, por opção individual consciente, pela história de vida pessoal – que gera motivos inconscientes, devido à herança genética ou por obra do destino. Por este modo, é preciso que cheguemos à essência que se oculta, que não se apresenta à percepção imediata, o que nos faz entender que a ciência não é supérflua, já que ela deve ir além do aparente. Em nosso caso, ir para além do aparente na explicação da constituição do sujeito e do conhecimento é considerar as múltiplas determinações que incidem sobre tal processo (FACCI; BARROCO; LEONARDO, 2010, p. 128, grifo nosso).

A Psicologia, concordamos com Vigotski (1996), ainda está “grávida” dessa visão. Nesse sentido, esperamos que as ideias expostas neste capítulo auxiliem na construção e fortalecimento de uma Psicologia na escola que utilize o materialismo histórico e dialético para compreender os indivíduos do processo educativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, ideologicamente, vem cumprindo a função de reprodução do ideário neoliberal, que coloca no indivíduo a culpa por não aprender e por não ter sucesso. Ela tem uma função específica em uma sociedade de classes. No entanto, na contramão dessa visão, compreendemos e defendemos a ideia de que a escola deve ter como finalidade a socialização dos conhecimentos mais

desenvolvidos pelos homens, de modo a formar a individualidade para-si, como propõe Duarte (2013b).

Para se tornar indivíduo humano, cada pessoa deve se apropriar das objetivações produzidas pelo gênero humano. “Isso quer dizer que não nascemos com o essencial de nossa individualidade e de nossa humanidade. Mas aquilo de que precisamos para desenvolver essa individualidade e a essa humanidade já existe na sociedade, ou seja, na cultura” (DUARTE, 2013b, p. 65). O autor afirma que essa apropriação exige conhecimentos que, na nossa sociedade, são socializados especialmente pelos adultos na instituição escolar.

Nessa instituição, a prática pedagógica, diferente de uma educação espontânea, deve ser a mediadora entre a formação do indivíduo na vida cotidiana (onde ele se apropria das objetivações genéricas em-si) e a formação do indivíduo nas esferas não cotidianas (esferas das objetivações genéricas para-si). A vida cotidiana se caracteriza por atividades que convergem à reprodução dos homens singulares e, indiretamente, da sociedade, e é constituída pelos objetos, pela linguagem, pelos usos e costumes. Na vida não cotidiana, pelo contrário, estão presentes as atividades que visam à reprodução da sociedade e, indiretamente, dos indivíduos: a ciência, a arte, a filosofia, a moral e a política. Duarte (2013a) esclarece que a prática pedagógica pode desempenhar uma função mediadora fundamental na ascensão à genericidade para-si. Dessa forma, cada vez mais o indivíduo torna-se um ser singular, único.

Em um primeiro momento, o indivíduo tem que se apropriar das objetivações genéricas em-si para conseguir viver em sociedade, mas ele tem que caminhar, cada vez mais, para uma relação consciente com a própria genericidade, uma vez que só *desta forma se desenvolverá plenamente, formando uma individualidade em*

*constante e consciente processo de construção.* Destaca Duarte (2013a) que a ascensão do indivíduo a uma individualidade para-si é a possibilidade de conhecer e modificar formas de pensamento e atividades que estão reproduzindo a alienação tanto no âmbito individual como nas relações sociais. Assim, os conhecimentos das várias ciências podem auxiliar o desenvolvimento da consciência dos indivíduos e, estes, na coletividade, lutarem para superar a situação de “barbárie”, como diria Mészáros (2003), que vivemos no presente contexto.

*É uma tarefa ampla levar os indivíduos a conhecer a realidade para além das aparências, indo à essência dos fatos.* Mas é uma tarefa histórica na qual muitos homens já se envolveram e lutaram em prol do bem comum, como podemos constatar no caso dos autores russos e autores marxistas citados neste capítulo, que produziram obras para nos auxiliar no entendimento dos homens em processo constante de luta de classes. Podemos afirmar que é uma atuação política e um compromisso com uma classe específica – e, no nosso caso, com aqueles que estão expropriados dos bens materiais e da cultura.

Ao finalizar este capítulo, tomando como referência fundamentos do marxismo, afirmamos que pensar na formação da individualidade no âmbito educativo significa, no caso da Psicologia, realizar ações que contribuam para formar a individualidade para-si, em busca do desenvolvimento máximo das potencialidades, seja do aluno, seja do professor.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. *A Psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição.* 2. ed. São Paulo: EDUC; UNIMARCO, 2001.

DUARTE, N. *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013a.

DUARTE, N. Pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 59-72, dez. 2013b.

ENGELS, F. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global, 1986.

FACCI, M. G. D. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?* Um estudo crítico-comparativo da Teoria do Professor Reflexivo, do Construtivismo e da Psicologia Vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

FACCI, M. G. D; BARROCO, S. M. S.; LEONARDO, N. S. T. A historicidade da constituição do sujeito: considerações do marxismo e da psicologia histórico-cultural. In: TOMANIK, E. A.; CANIATO, A. M. P.; FACCI, M. G. D. *A constituição do sujeito e da historicidade*. Campinas: Alínea, 2010. p. 107-132.

GENTILI, P. *Do ponto de vista neoliberal, os sistemas educativos enfrentam hoje uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade*. 2001. Disponível em: <<http://www.projetoadia.com.br/not/128-pablogentili.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2002.

GOMES, C. A. V. O lugar do afetivo no desenvolvimento da criança: implicações educacionais. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 3, p. 509-518, jul. 2013.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LEONTIEV, A. N. *Actividad, conciencia, personalidad*. Havana: Pueblo y Educación, 1983.

LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIMA, E. da C. *Trabalho, atividade docente e processo de personalização: um estudo a partir da Psicologia Histórico-Cultural*. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

MACHADO, A. M. M.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MÁRKUS, G. *Marxismo e antropologia: o conceito de essência humana na filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÁRKUS, G. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEIRA, M. E. M. Psicologia Histórico-Cultural: fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. (Orgs.). *Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 27-62.

MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. *Psicologia escolar: práticas críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI: Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia*: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1983.

SAVIANI, D. Filosofia de educação: crise da modernidade e o futuro da filosofia da práxis. In: FREITAS, M. (Org.). *A reinvenção do futuro*: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo: Cortez; UNIFRAN, 1996. p. 167-185.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SÈVE, L. *Marxismo e a teoria da personalidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979. v. 2.

TANAMACHI, E. de R.; ROCHA, M. L.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). *Psicologia e educação*: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI, L. S. *Psicología pedagógica*: um curso breve. Buenos Aires: AIQUE, 2001.

VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas III*. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1995.

VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas IV*. Madrid: Visor Distribuciones, 1996.

VYGOTSKY, L. S. *A transformação socialista do homem*. Tradução: Nilson Dória. In: MARXISTS INTERNET ARCHIVE. 2004. Originalmente

publicado em 1930. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: 1 fev. 2007.

YAZLLE, E. G. Atuação do psicólogo escolar: alguns dados históricos. In: CUNHA, B. B. B. et al. (Orgs.). *Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 12-38.



## CAPÍTULO 9

### O LUGAR DO INDIVÍDUO NA HISTÓRIA: possíveis articulações entre Psicologia e Marxismo

Isabel Fernandes  
de Oliveira

Ana Ludmila F. Costa

*O mundo é um monte de gente, um mar de pequenos fogos. Não existem dois fogos iguais, cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Existem grandes e pequenos fogos e fogos de todas as cores. Há gente de fogo sereno, que nem sente o vento; há gente de fogo longo, que enche o ar de faíscas. Alguns fogos são bobos, não iluminam nem queimam, mas outros ardem a vida com tanta vontade que não se pode olhá-los sem pestanejar; e quem se aproxima, se queima.*

EDUARDO GALEANO, 2002.

Tratar das articulações possíveis entre Psicologia e Marxismo não é tarefa fácil. Como afirmou Saviani (2004), se a abordagem das ideias marxianas encontraram trânsito livre na Sociologia, alcançando Marx ao status de clássico ao lado de Weber e Durkheim, na Psicologia não se observou o mesmo<sup>1</sup>. Apesar de terem havido

• • • • •

1 Uma primeira ressalva a se fazer quanto a isso trata-se da necessária crítica marxiana à disciplinarização do conhecimento científico, que faz perder de vista a perspectiva da totalidade histórica que organiza a realidade. Ao passo em que compartilhamos desse entendimento, não podemos negar que estamos inscritos na sociedade sob esta divisão e hierarquização, tal qual a divisão social do trabalho, e é apenas a partir deste contexto,

tentativas neste sentido no século XX – das quais destacamos as obras de Politzer (2004) e Lucien Sèze (1973) –, não é desarrazoado afirmar que para boa parte de estudantes e profissionais de Psicologia brasileiros não há qualquer conhecimento de pontos de contato entre Psicologia e Marxismo ainda hoje. Quando muito, há a referência à obra da troika Vigotski, Luria e Leontiev, reconhecida no Ocidente como Psicologia Histórico-Cultural.

É a partir do reconhecimento deste cenário que propomos como objetivo para este texto discutir uma dentre as várias possibilidades de articulação entre Psicologia e Marxismo, qual seja, aquela que parte da perspectiva da totalidade para entender a realidade na qual o sujeito atua e que o constitui, em uma relação dialética entre subjetividade-objetividade. Alertamos que se trata de um escrito elementar diante da robustez teórica que o tema exige, justificado pela recentideade a qual estão circunscritos nossos esforços para empreender esta discussão. Entretanto, consideramos que a conjuntura atual, de retraimento de direitos e avanço do conservadorismo exige um ponto de partida, para o qual pretendemos contribuir.

Para cumprir este propósito, estruturamos o texto em duas partes: a primeira, mais breve, resgata o lugar do indivíduo no marxismo; a segunda, eixo central do debate, está subdividida em duas seções, propondo uma alternativa à concepção de indivíduo na Psicologia a partir do marxismo, em contraposição às noções hegemônicas das teorias psicológicas.

real, que podemos tecer nossas análises e produzir conhecimento, daí a delimitação do texto à relação entre Psicologia e Marxismo.

## O INDIVÍDUO E O MARXISMO

Um primeiro aspecto a ser pontuado refere-se à já consolidada diferenciação entre a teoria social marxiana (ideias produzidas pelos próprios Marx e Engels) e a tradição marxista (atualizações e debates empreendidos por seus interlocutores e herdeiros).

Não há consenso sobre o lugar do indivíduo na obra marxiana, tampouco sobre as definições a este respeito (MORAES; JIMENEZ, 2013). Para alguns, a individualidade não foi um tema privilegiado por Marx e Engels, embora apareça, e não de forma secundária, em sua obra. Certo é que ao dedicar uma vida ao estudo dos indivíduos concretos, tomando-os como sujeitos de uma prática efetiva para a necessária transformação da realidade, que é histórica e social, identificamos a vinculação da obra marxiana à noção de indivíduo.

Se não há clareza deste debate na teoria social marxiana, muito do que se discute hoje, especificamente sobre este tema, foi obra de autores marxistas. György Lukács, filósofo húngaro, reúne o que entendemos como mais próximo a um pensamento marxiano que permita uma discussão de indivíduo, individuação, singularidade, particularidade, identidade.

Sua ontologia do ser social é precisa ao desvelar o processo de humanização por meio do trabalho. Não há dúvidas de que permanecemos um ser biológico, somos espécie humana e essa qualidade é ineliminável. Mas, ao nos afastarmos de nossa essência biológica e nos abarrotarmos de sociabilidades, emerge um gênero socialmente construído em que a história de cada indivíduo, nação ou continente é partícipe da história universal do gênero humano (LUKÁCS, 2012). Nessa perspectiva, somos todos dependentes daquilo que outros indivíduos produzem socialmente.

Transportar este entendimento para o contexto atual, regido pelo modo de produção capitalista, entretanto, não é tão simples. Qual a grande dificuldade de se pensar o indivíduo sob a ótica de Marx? Segundo ele, em uma sociedade que se fundamenta sob a exploração até o limite da sobrevivência do homem, em que não é possível o desenvolvimento das plenas capacidades humanas, de todas as possibilidades criadoras do homem; uma sociedade que se estrutura tendo como pilar o não acesso de todos os homens ao que há de essencial para a sua sobrevivência como homem e sua reprodução, nomeadamente a propriedade privada, não é uma história da humanidade, é sua pré-história. Nessa pré-história, os homens não são homens em si, eles são indivíduos adjetivados: o burguês, o pobre, o operário, o opressor, o oprimido, o gay, o sem teto, etc. Cada adjetivo traz a ele associado uma carga de determinações e mediações que afasta os indivíduos do verdadeiro Gênero Humano e particulariza sua existência em um “isolamento solitário”, como bem pontua Lessa (2004).

Contradictoriamente, podados por uma sociedade produtora de mercadorias, como é a capitalista, nunca estivemos tão dependentes uns dos outros, mas nunca vivemos tão isolados. Individualiza-se a dor, o sofrimento, o problema, o sucesso. É o reino da meritocracia. Particulariza-se a existência singular do gênero humano. Esse isolamento cumpre uma função na manutenção da reprodução social regida pelo capital. Então, tratar do indivíduo no modo de produção capitalista implica tratar de um indivíduo adjetivado, isolado e, ao mesmo tempo, dependente de outros, mas sem com eles partilhar uma existência efetivamente plena.

Dito isto, o que falar dessa relação Psicologia-indivíduo?

## O INDIVÍDUO E A PSICOLOGIA

Importante mencionar que não é possível tratar deste binômio sem inserir um elemento essencial para sua compreensão que é o contexto geral de acumulação e de sociabilidade do capital. É esse olhar que a Psicologia tem negligenciado, e mais, renegado.

Em primeiro lugar, a maioria das teorias psicológicas tem se preocupado com o “contexto” no qual o indivíduo vive – a forma da explicação dessa relação e o lugar do indivíduo dependem da relação que os teóricos estabelecem entre indivíduo-sociedade. A oscilação visualizada nas teorias psicológicas clássicas, entre pôr o acento ora no meio/contexto ora no indivíduo, segue a lógica formal segundo a qual, tratando-os como opostos, são excludentes.

Entretanto, mesmo entre aquelas concepções que advogam em favor da articulação entre indivíduo/meio, o “contexto” tem um quê de abstrato. Defende-se isso quase que por obviedade (do binômio natureza-cultura) ou porque é politicamente correto (se não considerar o contexto, a teoria será francamente negada).

Não é desconhecido que essa Psicologia se desenvolveu em meio a um projeto de Estado burguês, como ciência aplicada, voltada para o controle a para o ajustamento dos indivíduos por meio do desenvolvimento e adaptação de teorias diagnósticas, de individualização dos problemas sociais e de interiorização das subjetividades (FURTADO, 2012). Essa Psicologia cria uma noção de indivíduo burguês, moralizado, que possui uma subjetividade interiorizada que em quase nada se relaciona com o contexto histórico e social no qual está inserido.

Esse indivíduo burguês foi base de desenvolvimento de várias correntes psicológicas que até hoje reinam no campo. Essas

concepções deixam recair sobre esse indivíduo aparentemente (de aparência mesmo) isolado, desconectado, a responsabilidade de manejo e superação das questões relativas à sua existência no real. É um indivíduo inserido entre outros de seu mesmo gênero (humano), mas que não se reconhece em seu gênero social. É preciso esclarecer que essa ideia não é privilégio da Psicologia, mas ela a reproduz com perfeição, a tal ponto que, ao invés de trabalhar em prol das potencialidades do gênero humano, ela trabalhou de forma unânime, por muitos anos, cronificando sua já mencionada adjetivação (o “menor” infrator, a mãe negligente, dentre outros exemplos).

A negação da realidade material por parte de psicólogos (seja ela histórica, política, econômica, social, cultural, etc.) pode ser observada em vários casos, tais como o recente escândalo envolvendo psicólogos ligados à *American Psychological Association* (APA) que colaboraram secretamente com o governo George W. Bush reforçando justificativas éticas e legais para práticas de tortura em pessoas presas após o 11 de setembro em Guantánamo; a influência sobre as duras e racistas leis de imigração dos EUA; a participação da Psicologia como corolário do projeto do Estado de Segurança Nacional no Brasil e em outras ditaduras da América Latina no anos 1960-1970 (no caso brasileiro, já comprovadas por uma Comissão da Verdade implementada pelo Conselho Federal de Psicologia); e, ainda mais próximo a nós, a medicalização da saúde mental com forte defesa de segmentos da Psicologia que recrudesce perspectivas psicológicas higienistas, biologizantes e preconceituosas (a exemplo da “cura gay” e dos perfis criminológicos). De outro lado, embora não tendo associação com tais práticas, há uma Psicologia apática às questões da macroestrutura por não relacionar sua prática a uma práxis política (como se posicionamento político não fosse “coisa de psicólogo”).

Essa é a herança com a qual lidamos hoje, como psicólogos e como protagonistas de uma luta por esse gênero humano.

Mas, como seria uma concepção de indivíduo distinta, que reconhece o contexto (concreto, material, real) em íntima relação com o indivíduo? Uma resposta possível pode ser encontrada em alguns princípios da teoria social de Marx e desenvolvida por seus seguidores.

## **INDIVÍDUO, PSICOLOGIA E MARXISMO**

Uma concepção de indivíduo que se ancora em pressupostos da teoria social marxiana não significa, necessariamente, falar em uma Psicologia Marxista ou algo do gênero, ainda que haja algumas iniciativas nesta direção (LACERDA JÚNIOR, 2010). De outro modo, apresentamos aqui uma tentativa de contribuir com mudanças nos rumos da ciência e da profissão da Psicologia na direção de uma práxis verdadeiramente transformadora da realidade social alvo de seu trabalho. Contudo, hoje temos mais perguntas que respostas, mais ensaios que práticas efetivas, mais dilemas que soluções. Mas, também supomos que é assim que se começa; e precisávamos começar de algum lugar.

A primeira noção que precisamos resguardar é a ideia de primazia ontológica do Real. O Real tem sua existência em si, independente das experiências particulares. O Real existe independente da forma como os indivíduos o veem. Mas, apreender esse Real não é tarefa das mais simples. É preciso um exercício, teórico, de reprodução no pensamento de um conhecimento subjetivo a partir de uma realidade que é objetiva. Essa realidade é processual e se insere em uma totalidade histórica, sendo a síntese

de múltiplas determinações ou um complexo de complexos, como diz Lukács (2012).

Então, se o Real existe, independente da forma como nós o vemos, o quê, exatamente, nós vemos?

Na nossa vida cotidiana, o tempo todo nos deparamos com vários objetos e situações sociais que nos aparecem na forma de *fenômeno*. Mas, o que é isso? O fenômeno (ou o singular) é algo que nos chega aos olhos de forma imediata, mas desprovida do que Kosik (2002) chamou de *determinações*. O fenômeno pertence ao Real, mas não é a mesma coisa que ele. É um seu fragmento, que revela o Real ao mesmo tempo em que o oculta. O fenômeno, descolado do Real, carrega em si toda uma singularidade e um isolamento que nos impede de compreender porque ele existe, para que ele existe, a serviço de que/quem ele existe. Ele é um recorte do Real *mediatizado pela ideologia* (no sentido lukacsiano). Assim, se apreendemos os fatos da vida sem atentar para as suas determinações, que, para Marx, são *históricas*, tendemos a absorver esses fenômenos suave e “naturalmente”, como se fossem o curso fatal da vida e sem estabelecer relações entre objetos sociais.

Para sairmos da superficialidade do fenômeno, ou para avançarmos sobre sua aparência, precisamos romper com o pensamento lógico formal antes aludido (pautado na exclusão de opostos) e adotar a perspectiva da dialética, segundo a qual polos aparentemente opostos se incluem, se determinam reciprocamente (KONDER, 1988). O pensamento dialético é requisito para escaparmos de visões duais e dicotômicas entre indivíduo e sociedade. E a verdade é que a Psicologia tem permanecido nessa dualidade e noutras por bastante tempo.

Nesse sentido, o fenômeno é entendido em uma rede evolutiva e de determinações históricas. Entendendo a história como

*processualidade*, cada fenômeno se interliga a um outro; cada fenômeno é resultado de uma composição histórica que o constitui e é constituída por ele. Considerando a *dinamicidade* da história, devemos analisá-la sob esta perspectiva que visa, acima de tudo, à sua transformação.

Pensando na dimensão da atuação psicológica, é preciso contextualizá-la no que Lukács (2012) denomina de dialética singular-particular-universal. É preciso apreender como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação.

Ainda é muito difundida na Psicologia a ideia de que seu objeto de trabalho é a identidade, a subjetividade, a singularidade do indivíduo. Mas, o que é esse singular? São os fenômenos cotidianos que têm uma ocorrência única e irrepetível. Nos contatos com a realidade, deparamo-nos sempre com as singularidades, com fenômenos únicos, acessíveis à experiência sensível, à contemplação viva. O singular, ou a singularidade, faz parte do que Kosik (2002) chama de *pseudoconcreticidade*: a manifestação empírica do fenômeno, aquilo que nos chega aos olhos. Superar a singularidade, a aparência do fenômeno, implica revelar as relações dinâmico-causais a ele subjacentes captando as múltiplas mediações que o determinam e constituem. Assim, o específico só ganha sentido se o captamos em sua unidade dialética com o universal/Real.

Portanto, ao pensar em indivíduo, deve-se ter em mente que singular e universal coexistem nesse indivíduo, se articulam e se determinam reciprocamente: são os polos da unidade dialética que dão vida a ele. Permanecer na singularidade implica permanecer na aparência, em algo que contém o Real, mas não o revela no todo.

Implica não reconhecer mediações essenciais para a compreensão de como aquela singularidade existe no mundo, como é por ele influenciada e como o influencia. Daí, pensar em uma Psicologia do singular é pensar em uma ciência da superfície.

Daí, questionamos: como pode um psicólogo atuar na dimensão da universalidade? É possível? Lukács (2012) nos apresenta, então, a ideia de particularidade.

A particularidade é a mediação entre o singular e o universal. Ela expressa a universalidade e condiciona o modo de ser da singularidade. A particularidade são as mediações as quais nos referimos e que elucidam os mecanismos que intervêm decisivamente no modo de ser da singularidade (OLIVEIRA, 2005).

Utilizemos uma síntese apontada por Pasqualini e Martins (2015), ao debaterem a dinâmica singular-particular-universal, para sistematizar os pontos apresentados até então:

a) A expressão singular do fenômeno é irrepetível e revela sua imediaticidade; (b) em sua expressão universal, se revelam as conexões internas e as leis gerais do movimento e evolução do fenômeno; (c) a universalidade se materializa na expressão singular do fenômeno pela mediação da particularidade, razão pela qual afirmamos que o particular condiciona o modo de ser do singular. (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 366).

Olhando para a história e para as proposições da Psicologia tradicional, liberal, conservadora, percebemos justamente que tal ciência aponta inúmeros limites para apreender o indivíduo em sua concretude, ficando limitada a uma pseudoconcreticidade: pautada em uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, torna-se incapaz

de ir além da singularidade imediata e aparente. Essa Psicologia lida com o indivíduo em si mesmo, como se a individualidade se explicasse por si mesma. Trata-se da concepção liberal de homem, que localiza a essência do indivíduo nele mesmo, do homem autodeterminado, descolado das condições sociais, movido por uma força ou essência interior.

A prática psicológica tradicional, portanto, reforça/mantém/conserva o movimento que as relações sociais têm estabelecido no capitalismo: isola esse indivíduo, com sua queixa, dos demais.

Nessa esteira, essa Psicologia naturaliza e universaliza a particularidade burguesa. Sobre ela erige noções universais de normal e patológico, saúde e doença, sucesso e fracasso, padrões de desenvolvimento. Lembremos das críticas à Psicologia tradicional que se apoia numa visão de normalidade que corresponde a uma condição particular da existência humana, na medida em que se apega a valores e padrões de comportamento de uma determinada classe social, tomando-os como pretensamente universais. Lembremos que as respostas da Psicologia brasileira às críticas feitas desde a década de 1980 acerca da ausência de seu compromisso social giraram em torno de uma contextualização (social) do fenômeno clínico.

Ultrapassar essas concepções implica uma prática psi que capte o mais fielmente possível o movimento real de constituição da individualidade, ou seja, é preciso enxergar para além da singularidade imediata, captando suas determinações particulares e universais, analisando como sua singularidade se constrói na relação com sua genericidade. Isso é condição para uma atuação profissional crítica que tenha como horizonte a humanização do homem.

Tendo essa perspectiva como base, sobrevêm as questões: como operamos no Real? Como o estudamos? E como o fazemos? Qual o nosso método? Poderíamos eleger quatro premissas essenciais que norteiam nosso fazer pesquisa/intervenção. Lembremos que tais premissas não são exclusivamente teóricas, mas possuem rebatimentos concretos na atuação cotidiana dos profissionais da Psicologia.

- 1) A captação da singularidade-particularidade precede a estratégia de trabalho ou o método de investigação. Antes de qualquer atuação, o psicólogo necessita conhecer a fundo as singularidades com que se depara, assim como as particularidades que as determinam. Portanto, o método de investigação/intervenção é próprio de cada singularidade. Não é toda Psicologia que cabe em qualquer lugar.
- 2) A singularidade, como alvo da prática profissional ou objeto de investigação em um processo de pesquisa, faz parte de uma processualidade histórica que deve ser resgatada e compreendida – não apartada dessa singularidade/objeto –, pois só assim é possível darmos um salto desse fenômeno em direção à sua essência.
- 3) A singularidade, mesmo recortada no cotidiano de atuação, faz parte de uma *totalidade concreta*, portanto, sua apreensão só faz sentido quando feita na sua relação com os outros objetos, fenômenos e processos histórico-sociais que conformam uma sociedade.
- 4) A singularidade não é neutra, descompromissada. Ela é sempre reflexo de um contexto pautado por relações políticas que, no modo de produção vigente, são alvo de contestação por nós. Portanto, não temos pretensão de afirmar nem desejar que nossa ciência/prática profissional seja neutra

(se é que alguma o é); ela tem um fim político claro que é a busca pela superação da sociedade burguesa. Isso é o que nos move, mesmo estando conscientes de que, pelas condições objetivas, trabalhamos mais numa perspectiva progressista do que revolucionária. Mas, visamos, por meio da nossa práxis, a uma mudança da totalidade concreta.

Mesmo correndo o risco de simplificações que esvaziem a profundidade teórica que o tema exige, acreditamos que a sistematização desses quatro pontos é um recurso didático útil como guia de nossas ações no exercício de uma Psicologia crítica e comprometida, seja no âmbito da atuação profissional, seja no que se refere à pesquisa científica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para finalizar, defendemos a ideia de que, apesar de ser uma profissão com perspectivas políticas divergentes e contraditórias, é possível pensar em um projeto ético-político para uma Psicologia que tenha em seu semblante a busca incessante pela não fetichização do Real. Não é qualquer Psicologia. É uma Psicologia que tem lado, que não se diz neutra e nem universaliza a particularidade.

Para essa Psicologia é preciso a boa política, é preciso mais compreensão teórica, é preciso crítica radical. É preciso desvelar os fenômenos, analisar suas particularidades e genericidade, analisar a complexidade de seus complexos. Precisamos nos desalienar.

Já sabemos que a maior parte dos conhecimentos produzidos na Psicologia não nos subsidia a uma atuação efetivamente comprometida com projetos revolucionários. A novidade é essencial nesse caminho. Se considerarmos cada um de nós como um potencial revolucionário, cada um de nós precisa desenvolver constantemente

o exercício do pensamento dialético sobre sua área de atuação e produzir uma história diferente na Psicologia e, quiçá, no mundo.

Já conseguimos visualizar alguns avanços nessa seara. Os grupos marxistas no campo da Psicologia já merecem destaque. Se, por um lado, esses não apresentam necessariamente um saber-fazer para atuação psicológica (pela lógica marxiana nem poderia); por outro, oferece ferramentas de explicação do Real que permitem aos psicólogos elaborarem ações que rompam os limites tradicionais da Psicologia, bem como a sua atuação reificante, que acaba por conservar o *status quo* do capitalismo. A Psicologia não pode se manter em um estado expectativo/contemplativo de análise teórica dos indivíduos, mas deve exercer uma práxis que produza conhecimento visando à emancipação desses indivíduos e ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Isso exige trabalho, organização e militância; e esperamos que em eventos como o Seminário Marx Hoje possamos trabalhar nessa direção.

Retomando Galeano, com o qual introduzimos nosso texto, convidamos as/os leitores para a reflexão e decisão: que fogo pretendemos ser?

## **REFERÊNCIAS**

FURTADO, O. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. esp, p. 66-85, 2012.

GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002. 272 p.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 96 p.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 250p.

- LACERDA JÚNIOR, F. *Psicologia para fazer a crítica?* Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi. 2010. 396 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.
- LESSA, S. Identidade e individuação. *Katálysis*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 147-157, dez. 2004.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012. 440 p. v. 1.
- MORAES, B. M.; JIMENEZ, M. S. V. A individualidade humana em Marx: uma revisão de estudos selecionados à luz da crítica ontológica. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 1, p. 6-20, jun. 2013.
- OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). *Método histórico-social na Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-51.
- PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 362-371, ago. 2015.
- POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da Psicologia*. São Paulo: UNIMEP, 2004. Publicado originalmente em 1928.
- SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 21-52.
- SÈVE, L. *Marxismo y teoría de la personalidad*. Buenos Aires, Amorrortu, 1973. Publicado originalmente em 1969.



## **SOBRE OS QUE CONTRIBUIRAM COM ESTA PUBLICAÇÃO**

**ANA LUDMILA F. COSTA.** Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Tem interesse pelos temas: teoria social marxiana, política científica, política social, formação, atuação e pesquisa do psicólogo nas áreas educacional, jurídica e social/comunitária. Endereço eletrônico: analudmila@gmail.com

**DANIEL ARAÚJO VALENÇA.** Doutor em ciências jurídicas pela UFPB, linha Direitos Humanos. Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina (GEDIC). Tem interesse pelos temas: movimentos sociais e América Latina, marxismo, educação

jurídica e popular, direitos humanos, novo constitucionalismo. Endereço eletrônico: valencadaniel@gmail.com

**GUILHERME BOLOS.** Mestre em Psiquiatria pela Universidade de São Paulo (2017). Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e da Frente Povo Sem Medo. Tem experiência em Educação Popular junto a movimentos sociais.

**GIOVANNI ALVES.** Doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas, livre-docente em sociologia. Professor da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília. Pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade em pesquisa e coordenador da Rede de Estudos do Trabalho (RET) e do Projeto Tela Crítica/CineTrabalho. É autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade. Endereço eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br. Home-page: [www.giovannialves.org](http://www.giovannialves.org)

**FELIPE COELHO-LIMA.** Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPET), ambos da UFRN. Tem desenvolvido pesquisas nos seguintes temas: ideologia do trabalho; formas atuais de trabalho (precário, informal e desemprego); sentido e significado do trabalho; políticas

públicas de emprego, trabalho e renda; teoria social marxista.  
Endereço eletrônico: fellipecoelholima@gmail.com

**ISABEL FERNANDES DE OLIVEIRA.** Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e coordenadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Trabalha com os seguintes temas: Teoria Social Marxiana, Políticas sociais, Políticas da Saúde e Assistência Social, formação e atuação de psicólogos.  
Endereço eletrônico: fernandes.isa@gmail.com

**MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO.** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada IV do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Núcleo Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA), da UFPB. Endereço eletrônico: jfalberto89@gmail.com

**MARILDA GONÇALVES DIAS FACCI.** Doutora em Educação Escolar pela UNESP-Araraquara. Professora do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Participante do Grupo de Pesquisa Psicologia Histórico-Cultural e Educação e do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação. Área de Psicologia Escolar e Educacional

e estudos com fundamentos na Psicologia Histórico-Cultural.  
Endereço eletrônico: marildafacci@gmail.com

**SUSANA JIMENEZ.** Doutora em Educação pela *Alliant International University* (EUA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, atuando na Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes – E-luta. Diretora Emérita do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará (IMO/UECE). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Luta de Classes (UECE/UFC). Endereço eletrônico: susana\_jimenez@uol.com.br

**RAQUEL VARELA.** Doutora em História pelo Instituto Universitário de Lisboa. Investigadora e professora universitária da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa/IHC, Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam) e professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo. Trabalha com os temas história do trabalho, do movimento operário, história global.





Editora Expressão Popular  
Rua Abolição, 201 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01319-010  
Fone: (11) 3105 9500 / 3112-0941 ramal 15  
[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

*Em 1818 nasceu aquele que foi o autor mais influente nestes últimos dois séculos, o responsável pela obra mais contundente, mais profunda e a mais generosa em relação ao futuro da humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver.*

*Mas a genial formulação de Marx não nasceu do nada: ela ancorou-se em três grandes correntes do pensamento ocidental, sem as quais nosso autor não teria formulado sua excepcional teoria: primeiro, realizou a crítica da filosofia alemã e em particular do Estado, tal qual foi apresentada por Hegel, depois de fazer uma incursão crítica seminal à filosofia grega de Epicuro e Demócrito; segundo, elaborou a crítica do socialismo utópico, especialmente a de Proudhon; terceiro, esboçou sua singular (e ainda pouco conhecida) crítica da política e, por fim, desenvolveu como nenhum outro sua monumental crítica da economia política burguesa, que teve como ponto culminante a obra de David Ricardo.*

*É por isso que a construção de Marx encontra sua força em uma nova e primorosa síntese que fez entre a economia política, a filosofia, a teoria social e a crítica da política, ainda que sua obra tenha se expandido para um leque enorme de outras temáticas que ainda devem merecer muitos estudos.*

*Se por tantas vezes sua obra foi “definitivamente” sepultada, poucos autores “ressuscitam” tanto como nosso velho Marx. E neste ano de 2018 em que comemoramos dois centenários de seu nascimento e quando, no ano passado, também comemoramos os 150 anos da publicação do primeiro volume de *O Capital*, sua obra ganha novos leitores, ainda mais atualidade, e se recoloca como uma força vital para esse trágico século XXI em que estamos mergulhados.*

*Será que poderemos encontrar em nossos dias um autor mais poderoso para desconstruir a lógica deste sistema de capital hoje dominante que, em sua fase mais agressiva de toda sua história, não faz mais do que destruir a humanidade, o trabalho, a natureza, a felicidade humana, a sociabilidade, a solidariedade?*

*Que ressuscita os fascismos, os racismos, as homofobias, os ódios, enfim, as piores barbáries? Que a cada dia nos ameaça com novas guerras onde crianças e inocentes são mortos para impor um “modelo de vida” completamente insano, que só beneficia as corporações da produção belicista?*

*Que possibilita a concentração de mais de 90% da riqueza mundial na mão de parcela ínfima da população? Que no Brasil tem 4 ou 5 indivíduos que ganham mais do que 10 milhões de trabalhadores e trabalhadoras?*

*Que destrói o trabalho e devasta a natureza simplesmente para aumentar a produção de valor, valorizar o capital, concentrar lucros, às custas da maioria esmagadora da população que depende de seu trabalho para sobreviver?*

*É exatamente neste universo que se insere este livro, resultado do II Seminário Marx Hoje, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com um grupo expressivo de participantes e que teve como eixo a discussão e atualização da obra deste autor que é ponto de partida imprescindível para que o século XXI não seja mais o da barbárie, mas, ao contrário, possa permitir o florescimento de um novo modo de vida onde a humanidade possa conviver dentro de um novo sistema social para além do capital, como tão enfaticamente lutou Marx em seu tempo.*

**Ricardo Antunes**